UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ENSAIOS EM HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.

Alexandre Flávio Silva Andrada
Orientador: Prof. Dr. Eleutério F. S. Prado

Versão Corrigida
SÃO PAULO
2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Denisard Cnéio de Oliveira Alves

Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

ALEXANDRE FLÁVIO SILVA ANDRADA

ENSAIOS EM HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.

Tese Apresentada ao Departamento de
Economia da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo, como requisito
para a obtenção do título de Doutor em
Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eleutério F. S. Prado

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

São Paulo

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Andrada, Alexandre Flávio Silva

Ensaio em história do pensamento econômico / Alexandre
Flávio Silva Andrada. – São Paulo, 2012.

126 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

Orientador: Eleutério Fernando Silva Prado.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família. Meu pai (Aécio), minha mãe (Walderesa), minhas irmãs (Cristina e Ana) e meus sobrinhos (Marcelo, Lucas e Ricardo) e minha namorada (Maísa) pelo apoio ao longo dessa jornada de mais de dez anos dedicados ao estudo da Economia. É pena me faltar talento para exprimir em palavras a gratidão que tenho e para sempre terei por eles em meus pensamentos.

Agradeço aos bons professores e colegas que tive, especialmente durante a graduação na UFPE, o mestrado na PUC-SP e agora no doutorado na Universidade de São Paulo. Todos eles são também responsáveis por essa etapa em minha vida. Agradeço em especial ao meu orientador no mestrado, Prof. Dr. César Roberto Leite da Silva e ao Prof. Dr. João Machado pelas cartas de recomendação que me permitiram ser aceito no curso. Como também aos meus colegas Yim Kyu Lee e Carlos Acquisti pelo incentivo para que eu participasse do processo seletivo do curso de Instituições & Desenvolvimento. Outra pessoa importante nesse processo foi Andrea Lucchesi, com quem sempre pude (e ainda posso) contar nos momentos bons e nos difíceis. Ainda da PUC-SP não posso deixar de registrar meu agradecimento a Sonia Santos Petrohilos, a quem qualquer elogio seria insuficiente.

Deixo registrado o meu agradecimento aos professores Mauro Boianovsky da UNB e Ramón Fernandez Garcia da UFABC que aceitaram participar de minha banca, e cujos comentários e críticas serão de utilidade inestimável para os futuros desenvolvimentos deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Jorge Soromenho pelo apoio e pela lucidez de seus apontamentos durante o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Milton Campanário, a quem considero não só um mestre, mas também um bom amigo.

Por fim, agradeço ao meu orientador – Prof. Dr. Eleutério Prado – que me aceitou como orientando sem me exigir filiação ideológica ou me instar a pesquisar algo de seu

particular interesse. Serei para sempre grato por essa sua atitude e para sempre honrado em ser seu (provável) último orientando nessa faculdade.

RESUMO

A presente tese de doutoramento é composta de três ensaios independentes (ainda que complementares) sobre a História do Pensamento Econômico, mais especificamente, da Macroeconomia. O primeiro ensaio – “Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Macroeconomia” – é uma versão revista e ampliada do artigo apresentado no XXXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC em 2010 (Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Economia). Nossa argumentação vai de encontro às interpretações de Romer (1989) e Mankiw (2005) sobre a compreensão histórica daquele episódio, como também a hipótese levantada por Backhouse & Boianovsky (2005) sobre o fracasso da Macroeconomia do Desequilíbrio. O segundo ensaio se chama “Uma Análise Histórica (e Retórica) do Discurso Doutrinário de Robert E. Lucas Jr.”. Se no primeiro ensaio argumentamos que parte do “fracasso” da Abordagem de Desequilíbrio deveu-se ao surgimento de um método entendido como superior pela maior parte dos economistas (o método de Lucas), neste investigamos o conteúdo daqueles artigos em que Lucas busca convencer os leitores da superioridade do seu método não a partir da comparação dos resultados obtidos por seu modelo em comparação a uma estrutura alternativa, mas sim com uma retórica polemista, fazendo uso de uma série de estratagemas retóricos. Nossa intenção é checar a validade de algumas de suas teses históricas e teóricas, bem como fazer um escrutínio dos expedientes retóricos utilizados pelo autor. O terceiro ensaio – “Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Investigação sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e as Causas do Sucesso da Teoria Geral” – é derivada do segundo ensaio. Partimos da contraposição de hipóteses históricas de dois grandes autores da Macroeconomia sobre o estado da teoria “macroeconômica” anterior a Keynes, e as causas do sucesso da Teoria Geral. De um lado, Robert Lucas trata a Macroeconomia fundada por Keynes como um desvio na tradição equilibrista das análises de flutuação, cujo sucesso foi um ‘feliz acidente histórico’, provocado principalmente por fatores alheios as vontades e até as simpatias de Keynes. De outro, Olivier Blanchard argumenta que o que havia antes de Keynes era uma grande diversidade de métodos e ausência de um aparato hegemônico, e o sucesso de Keynes deveu-se exclusivamente aos avanços teóricos e metodológicos apresentados naquela obra.

ABSTRACT

This PhD thesis contains three independent (although complementary) essays on the History of Economic Thought, more specifically on Macroeconomics History. The first essay - A Brief History of the Disequilibrium Approach in Macroeconomics - is a revised and expanded version of paper presented at the XXXVIII Meeting of ANPEC. Our argumentation challenges Romer (1989) and Mankiw (2005) interpretations about that episode. We also disagree (at some level) with Backhouse & Boianovsky (2005) hypothesis about the so-called “failure” of Non-Market-Clearing Approach. The second essay - A Historical (and Rhetorical) Analysis of Robert E. Lucas Junior’s Doctrinaire Speech - is still a work in progress. In the first essay we argue that part of the “failure” of Disequilibrium Approach was due to the emergence of a method perceived as superior by most economists (lucasian method), here we investigate the content of those articles where Lucas seeks to persuade its readers of the superiority of his method not from the scrutiny of the results obtained by a specific model in comparison to an alternative structure, but mainly through a polemicist rhetoric. Our intention is to check the validity of some of its historical and theoretical arguments, and make a scrutiny of rhetorical expedients used by the author.

The third essay - Ancestry Thesis, Reinvention of a Tradition or Cumulative Progress? A Research on “Macroeconomics” before Keynes and some Speculation about the causes of General Theory’s Success” - is derived from the second paper. We start from the juxtaposition of historical hypotheses of two great authors about the state's theory of “macroeconomic” before Keynes, and the causes of the success of the General Theory. On one hand, Robert Lucas argues that Macroeconomics as developed by Keynes was a deviation in the tradition of equilibrism fluctuation analysis, whose success was a fortunate historical accident. On the other, Olivier Blanchard argues that what was before Keynes was a great diversity of methods and the absence of a hegemonic apparatus, and the success of Keynes was due exclusively to theoretical and methodological advances made in that work.

SUMÁRIO

I – Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Macroeconomia.....	1
Introdução.....	2
1.1 – A Origem: Patinkin, Clower e Leijohunfvud.....	5
1.2 – Os Modelos de Segunda Geração: Barro-Grossman e Malinvaud.....	12
1.3 – A Teoria do “Desequilíbrio” Geral: Os Microfundamentos.....	20
1.4 – As Críticas à Abordagem de Desequilíbrio.....	24
1.5 – Fracasso?.....	27
II – Uma Análise Histórica (e Retórica) do Discurso Doutrinários de Robert E. Lucas Jr.....	32
Introdução.....	33
2.1 – Sobre a Retórica.....	36
2.2 – O Discurso Doutrinário de Lucas.....	41
2.2.1 – Lucas sobre Metodologia.....	43
2.3 – Keynesianismo em Lucas.....	54
2.3.1. – Lucas sobre Keynes.....	55
2.3.2. – Lucas sobre o Keynesianismo da Síntese Neoclássica.....	60
2.3.3. – Lucas sobre o Keynesianismo Desequilibrista.....	72
Conclusão.....	80
III – Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Investigação sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e Especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral.....	81
3.1 – Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?.....	82
3.2 – O Debate “Clássico” sobre as Causas do <i>Business Cycle</i>	86
3.3 – Especulações sobre as Causas do Sucesso d’A Teoria Geral.....	102
Conclusão.....	109
Referências.....	111

I - Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Macroeconomia¹.

Resumo – Neste artigo apresentamos um breve histórico sobre a Abordagem de Desequilíbrio, enfatizando seus desenvolvimentos macroeconômicos. Esse episódio faz parte da reação keynesiana à crise da Síntese Neoclássica. Enquanto a reação “clássica” de Friedman e Lucas é amplamente conhecida, o esquema Desequilibrista tornou-se um episódio virtualmente esquecido na História do Pensamento Econômico. Os Desequilibristas almejavam a estruturação de uma análise econômica sustentada em primitivas distintas daquelas que se tornariam dominantes a partir da vitória metodológica da escola Novo-Clássica. Em seu esquema o modelo keynesiano não era mais um caso particular do modelo neoclássico, mas sim o inverso. Trata-se de um episódio singular, que não deve ser entendido como o auge da Síntese Neoclássica ou como os primeiros movimentos do Novo-Keynesianismo. Investigamos também as causas para o “fracasso” dessa escola.

---

¹ Este artigo – com pequenas modificações – foi publicado na edição *Selecta* da Revista Economia (ANPEC), volume 11, n° 4 de 2010. Além disso, uma versão preliminar foi apresentada no XXXVIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC) em dezembro de 2010, Salvador – BA, sob o título “*Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Economia*”. Somos gratos aos comentários e sugestões feitos pelo Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles da UFES e demais participantes daquele congresso, como também ao Prof. Dr. Jorge Eduardo de Castro Soromenho da FEA-USP e o parecerista anônimo da Revista Economia (ANPEC).

A Macroeconomia do Desequilíbrio (*Non-Market clearing Approach*) foi a vanguarda do Keynesianismo entre o final das décadas de 1960 e 1970, como também a principal antagonista da escola Novo-Clássica². Mas apesar de sua relevância à época, este é um episódio hoje virtualmente esquecido na História do Pensamento Econômico, cuja apresentação é usualmente subsumida entre as seções sobre a Síntese Neoclássica e o Novo Keynesianismo, tal como ocorre no famoso manual de Snowdown & Vane (2006). Esse procedimento expositivo está associado à visão de que a Abordagem de Desequilíbrio pode ser entendida ou como o auge da Síntese Neoclássica ou como um ‘ensaio geral’ do Novo Keynesianismo, assim como defendido por autores como Romer (1993) e Mankiw (2006), respectivamente. Neste artigo confrontamos essa leitura, defendendo a especificidade do Keynesianismo Desequilibrista. Para tornar nossas ideias mais claras, o artigo apresenta uma reconstrução dos principais modelos macroeconômicos e uma discussão sobre as duas principais linhas de microfundamentação desta escola, como forma de tentar explicar as causas de seu “fracasso” (i.e., a falha em sua ambição de tornar-se o novo *mainstream*). Neste ponto dialogamos com o trabalho de Backhouse & Boianovsky (2005), discordando, em alguma medida, da hipótese desses autores.

1 - Introdução

Em uma visão simplificada pode-se assumir que a teoria econômica se divide em três ramos principais de análise;

Na sua base está a **microeconomia**, que forma o conjunto de axiomas (ou primitivas) sob os quais devem se assentar as teorias, formando o que Lucas & Sargent (1979) chamam de a “disciplina da análise econômica”. Tem-se aí a descrição estilizada do comportamento representativo dos agentes econômicos (trabalhadores/consumidores e produtores/firmas) e do funcionamento dos mercados. A microeconomia como a conhecemos correntemente –

---

² Ver, por exemplo, Lucas & Sargent (1979). GORDON (1981), afirma; “In the past decade explanation of price adjustment within a non-market-clearing setting have competed for attention with the ‘new classical equilibrium macroeconomics’[...]”.

ignorando-se as complicações existentes³ – teve sua estrutura básica de análise determinada pela teoria do equilíbrio geral de Arrow-Debreu-McKenzie. Há que se destacar, entretanto, que não existem razões científicas apriorísticas que determinem a unicidade, imutabilidade ou universalidade dessas primitivas. A aceitação de um conjunto de princípios de análise (ou paradigma, no léxico kuhniano) não está relacionada à melhor descrição da realidade objetiva, mas sim à sua coerência e consistência interna, bem como sua capacidade de explicar mais e melhores fenômenos, e de tratar um maior número de *puzzles*.

No outro extremo da Ciência têm-se os modelos de crescimento econômico, descrevendo os fatos estilizados das mudanças de longo prazo das economias. Os modelos contemporâneos básicos dessa abordagem foram originalmente desenvolvidos por autores como Solow (1956) e Koopmans (1965). Apesar da aparente distância entre a microeconomia e os modelos de crescimento, a união desses dois extremos da Ciência não se mostrou problemática. Tal qual na microeconomia, o crescimento econômico está assentado em regras simples de comportamento maximizador dos agentes econômicos, preocupados com preços relativos e impulsionado por forças reais.

Entre esses dois extremos existem os problemas referentes ao ciclo dos negócios, ou a análise macroeconômica *per se*. A união da macroeconomia com a microeconomia não foi trivial. No curto prazo macroeconômico não se verifica a presença da dicotomia clássica, bem como o desemprego e a subutilização da capacidade instalada (e sua potencial longa persistência) pareciam incompatíveis com a abordagem equilibrista-maximizadora da microeconomia walrasiana. A referência mais usual ao nascimento da Macroeconomia como subitem da Economia é aquela associada ao lançamento da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de John Maynard Keynes em 1936. Keynes (1992[1936]) não era um adepto do walrasianismo, e seu esquema de análise deixa isso evidente. As leituras de Hicks (1937) e Modigliani (1944) traduziram seu aparato essencialmente verbal em duas equações e um diagrama; era o instrumental IS-LM que se tornou por aproximadamente trinta anos o *totem sagrado da macroeconomia* [Leijonhufvud (1973)]. Note-se que o modelo IS-LM não é uma leitura “neutra” do pensamento de Keynes, mas sim uma clara tentativa de encaixá-lo em um

---

³ Para uma descrição pormenorizada da genealogia da microeconomia neoclássica ver, por exemplo, Ekelund e Herbert (2002).

framework quase-walrasiano⁴. Trata-se de um modelo de equilíbrio geral simplificado: explicita-se o mercado de bens e o mercado monetário. Em 1958 surge o seminal artigo de Phillips, apresentando uma relação negativa entre inflação salarial e desemprego, sendo posteriormente generalizada por Samuelson & Solow (1960). Tinha-se agora uma relação empírica e aparentemente robusta para o mercado de trabalho. Essas três equações fechavam o modelo keynesiano básico. Havia uma equação para a política fiscal (com seus multiplicadores associados), uma para a política monetária (capaz de apresentar a armadilha da liquidez⁵ e discutir a potencial ineficácia relativa da política monetária), e uma equação que demonstrava que não havia um único equilíbrio para o mercado de trabalho, e que a inexistência de ajustamento de preços instantâneo e sincronizado em uma sociedade democrática, tornava as variações monetárias dotadas de poderes reais⁶. Esse aparato permitia que todos os macroeconomistas falassem uma mesma língua, e que as disputas e controvérsias se dessem dentro de seus limites (como, por exemplo, nas famosas polêmicas sobre as elasticidade juros da IS e da LM⁷, ou da velocidade de ajustamento das variáveis nominais⁸). Mas não só havia uma língua única, como essa era facilmente “traduzida” nos termos estatísticos da econometria clássica. Mas apesar dos avanços gerados pela chamada *Síntese Neoclássica*, um de seus custos foi o de reduzir o esquema keynesiano a um caso particular do sistema (neo)clássico de análise. De tal forma que esse último valeria para as questões de crescimento econômico (não por acaso ter sido Solow, um notório e notável keynesiano, o formulador do modelo de crescimento ainda hoje mais popular), como também, obviamente, para os problemas microeconômicos. Sabia-se também da necessidade de integrar os fundamentos microeconômicos aos problemas macroeconômicos. O trabalho Patinkin (1956) é um claro exemplo dessa tentativa de se construir uma macroeconomia baseada nos

---

⁴ Ver Hicks (1980)

⁵ Para uma discussão detalhada das origens e desenvolvimentos deste tópico ver Boianovsky (2003).

⁶ Ver capítulos XX e XXI da Teoria Geral de Keynes (1992[1936]).

⁷ Ver, Bordo e Schwartz (2003) e Bruce (1977). Tobin (1972) afirma: “Milton Friedman has earned our gratitude by the two articles setting forth his theoretical framework (Friedman, 1970, 1971). He has certainly facilitated communication by his willingness to express his arguments in a language widely used in macroeconomics, the Hicksian IS-LM apparatus. He undoubtedly hoped that use of a common apparatus would reduce the controversy about the roles of monetary and fiscal policies to an econometric debate about empirical magnitudes”. (TOBIN, 1972, p. 852)

⁸ PATINKIN (1948: 533), por exemplo, afirmava: “over the years these two camps [keynesianos e clássicos] have really come closer together [...] the basic issue separating them is the rapidity with which the economic system responds to price variations”.

fundamentos walrasianos, com agentes maximizando suas funções-objetivo e sujeito a restrições de recursos⁹. Mas o sucesso empírico dos modelos macroeconômicos e macroeconômicos fez com que essa tarefa ficasse incompleta.

Ocorre que o conjunto de anomalias da teoria da Síntese Neoclássica foi se tornando cada vez mais evidente: o descompasso em relação às primitivas microeconômicas walrasianas, ausência de uma dinâmica apropriada, e a exogeneidade *ad hoc* de variáveis (especialmente as expectacionais). Isso passou em determinado momento a causar desconforto não só entre os economistas “clássicos”, como também entre alguns keynesianos. Para os clássicos o desconforto vinha da falta de fundamentos microeconômicos walrasianos, enquanto para alguns keynesianos o desconforto nascia exatamente dessa tentativa de integração. A reação “clássica” associada a Friedman (1968) ganhou corpo com o surgimento dos trabalhos de Robert E. Lucas Jr, cujas críticas e sugestões são não só amplamente conhecidas, como ainda hoje a referência metodológica dominante da Macroeconomia. Já a reação Keynesiana (Desequilibrista) tornou-se um ponto de esquecimento, e é esta reação que iremos resgatar.

Durante os anos de 1960 começou a se estruturar uma nova leitura da obra de Keynes, baseada nas contribuições originais de Clower, Leijonhufvud e com elementos já presentes em Patinkin. Os Desequilibristas buscavam retomar a ambição original de Keynes: o resultado “clássico” (micro e macroeconômico) é que tornaria a ser um caso particular do sistema keynesiano. O relaxamento e a substituição de hipóteses simplificadoras do walrasianismo tornariam a análise econômica não só mais realista como também mais abrangente e relevante.

1.1 – A Origem: Patinkin, Clower e Leijonhufvud.

Don Patinkin – apesar de associado à Síntese Neoclássica – em suas discussões sobre o desemprego involuntário acabou por adiantar pontos que se tornariam parte dos fundamentos

---

⁹ Isso é o que Gordon (2009) denomina de macroeconomia da era de 1978. Diz: “[...] 1978-era” macroeconomics [...] combines non-market-clearing aggregate demand based on incomplete price adjustment, together with a supply-side invented in the mid-1970s that recognizes the co-existence of flexible auction-market [...] and sticky prices [...] This incorporates all the rich underpinnings of Keynesian demand-side economics added in the postwar era by Baumol, Eisner, Friedman, Jorgenson, Modigliani, and Tobin and many others to the micro foundations of the economy’s demand side. (GORDON, 2009, p. 1-2).

do Keynesianismo Desequilibrista. A busca por uma explicação rigorosa para essa categoria teórica – algo que Keynes não o fizera¹⁰ – tornou-se uma questão central, senão fundadora, para essa escola¹¹. Patinkin (1949) apresenta dois problemas ainda não suficientemente resolvidos na tradição keynesiana de então: (i) a negligência em relação aos fatores do lado da oferta agregada, e; (ii) o desemprego involuntário, problema que segundo o autor foi exatamente aquele que fez surgir A Teoria Geral. Sobre o segundo ponto, diz: “Examination of the Keynesian theory shows that (even granted its argument) it explains primarily the level of employment; it is inadequate in providing either a criterion for the measurement of unemployment, or a justification for calling it ‘involuntary’” (PATINKIN, 1949, p. 360). Ao tratar das questões da oferta agregada, Patinkin (1949) irá apresentar um dos pontos fundamentais da Abordagem de Desequilíbrio: a diferença entre ações desejadas/ideais e resultados efetivos. Para Patinkin, as curvas de oferta e demanda (individuais e agregadas) utilizadas no esquema walrasiano representavam situações ideais, com os agentes econômicos restringidos apenas por sua dotação orçamentária, preferências e tecnologia. A curva de oferta (demanda) de trabalho, por exemplo, pode ser construída a partir do seguinte exercício: pergunta-se a um indivíduo (firma) quantas horas de trabalho ele estaria disposto a ofertar (demandar) a partir de diferentes níveis de salário real. Somando-se o resultado desse experimento dos (n) indivíduos (firmas) chega-se a função agregada. Assim; “[...] an individual will be said to be acting freely as long as he is on his Walrasian demand and/or supply curves” (PATINKIN, 1949, p. 369). Desta forma a única situação na qual tanto trabalhadores quanto firmas estão simultaneamente agindo de forma ideal é aquela

---

¹⁰ Neste ponto gostaríamos de destacar a diferença existente entre *rigor* e outras categorias epistemológicas como *sofisticação* ou *fecundidade*. O raciocínio de Keynes (1992[1936]) é sofisticado e frutífero: o desemprego involuntário é provocado por uma deficiência de demanda efetiva, provocada pelo baixo nível de investimentos, o qual é provocado pela incerteza não-probabilística, a preferência pela liquidez, as particularidades da moeda em uma economia monetária, etc. Mas não se pode dizer que esse raciocínio é rigoroso. Não se tem claramente a estrutura do tipo “dadas essas premissas, então a conclusão”, nem o grau de importância ou relevância de cada uma das premissas utilizadas. Isso se deve em parte ao procedimento expositivo de Keynes. Outro exemplo recente de teoria frutífera, sofisticada, mas não rigorosa é o conceito de “taxa natural de desemprego” em Friedman (1968). Apesar de ter gerado uma agenda de pesquisa relevante e sofisticada, a partir daquela definição – não por acaso também verbal – não é possível extrair uma definição rigorosa do termo, algo que exigiu os esforços de outros economistas. Se quisermos voltar ainda mais no tempo, também não se pode afirmar que a hipótese da “mão invisível” de Adam Smith foi apresentada de forma rigorosa, o que não invalida o gênio do autor, nem os desdobramentos fundamentais surgidos da tentativa de validar ou refutar essa categoria teórica.

¹¹ Não por acaso as críticas de Lucas (1978) sobre essa ‘fixação’ de muitos economistas em relação a este termo.

representada pela intersecção das curvas de oferta e demanda por trabalho, ou seja, no equilíbrio de *market clearing*. Para Patinkin (1949) a diferença entre clássicos e keynesianos estaria basicamente na velocidade de ajustamento da economia quando exposta a um choque idiossincrático qualquer. A Lei de Say, tão combatida por Keynes (1992[1936]), seria uma expressão da ideia de ajustamento automático ou infinitamente veloz, de forma que os pontos “fora das curvas” podiam ser negligenciados. Já a dinâmica sugerida pela Teoria Geral era o exato oposto, uma vez perturbado o equilíbrio do sistema, e com o(s) agente(s) postos para pontos fora de sua(s) curva(s) de comportamento ideal, haveria um intervalo de tempo não desprezível para que se restaurasse o equilíbrio¹². Nesses pontos de “desequilíbrio” (isto é, os pontos de *non-market clearing*), com pelo menos um grupo de agentes fora de sua curva, os planos ideais de firmas e/ou famílias não eram mais simultaneamente compatíveis.

Clower (1960) apresenta uma abordagem bastante similar a de Patinkin (1949) para o problema do desemprego involuntário. Para o autor, a diferença entre Keynesianos e Clássicos estava relacionada à probabilidade de ocorrência de distintos estados de ‘equilíbrios’. Os Clássicos enfatizavam o equilíbrio de pleno emprego (oferta igual à demanda), de modo que quaisquer desajustes seriam como que instantaneamente revertidos. Já Keynes, ao utilizar-se de expedientes como a preferência pela liquidez, volatilidade da eficiência marginal do capital e as incertezas em relação ao futuro, enfatizava o ‘equilíbrio’ com excesso de oferta de trabalho, isto é, com desemprego involuntário. Segundo Clower (1960) respeitando-se o princípio das trocas voluntárias (isto é, ninguém pode ser obrigado a ofertar ou demandar mais do que deseja) e de maximização das funções-objetivo, em um contexto dinâmico uma série de relações entre salário real e trabalho eram igualmente compatíveis. O autor excluía os pontos nos quais o salário real é superior à produtividade marginal do trabalho (utilidade marginal do salário menor que a desutilidade marginal do trabalho) já que incompatíveis com o comportamento ótimo das firmas (*trabalhadores*). O que significa excluir a região hachurada do **Gráfico 1** (exclusive os pontos da curva de oferta e demanda a esquerda do ponto de *market clearing*). Assim, como regra, tem-se que o lado curto do mercado determina o volume de ‘trocas’, enquanto o lado longo é racionado (ou seja, as trocas realizadas irão se igualar ao valor da menor quantidade ofertada ou demandada).

---

¹² “[...] what Keynesian economics claims is that the economic system may be in a position of underemployment **disequilibrium** (in the sense that wage, prices, and the amount of unemployment are continuously changing over time) for long, or even indefinite, periods of time”(PATINKIN, 1948, p. 563).

Gráfico 1 – Mercado de Trabalho sob a ótica Desequilibrista.

Fonte: Baseado em Patinkin (1956), Clower (1960) e Barro e Grossman (1971). Elaboração própria.

Os trabalhos fundamentais de Patinkin e Clower, no entanto, não são os dois acima. De Patinkin, a principal contribuição estará nos capítulos XIII e XIV do seu *Money, Interest, and Prices* de 1956¹³. Enquanto de Clower será o *The Keynesian Counterrevolution* de 1965.

Para Patinkin (1956) os pontos ao longo da curva de oferta (individual e agregada) representam situações nas quais as firmas acreditam ser capazes de vender toda a produção ao preço de mercado corrente. No caso de um choque adverso de demanda agregada, o sistema clássico de análise supunha que as forças endógenas do sistema econômico seriam suficientes para fazer com que a economia voltasse para o ponto de *market clearing*. As firmas, por exemplo, em face de uma queda nas vendas, manteriam seu nível de produto e emprego inalterados, acumulando estoques por um breve período de tempo. No sistema keynesiano, com as elasticidades de renda e juros da demanda agregada não sendo suficientemente fortes, seria inverossímil trabalhar com essa hipótese. À medida que os estoques não desejados fossem se acumulando, haveria uma pressão para igualar produção e vendas realizadas, o que implicaria na redução não só do preço de seus bens, como também do preço do trabalho. Incapazes de vender tudo o que desejam aos preços correntes, as firmas demandariam menos trabalho ao salário real corrente. Supondo que preços e salário nominal variam na mesma proporção, a economia passa do ponto (M) para o ponto (K) [Gráfico 1]. Note-se que em (K) o produto marginal do trabalho é maior que o salário real, e a utilidade do salário é maior que a desutilidade do trabalho. A redução na demanda agregada não altera os planos ideais de trabalhadores e firmas, já que não se alteraram os preços relativos, preferências ou

¹³ Ver Boianovsky (2006) para uma discussão detalhada sobre a origem destes capítulos.

tecnologias. O ponto (K), que apresenta um excesso de oferta de trabalho medido por $(N_0 - N_1)$ é simplesmente o reflexo das vendas realizadas pelas firmas inferiores ao nível ideal. Caso preços e salário não caiam proporcionalmente, não se altera significativamente o argumento. A diferença ficará por conta de o quão demorado será o processo de eliminação do desemprego e da “subprodução” involuntários. Em suma: “Equilibrium means full employment, or, equivalently, unemployment means disequilibrium. Hence our study of the corrective market forces automatically generated by the presence of involuntary unemployment is a study of the dynamic workings of an economy in disequilibrium”. (PATINKIN, 1956, p. 323).

Clower (1965), por sua vez, apresenta considerações próximas as de Patinkin (1956), mas seu foco é o comportamento das famílias. O autor apresenta um modelo tradicional em que firmas e famílias maximizam suas funções-objetivo sujeita as restrições de recursos e de tecnologia. A condição de maximização dos lucros gera aquilo que Keynes (1992[1936]) denomina de primeiro postulado clássico, isto é, o salário real deve ser igual ao produto marginal do trabalho. Já a condição de otimicidade das famílias gera o segundo postulado clássico, a utilidade marginal do salário real deve se igual à desutilidade marginal do trabalho. Clower (1965) argumenta que o processo de *tâtonnement* garante que o vetor-preços se ajusta em função dos excessos de demanda, até que se atinja o valor de *market clearing*. Já a hipótese de recontratos garante que caso ocorram trocas a preços distintos daqueles de equilíbrio walrasiano (ou seja, preços “falsos”) durante esse “processo de ajustamento”, ao se atingir o preço de equilíbrio, essas “contratos” são renegociados aos preços de equilíbrio. A intuição pode detrás dessas hipóteses simplificadoras é a seguinte: imagine que o mercado “abre” com um preço distinto do de *market clearing*, a perturbação que isso potencialmente provoca sobre o estado da economia como um todo dependeria da distância entre o preço praticado e o de equilíbrio, como também da “representatividade” do mercado não equilibrado sobre o total da economia. Seria, assim, razoável supor que os agentes econômicos ainda que “errassem” o preço, não o fariam com uma magnitude significativa, bem como seria razoável supor que caso isso ocorresse não seria grandemente disseminado pelos mercados, de forma que o resultado final da economia não seria fortemente afastado do equilíbrio walrasiano. Concluíase, pois, que por simplificação podia se assumir que o vetor preços era sempre o de equilíbrio walrasiano. Essa simplificação permite descrever o sistema como que possuidor de ajustamento automático de preços e que as trocas ocorrem todas simultaneamente. Essa última característica é o que Clower (1965) denomina como “*unified decision hypothesis*”.

Para Clower (1965), no entanto, a supressão dessas hipóteses simplificadoras era fundamental para o entendimento do esquema keynesiano. Imagine um modelo de equilíbrio geral macroeconômico, havendo desequilíbrio no mercado de trabalho, não se pode afirmar *ex ante* que seus efeitos sobre o mercado de bens, por exemplo, será insignificante, especialmente sabendo-se que os salários nominais não apresentam flexibilidade para baixo. A *dual decision hypothesis* postula que as trocas não ocorrem de forma simultânea. A ideia é a seguinte: no início do período, as famílias resolvem o problema de maximização de utilidade tradicional, a partir de suas ofertas ideais/desejadas (*notional*) de trabalho, bem como sua demanda ideal/desejada (*notional*) por bens de consumo. Caso a renda realizada seja igual à renda *notional*, cai-se no problema walrasiano tradicional, mas caso isso não ocorra, uma nova rodada de decisões é exigida para as famílias: elas precisam definir seu consumo ótimo, dada sua renda efetiva (usualmente) inferior à renda *notional* inicialmente esperada. Caso a demanda por trabalho seja inferior ao nível *notional* esperado pelas famílias, a renda do trabalho torna-se um dado, e não mais uma variável a sua escolha. Essa seria uma forma de compreender, por exemplo, a função consumo agregada keynesiana, na qual a renda (determinada pelo nível de emprego) é uma variável independente. A demanda *notional* por bens não é um sinal efetivo para o mercado, já que ela é uma situação hipotética, sujeita a uma renda “esperada” que a família não possui. Desta forma o autor define desemprego involuntário como sinônimo de subconsumo involuntário.

Outro trabalho fundamental, não tanto por suas inovações, mas especialmente por sua popularidade¹⁴, foi a tese de doutoramento de Leijonhufvud de 1968: *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes*. Parte desse trabalho é apresentada em forma de artigo em 1967 na *American Economic Review* sob o título *Keynes and the Keynesians: A Suggested Interpretation*. Os argumentos fundamentais de Leijonhufvud (1967) são os seguintes: (i) A inversão das velocidades marshallianas de ajuste por Keynes; no esquema de Marshall, do qual Keynes era mais próximo, evitavam-se as complicações do desequilíbrio ao se assumir que em face de desajustes entre oferta e demanda, os preços se ajustariam imediatamente de forma a superá-los. Em Keynes quem varia são as quantidades. Desta forma o esquema de Keynes não se baseava em preços rígidos, mas sim que sua velocidade de ajustamento não é infinita. Na ausência de um expediente coordenador das trocas ou de

---

¹⁴ Backhouse & Boianovsky (2006, p. 2-3) mostram que esse trabalho, junto com Malinvaud (1977), foi o mais citado entre os principais nomes dos Desequilibristas, ainda durante os anos de 1980.

ajustamento instantâneo dos preços, não há garantias que todos os planos ideais dos n agentes de uma dada economia, sejam simultaneamente compatíveis. E os desajustes em um mercado, implicam em ‘desequilíbrio’ em outro mercado, amplificando os efeitos do distúrbio inicial sob a totalidade da economia (isto é, racionaliza-se o efeito multiplicador)¹⁵. (ii) As particularidades da estrutura agregativa da Teoria Geral;

Keynes, Leijonhufvud claimed, treated bonds and capital goods as a single aggregate, and he did not aggregate consumer goods and capital goods (Leijonhufvud 1968, pp. 135ff). The result was that, for Keynes, the rate of interest was a long term rate and was the relative price of real assets as much as the relative price of two financial assets. This opened the way for Leijonhufvud to argue that the heart of the *General Theory* lay in an intertemporal coordination failure. The rate of interest is the relative price of current and future consumption and Leijonhufvud claimed that Keynes’s theory of liquidity preference amounted to a theory of why the rate of interest would fail to coordinate economic activities. If, because of speculative activity, the rate of interest were too high, the result would be a level of investment that was lower than the amount that consumers wished to save. (BACKHOUSE & BOIANOVSKY, 2005, p. 7).

Em suma, esses três autores assentam as primitivas da Análise de Desequilíbrio, que serão utilizadas tanto nos modelos macroeconômicos, como nas construções da teoria do “desequilíbrio” geral. São elas, basicamente: (i) mantém-se a hipótese de maximização das funções-objetivo; (ii) mantém-se o princípio das trocas voluntárias; (iii) ao afastar as hipóteses de recontratos, *tâtonnement* e ajustamento automático no vetor preços pode se observar trocas a preços falsos; (iv) como não se pode assumir que as trocas ocorrem em uma única rodada trabalha-se com a ideia de trocas sequenciais; (v) havendo trocas a preços falsos pelo menos uma das unidades de decisão (firmas e famílias) estará fora de suas curvas de demanda *notional*, de forma que os planos dos agentes econômicos não serão mutuamente compatíveis; (vi) dado (v) é importante distinguir planos ideais de resultados efetivamente

---

¹⁵ Outro resultado conhecido de Leijonhufvud – ainda que não fundamental para o Keynesianismo Desequilibrista – é a chamada “*the corridor hypothesis*”. O que Leijonhufvud (1972) argumentava era que a economia possuía uma espécie de “corredor de auto-ajuste”. Choques na demanda efetiva que deslocassem o equilíbrio para algum ponto dentro desse “corredor” seriam endogenamente revertidas, já aqueles que levassem a economia para além desse limite não o seriam. Isso significa por em dúvida a recuperação endógena da economia de mercado diante de choques de ‘grande’ magnitude, o que torna imperioso a ação ativa do governo.

observados, e; (vii) como o sistema de preços falha, as alocações deverão ser função de algum ajustamento quantitativo.

1.2 – Os Modelos de Segunda Geração: Barro-Grossman e Malinvaud.

Um dos pontos altos desse esforço de caracterizar o desemprego keynesiano deu-se com o modelo de Barro & Grossman (1971) – estendido em Barro & Grossman (1974 e 1976). O ponto de partida dos autores é a unificação das teorias de Patinkin (1956) sobre o comportamento das firmas quando racionadas no mercado de bens e a de Clower (1965) sobre o comportamento das famílias quando racionadas no mercado de trabalho. O trabalho de 1971 é o mais popular¹⁶, mas como o trabalho de 1976 engloba e supera seus antecessores, nossa atenção se voltará para ele. Os capítulos I e II de *Money, Employment and Inflation* apresentam a essência das ideias dos autores. Trabalha-se com quatro tipos de bens (trabalho, bens de consumo, serviços públicos e moeda) e três unidades de decisão (firmas, famílias e governo). A produção é realizada a partir da utilização do trabalho e dos serviços públicos, e seu resultado se divide em bens de consumo (demandados pelas famílias) e serviços públicos (demandados pelo governo). Não há investimento ou estocagem para as firmas. A moeda é a única reserva de valor para as famílias. As famílias são de dois tipos; as quais denominaremos de “trabalhadoras” (que ofertam trabalho e demandam bens de consumo e encaixes monetários) e “aposentadas” (que demandam bens de consumo e encaixes monetários). O governo coleta impostos, demanda e distribui serviços públicos e oferta encaixes monetários. Firms maximizam lucros e famílias maximizam utilidade. O governo não sofre racionamento, mas obedece a seguinte restrição; $g^d = \tau + \frac{m^s}{p}$, ou seja, os gastos do governo são financiados através de impostos ou da oferta de encaixes monetários.

Como as firmas não investem ou estocam produtos, seu problema pode ser representado de forma estática. Isto é: $Max \pi = y^s - \left(\frac{w}{p}\right) l^d$ s.a $y = \Phi(l, g)$. Ou seja; os lucros (π) são dados pela diferença entre a receita (*notional*) das vendas (y^s) e os custos do trabalho (salário

---

¹⁶ O artigo de 1971 foi durante um bom tempo o mais citado da *American Economic Review*, o que demonstra sua importância histórica [Backhouse & Boianovsky (2005)].

real $\left(\frac{w}{p}\right)$ e demanda *notional* de trabalho l^d ¹⁷. A restrição é dada pela função de produção, que nos fornece a medida entre insumos (trabalho e bens públicos) e produtos. Note-se que o governo oferta serviços públicos a custo zero para as firmas. A condição de maximização será a usual igualdade entre produto marginal do trabalho e salário real. Vale destacar que a produção é negativamente relacionada com o salário real e positivamente com a quantidade de serviços públicos.

Como as famílias podem poupar – através de variações nos encaixes monetários – a determinação das trajetórias ótimas de consumo e trabalho requer uma estrutura intertemporal explícita. O horizonte de planejamento é definido em $[0, N]$, de tal forma que no intervalo $0 < t \leq N'$ (tal que $0 < N' < N$) a família é do tipo “trabalhadora”, enquanto no intervalo $N' < t \leq N$ a família é “aposentada”. Esses parâmetros N' e N são exógenos. A função utilidade instantânea é a do tipo usual; positivamente relacionada com o consumo e negativamente com o trabalho. A diferença fundamental entre famílias “aposentadas” e “trabalhadoras” é que as primeiras não ofertam trabalho. A função utilidade a ser maximizada será;

$$U = \int_0^N u(t) dt$$

A poupança é definida da seguinte forma:

$$\frac{1}{P} \left(\frac{\partial M}{\partial t} \right) \equiv \frac{m^d}{P} \equiv \frac{W}{P} l^s + \pi - \tau - c^d$$

Isto é, a variação nos encaixes monetários ($\equiv$ poupança) é dada pela diferença entre a soma da renda do trabalho $\left(\frac{W}{P} l^s\right)$ e a fração exógena e fixa dos lucros recebidos (π), menos os impostos (τ) e o consumo *notional* (c^d). Como não há utilidade para além do horizonte de planejamento, é necessário impor uma restrição de exaustão dos ativos no instante (N). Assumindo-se que (W), (P), (π) e (τ) são exógenos e constantes ao longo do tempo, a trajetória de consumo e lazer irá satisfazer a seguinte condição:

---

¹⁷ Essa especificação é essencialmente igual nos trabalhos de 1971, 1974 e 1976, obviamente.

$$\frac{M(N)}{P} = \frac{M(0)}{P} + N(\pi - \tau) + \frac{W}{P} \int_0^{N'} l^s(t) dt - \int_0^N c^d(t) dt = 0$$

Ou seja, os encaixes nominais em N serão iguais a dotação inicial das famílias $\left(\frac{M(0)}{P}\right)$ mais o somatório *lifetime* de lucros recebidos menos impostos pagos $(\pi - \tau)$, mais a renda intertemporal do trabalho recebida durante os anos ativos, menos os gastos intertemporais com consumo. Como forma de simplificar a notação podemos definir Ω como *riqueza non-wage*; $\Omega \equiv \frac{M(0)}{P} + N(\pi - \tau)$

Destas relações extraem-se as funções consumo, oferta de trabalho e poupança¹⁸, respectivamente;

$$c^d = c^d\left(\Omega_{(+)}, \frac{W}{P_{(+)}}\right) \quad l^s = l^s\left(\Omega_{(-)}, \frac{W}{P_{(+)}}\right) \quad \frac{m^d}{P} = \frac{m^d}{P}\left(\Omega_{(-)}, \frac{W}{P_{(+)}}\right), (\pi - \tau)_{(+)}\right)$$

A influência da riqueza *non-wage* sobre as decisões das famílias será fundamental para o modelo. Note-se, por exemplo, que um aumento equiproporcional em (P) e (W) – dados M(0), π e τ – afetará o nível de consumo, oferta de trabalho e poupança ideais das famílias, através de seu impacto sobre os encaixes reais. Essa é a estrutura do modelo básico (isto é, walrasiano) a qual nos fornece as variáveis ao nível de *market clearing* que serão sempre denotadas com o asterisco sobrescrito. As situações de *non-market clearing* a serem analisadas são de dois tipos: (i) excesso de oferta generalizado (isto é, excesso de oferta no mercado de trabalho e no mercado de bens), e; (ii) excesso de demanda generalizado. Em todos os três trabalhos relevantes, os autores trabalham com o *fix-price method*, ou seja, assume-se um vetor preços distinto do de *market clearing* sem, no entanto, discutir as causas, a origem e a dinâmica endógena dessa rigidez.

No caso de excesso de oferta generalizado tem-se que (W) e (P) são tais que há excesso de oferta em ambos os mercados, ou seja, $(W_1 > W^*)$, $(P_1 > P^*)$, mas $(W_1/P_1) = (W/P^*)$. O princípio das trocas voluntárias nos garante que neste caso as quantidades efetivas de produto e trabalho serão determinadas pelas respectivas demandas. Sendo $y < y^s$ – isto é, a quantidade demandada de produtos é inferior ao nível *notional* das empresas – as firmas se

---

¹⁸ Os sinais que aparecem junto a cada um dos argumentos representa o valor da derivada da variável dependente em relação a cada um deles isoladamente.

comportam como *quantity-taker* em relação ao nível de vendas realizáveis e como *price-taker* em relação à (P) e (W). As firmas irão, então, produzir exatamente (y) quantidades de bens com a menor quantidade possível de trabalho. Produzir uma quantidade inferior a essa não é ótimo, dado que as firmas operam em uma região em que o produto marginal do trabalho é inferior ao salário real. Já uma produção superior a (y) estará fadada a não ser vendida, e como as empresas não acumulam estoques, tratar-se-ia de uma decisão irracional. Neste caso a curva de demanda por trabalho é representada pela reta vertical (DC) do **Gráfico 1**, de maneira que a demanda por trabalho independe do salário real (até o limite em que ele seja igual ao produto marginal do trabalho), tornando-se função do produto (y, positivamente) e dos serviços públicos (g, negativamente). Já as famílias, defrontadas com o cenário de $l < l^s$, deverão levar em conta não só essa restrição quantitativa corrente como também sua expectativa de restrição nos períodos posteriores. Arbitariamente os autores introduzem uma nova divisão no horizonte de planejamento: em $[0, \hat{N}]$ a família espera ser racionada na sua oferta de trabalho, de $[\hat{N}, N']$ ela espera não mais ser racionada (tal que $0 < \hat{N} < N' < N$). Ademais se assume que W, P, e τ permanecem constantes. Essa hipótese não pode ser estendida aos lucros (π). Os autores supõem que enquanto a oferta efetiva de trabalho por parte das famílias for inferior ao nível *notional* $[0, \hat{N}]$ a fração dos lucros recebida será inferior aquela verificada no *market clearing*, e quando essa restrição não mais existir, a fração dos lucros volta ao nível ideal. Assim, o problema da família passa a ser dividido em três subperíodos.

$$U = \int_0^{\hat{N}} u[c^{d'}(t), l]dt + \int_{\hat{N}}^{N'} u[c^{d'}(t), l^s]dt + \int_{N'}^N u[c^{d'}(t), 0]dt$$

Haverá também três especificações para a função poupança associadas a cada um desses períodos; (a) com a oferta de trabalho e fração dos lucros abaixo do nível de *market clearing* (período de racionamento); (b) com oferta de trabalho e fração dos lucros iguais ao nível de *market clearing* (período não racionado), e; (c) com oferta de trabalho nula (aposentadoria). Por simplificação assume-se que a trajetória do consumo é constante por todo o horizonte. Como as famílias são racionadas em sua oferta de trabalho no primeiro subperíodo elas absorvem esse impacto através de dois modos: elas reduzem seu nível de consumo para todo o horizonte, e elas aumentam a oferta de trabalho durante o período em que não há mais racionamento. Como há uma perturbação na fração dos lucros recebidos pelas famílias (π),

será preciso definir a variável riqueza *non-wage* levando em conta o comportamento expectacional das famílias em relação ao comportamento dessa variável.

O **Gráfico 2** apresenta o comportamento das famílias em relação ao consumo quando há excesso de oferta no mercado de trabalho. Como a dotação inicial nominal não se altera (M), a elevação no nível de preços provoca uma redução nos encaixes reais da família, esse novo patamar de riqueza *non-wage* é representado por (Ω_1) . Neste caso a curva de demanda *notional* das famílias desloca-se para a esquerda do nível de *market clearing* (Ω^*) . Mas note-se que essa curva não leva em consideração o racionamento que a família sofre no mercado de trabalho, a curva de demanda efetiva das famílias é representada por $c^{d'}(\Omega_1)|_{l < l^s} + g^d$. Os pontos (M) e (K) referem-se aos mesmos *locus* apresentados no **Gráfico 1**.

O **Gráfico 3** mostra a determinação do emprego e do produto no caso de excesso generalizado de oferta. Os limites pontilhados mais afastados da origem, cuja intersecção é dada pelo ponto (M), referem-se à oferta *notional* walrasiana de bens – $y^s \left[\left(\frac{W}{P} \right)^*, g^d \right]$ – e de trabalho – $l^s \left[\Omega^*, \left(\frac{W}{P} \right)^* \right]$, isto é, as ofertas *notional* antes da perturbação em (P) e (W). Já as linhas pontilhadas mais próximas à origem do gráfico, cuja intersecção é o ponto (K), representam os resultados efetivamente observados. A curva $c^{d'} \left[\Omega'(P_1), \left(\frac{W}{P} \right)^* \right] + g^d$ nos dá as combinações de produto e trabalho associados com o nível de preços superior ao de *market clearing* walrasiano (P_1) e o nível de riqueza *non-wage* $\Omega' < \Omega^*$. Já a curva $l^{d'}(y, g)$ fornece a oferta de trabalho efetiva dado o nível de preços (P_1) e o racionamento no mercado de trabalho.

Um deslocamento da economia do ponto (K) para o ponto (M) exige, portanto, uma redução no nível de preços, tal que se observe $P = P^*$, acompanhada de uma redução proporcional nos salários nominais, de forma de $(W/P) = (W/P)^*$. Outra forma de se obter esse resultado seria através da elevação de (M) ou uma redução em (τ) – isto é, uma política monetária e/ou fiscal expansiva – de forma que (W_1, P_1) seja compatível com o *market clearing*.

No caso de excesso de demanda generalizado tem-se uma situação análoga. O princípio das trocas voluntárias garante que as quantidades serão determinadas a partir das ofertas. No caso das firmas isso implica que $l < l^d$, de forma que ela é *quantity-taker* em relação ao nível de emprego, e *price-taker* em relação à (P) e (W). As firmas buscarão, assim, produzir o máximo

possível com o volume de trabalho disponível. Já no lado do consumo – sabendo-se que o governo não é racionado – as famílias não terão acesso a quantidade *notional* de bens ($c < c^d$). Neste caso a decisão em relação a oferta de trabalho envolve duas alternativas: a família pode continuar aceitar emprego igual ao seu nível ideal e poupar a fração da renda não destinada ao consumo, e/ou reduzir sua oferta de trabalho, trocando os bens aos quais não tem acesso por um maior consumo de lazer. Essa possibilidade de se trocar “poupança forçada” por lazer – dizem os autores – não seria contemplada na análise clássica. Adotando esse expediente, os autores argumentam que o caso de excesso generalizado de demanda pode acabar por provocar uma redução no nível de emprego e produto, esse resultado é conhecido como multiplicador de oferta¹⁹. Neste cenário, para deslocar o equilíbrio “efetivo” para o nível de *market clearing* é necessário elevar o nível de preços, uma redução na oferta monetária ou uma elevação nos impostos.

Gráfico 2 .

Mercado de Bens sob Excesso de Oferta de Trabalho.

Fonte: Barro & Grossman (1976). Elaboração Própria.

Gráfico 3.

Determinação do Produto e do Emprego no caso de Excesso de Oferta Generalizado.

¹⁹ Segundo HOWITT (1979, p. 60): “This inattention of the details of market organization also appears to be responsible for the curious “supply multiplier”, according to which an increase in aggregate demand, from an initial position of generalized excess demand or even of full employment equilibrium, causes a decrease in output – a prediction that threatens to undermine the compatibility of the approach with positive correlation between aggregate demand and output unless some reason can be found why excess demand should be less common than excess supply”.

Deve-se notar que o modelo Barro-Grossman é capaz de incluir o “caso clássico” – isto é, desemprego provocado por um salário real acima do valor de equilíbrio –, além disso, a demanda por trabalho pode variar mesmo com o nível salários reais inalterados, de maneira que esses podem ser pró, anti ou acíclicos, a depender da situação em que a economia se encontre.

Outro trabalho macroeconômico bastante popular foi o de Malinvaud (1977), o qual é composto por três partes: **(i)** inicialmente o autor apresenta uma versão simplificada do modelo de Benassy (1975), reduzindo-o aos três mercados usuais da Macroeconomia; **(ii)** em seguida apresenta-se uma especificação estática de um modelo macroeconômico nas linhas de Barro & Grossman (1971), a partir do qual o autor faz análises de política econômica, e; **(iii)** por fim o autor apresenta algumas considerações sobre a provável dinâmica desse modelo, naquilo que o autor denomina *médio prazo*.

O modelo de Malinvaud (1977) tem as seguintes características; (a) existem três mercados: o de bens, o de trabalho e o de moeda, sendo que neste último não há racionamento. (b) existem três unidades de decisão: firmas, trabalhadores e governo, sendo que este último não é racionado em sua demanda por bens. Firms podem ser racionadas no mercado de trabalho (não conseguem contratar sua demanda ideal de trabalho ao preço corrente), trabalhadores podem ser racionados no mercado de bens (não conseguem comprar a quantidade ideal de bens e serviços ao preço corrente) e de trabalho (não conseguem vender a quantidade ideal de trabalho ao preço corrente), enquanto o Governo é não racionado. O racionamento no mercado de trabalho é binário: ou o agente está empregado ou desempregado. Já no mercado de bens assume-se que os agentes desempregados não são racionados, enquanto os empregados o são de forma fixa, o que significa que eles receberão uma mesma quantidade exógena de bens. Essas categorias são resumidas no seguinte diagrama²⁰:

---

²⁰ Sobre o caso de excesso de demanda no mercado de trabalho e de excesso de oferta no mercado de bens: “The fourth possibility, where the firms are constrained in both markets and the households are unconstrained reduces this model to a degenerate case at the limit between Keynesian unemployment and repressed inflation. This is due to the fact that firms cannot be constrained in both markets unless one of the constraints is redundant (this case would reappear if firms were allowed to invest or to hold inventories)”. (GRANDMONT, 1977b, p. 171).

		Mercado de Bens	
		Mercado de Comprador (Excesso de Oferta)	Mercado de Vendedor (Excesso de Demanda)
Mercado de Trabalho	Mercado de Comprador (Excesso de Oferta)	<i>Desemprego Keynesiano</i>	<i>Desemprego Clássico</i>
	Mercado de Vendedor (Excesso de Demanda)	-----	<i>Inflação Reprimida</i>

Fonte: Baseado em Malinvaud (1977), elaboração própria.

Como seu modelo não traz grandes inovações ao de Barro & Grossman (1971), o que se destaca são suas considerações sobre política econômica, que são divididas em medidas orçamentárias e controle de preços e/ou salários. A ideia de melhoria de bem-estar é feita a partir da utilidade dos indivíduos, de tal forma que é preciso levar em conta a utilidade dos empregados, a dos desempregados e a taxa de desemprego (isto é, a dinâmica entre a quantidade de indivíduos empregados e desempregados).

No regime keynesiano, o aumento dos gastos autônomos opera via efeito multiplicador tradicional, provocando o aumento do emprego e reduzindo o excesso de oferta em ambos os mercados. Trata-se de uma melhoria de Pareto, já que a utilidade dos anteriormente empregados não é afetada, assim como a dos trabalhadores ainda desempregados, enquanto aumenta-se o bem estar daqueles que passam do desemprego para o emprego. Além disso, uma redução proporcional de salário e preços é capaz de reduzir o excesso de oferta de trabalho, já que há um aumento no valor real dos encaixes iniciais dos trabalhadores, provocando aumento do consumo (por parte dos desempregados não racionados). No regime “clássico” variações na demanda autônoma do governo ou variações proporcionais em w e p não afetam a oferta de bens. Mas o aumento dos gastos do governo, ao deslocar o consumo privado, aumenta o racionamento no mercado de bens. Isso implica em um aumento de poupança forçada dos trabalhadores, que passam então a consumir mais lazer, reduzindo a oferta de trabalho, o que acaba por reduzir a taxa de desemprego da economia. Para Malinvaud (1977) essa política não é uma melhoria de Pareto, pois significa distribuir utilidade dos trabalhadores “antigos” para os “recém-contratados”. Já no regime de inflação reprimida; uma redução dos gastos do governo provoca um aumento na demanda por trabalho, ao tornar o racionamento no mercado de bens menos severo para os trabalhadores, aumentando, assim, o consumo e a oferta de trabalho. E um aumento no nível de preços, ao

reduzir os encaixes iniciais dos consumidores, provocaria uma expansão da oferta de trabalho e um aumento na produção.

Por fim o autor tenta construir uma análise dinâmica, para tratar daquilo que chama de médio prazo – já que no longo, valeria o modelo neoclássico –, mas o autor é incapaz de apresentar uma especificação matemática explícita dessa economia artificial;

A proper theory of unemployment should [...] rest on a complete and correct specification of the dynamic behaviour of the economy. But we must recognize that such a specification is at present beyond our reach. Hence, I cannot claim here to do more than attempting to provide some bird's-eye view of what a fully theory ought to be. The following arguments will therefore be quiet tentative. I shall moreover limit attention to those aspects of the theory that directly bear on the meaning of short-term analysis. (MALINVAUD, 1977, p. 91).

1.3 – A Teoria do “Desequilíbrio” Geral: Os Microfundamentos.

A insatisfação dos Keynesianos Desequilibristas com os microfundamentos walrasianos os levou a desenvolver um novo conjunto de primitivas a respeito da organização e operacionalidade dos mercados (em especial) e sobre o comportamento dos agentes econômicos (em menor medida). As críticas feitas pelos Desequilibristas ao modelo walrasiano tradicional eram exatamente as mesmas que ainda hoje se observam nas diversas formas de heterodoxias: o esquema não era apropriado para o tratamento de economias monetárias descentralizadas²¹. Existiam duas correntes centrais na pesquisa sobre a teoria do desequilíbrio geral, São elas: (i) aquela associada aos trabalhos de Benassy (1975, 1976, 1977), e; (ii) aquela associada à pesquisa de Drèze (1975), entre os quais se destaca o trabalho de Grandmont e Laroque (1976).

O modelo de Benassy (1975) é o que busca de forma mais clara microfundamentar os *insights* da macroeconomia. O que entendemos é que Benassy não estava interessado em observar o comportamento de um modelo de equilíbrio geral tipo Arrow-Debreu-McKenzie quando

---

²¹ Ver Grandmont e Laroque (1976: 62). Ou ainda: “While this [Arrow-Debreu] theory is a very useful framework of reference, its extreme assumptions make it an inadequate tool for representing the world we live”. (GRANDMONT, 1977, p. 535).

exposto a uma série de imperfeições, mas sim em desenvolver um modelo que fornecesse bases microeconômicas mais sólidas as ideias mais ou menos formalizadas pelos autores da macroeconomia.

Em Benassy (1975) o autor inclui l bens ($h = 1, 2, \dots, l$), mais a moeda (m) que serve como meio de troca. Em sua abordagem – em uma tentativa de expressar a hipótese de restrição de liquidez²² em uma economia monetária – as trocas ocorrem seguindo o raciocínio de *cash-in-advance*. Trata-se de uma das tentativas de se distinguir do modelo walrasiano mais simples, no qual as trocas são reais e não monetárias. A ideia é que um indivíduo (i) irá visitar os (l) mercados sucessivamente. Os agentes expressam suas demandas e ofertas em um mercado particular ($\equiv \tilde{z}_{ih}$), e então ocorre a troca (em cada mercado o agente é ofertante *ou* demandante, por simplificação). Os agentes realizam suas transações, sendo eventualmente racionados, e percebem essas restrições nas suas quantidades trocadas. Então, como função das restrições percebidas, ele irá expressar novas demandas nos mercados subsequentes, *e assim sucessivamente*. Ou seja, as trocas são sequenciais, e não simultâneas, como no processo tipo *tâtonnement*. Dada as características do modelo, no agregado, o excesso de demanda será diferente de zero²³: $\tilde{Z}h = \sum_{i=1}^n \tilde{z}_{ih} \neq 0$. Para que haja equilíbrio (e que este seja relevante) é necessário obedecer a três princípios²⁴: (i) *trade balance*, o que significa que o somatório das compras precisa ser igual o somatório das vendas (oferta efetiva igual à demanda efetiva). (ii) trocas voluntárias, e; (iii) ausência de par bloqueante²⁵, o que significa que se houver um comprador racionado em um mercado, não pode haver um vendedor racionado *naquele mesmo mercado*, o que visa garantir o esgotamento de trocas mutuamente vantajosas. Assim as transações agregadas (compras e vendas) efetivas ($\equiv \bar{z}_{ih}$) serão, por definição, iguais a zero: $\sum_{i=1}^n \bar{z}_{ih} \equiv 0$. Cada agente pode estar em um determinado mercado em um das seguintes cinco situações, cujas descrições são auto-evidentes: (a) comprador racionado; (b) comprador não-racionado; (c) vendedor racionado; (d) vendedor não-racionado, e; (e) fora do mercado. Há ainda três tipos de mercados; (a') equilibrados; (b') de vendedores (nos quais há pelo menos um comprador racionado), e; (c') de compradores (nos quais há pelo menos um vendedor racionado).

---

²² Ver Clower (1967).

²³ Importante notar que no caso da análise de Desequilíbrio, a lei de Walras não vale para as demandas efetivas.

²⁴ Ver Malinvaud (1977).

²⁵ Tomando-se emprestado o léxico dos jogos de *matching*.

Torna-se também necessário definir um esquema de racionamento (F_{ih}) e uma função de restrição percebida (G_{ih}). Benassy (1975) não apresenta uma forma específica para o esquema de racionamento, mas supõe que ele é uma função qualquer das demandas ideais individuais, e que obedece as propriedades (i) e (ii) descritas acima. Isso faz com que a função genérica seja compatível com uma série de formas reais de racionamento (cujo exemplo mais trivial é a existência de uma fila na qual se fornecem quantidades fixas de um determinado bem). Outro ponto é que se uma determinada transação é vista como possível qualquer transação de mesmo sinal e menor magnitude também será vista como tal. Já a restrição percebida pelo agente individual, fornecerá uma medida quantitativa subjetiva estimada de sua restrição em determinado mercado²⁶ ($\bar{z}_{ih}$). Para Benassy (1975) no processo de estimação o agente levará em conta todas as informações disponíveis, especialmente as demandas expressas pelos demais agentes. A função G_{ih} apresenta três propriedades: (i') se o agente está no lado longo do mercado, sua transação é realizada é igual sua restrição percebida; (ii') se o agente não é racionado, ele pode perceber alguma probabilidade de mais trocas no mesmo sentido, e; (iii') se o agente estiver no lado curto do mercado, ele acredita que pode trocar estritamente mais mercadorias (no mesmo sentido de suas trocas realizadas).

Assim, o problema do agente individual diz respeito à maximização de sua utilidade (que depende da dotação inicial, das transações realizadas, e dos encaixes monetários), dado um conjunto de restrições (de recursos e de quantidades). O que o agente faz, em suma, é computar seu plano ótimo em um mercado (h), levando em conta as restrições sofridas nos outros mercados, e então anunciar o nível de trocas que deseja realizar. Benassy (1975) é capaz de determinar a existência do seu *k-equilíbrio*, mas não sua eficiência. Ou melhor, como o equilíbrio não será ótimo de Pareto, o autor desenvolve outro conceito de eficiência: “[...] a state will be efficient if, at the given set of prices, no trades involving pairs of goods can strictly improve the utility of all traders involved” (BENASSY, 1975, p.510). Mas mesmo que não seja possível tal procedimento (isto é, o equilíbrio sendo eficiente a partir desse critério), possíveis melhorias de Pareto são possíveis no equilíbrio. Isso, pois, a economia não tem mecanismos eficientes para sinalizar endogenamente a existência de possíveis trocas mutuamente vantajosas dada à falha do sistema de preços.

---

²⁶ Benassy (1977) define a restrição percebida como o modo que o agente percebe a relação entre suas ações (isto é, a expressão de seus planos ideais) e as consequências derivadas dessas ações (isto é, a materialização de seus planos efetivos) em cada um dos h mercados.

Em Benassy (1977) o autor se debruça sobre a questão dos esquemas de racionamento possíveis, distinguindo-os em dois tipos: os manipuláveis (o que significa que o agente ao expressar uma demanda superior à ‘real’ é capaz de aumentar seu volume de transações) e os não manipuláveis (nos quais os agentes são incapazes de influenciar o volume de trocas a partir de variações nas suas demandas expressas). Nesse exercício o autor apresenta duas novas categorias de análise, distinguindo ações (que diz respeito às demandas efetivas expressas nos (h) mercados) de consequências (que diz respeito às transações realizadas em cada um dos (h) mercados). Neste caso os agentes desconhecem a real regra de alocação (isto é, a função de racionamento), como também desconhecem as ações tomadas pelos demais agentes. Desta forma, a variável relevante será o esquema de racionamento percebido, que determina como o agente entende a relação entre suas ações e as respectivas consequências. Benassy (1977) mostra que os esquemas manipuláveis dariam origem ao fenômeno de *overbinding*, isto é, os agentes passam a expressar uma demanda significativamente superior àquela que desejam de fato obter. Com uma série de agentes apresentando o mesmo comportamento, acaba-se por deslocar a curva de transações percebidas, “o que significa que para obter o mesmo nível de transações, os agentes terão que expressar demandas continuamente crescentes” (Benassy, 1977, p. 160). Assim, apenas os esquemas não manipuláveis (por exemplo; racionamento uniforme e fila) são relevantes para a teoria macroeconômica.

Em Benassy (1976) o autor busca endogeneizar a formação de preços através da hipótese de concorrência monopolística, utilizando-se do conceito de *curva de demanda percebida* de Bushaw-Clower, a qual fornece a quantidade máxima de bens que o monopolista acredita ser possível vender como função de seu preço. O *timing* da economia artificial de Benassy (1977) é tal que os reajustes de preços ocorrem interperíodos; em um instante t os preços são dados, ocorrem as trocas (e os ajustes quantitativos), e então o monopolista revê sua política de preços (dadas as observações do período e as projeções para o futuro), de forma que a economia terá no início do instante $(t+1)$ um novo vetor de preços rígidos.

O trabalho de Jacques Drèze, apesar de ter sido publicado em 1975 – mesmo ano do artigo central de Benassy – já circulava como *Discussion Paper* em 1971. Na nota de rodapé número 2, o autor afirma: “The present note was motivated by research in progress on the rational aspects of wage rigidities and unemployment compensation, viewed as a form of income for

which market opportunities offer no substitute” (DRÈZE, 1975, P. 301). Ou seja, não há referências a um objetivo explícito de microfundamentar os modelos de Desequilíbrio. Em correspondência particular, datada do dia 4 de março de 2011, o Sr. Drèze em resposta a nossas indagações, disse:

As stated in footnote 1, my interest in the subject did not come from macroeconomics as such; it came from situations where price rigidities are second-best efficient, due to incompleteness of markets for trading (insuring) risks. The footnote refers to wage rigidities - a theme further explored, for instance, in my paper with Christian Gollier (EER 93). Another application I had in mind concerns electricity, about which Marcel Boiteux argued that prices announced a long time in advance and kept unchanged in spite of new developments had the merit of providing guidelines to consumers purchasing durables (e.g. heaters). (DRÈZE, Jacques, 2011).

Apesar de não ser seu objetivo central, Drèze (1975) tornou-se indissociável dessa escola²⁷. Mas sua utilização como referência para a Macroeconomia foi menos frequente do que Benassy (1975)²⁸. Uma das potenciais explicações para essa menor utilização pode se dever ao seguinte fato: ao contrário do sugerido pelos demais autores, em Drèze (1975) as trocas ocorrem de forma simultânea em todos os mercados. Ou seja, rompe-se com uma das hipóteses fundamentais da Abordagem de Desequilíbrio. Apesar de romper com as hipóteses dos modelos walrasianos mais tradicionais e flertar com categorias Desequilibristas, o modelo de Drèze (1975) parece se encaixar mais em um exercício típico da “ciência normal” deste ramo do conhecimento, isto é, a busca por avanço a partir do relaxamento, supressão ou substituição de hipóteses simplificadoras.

Drèze (1975) trabalha com dois tipos de rigidezes: **(i)** de preços nominais, e; **(ii)** preços relativos. O autor apresenta três especificações de sua economia artificial: **(a)** há rigidez nominal em uma economia sem moeda; **(b)** há rigidez real em uma economia com moeda, e; **(c)** uma junção dessas duas imperfeições em uma economia moeda. Em seu modelo uma espécie de leiloeiro quantitativo fixa um limite superior e inferior para os preços. Esses limites são conhecidos pelos agentes, de forma que eles expressam suas demandas levando em conta esse racionamento. Caso haja excesso de demanda diferente de zero em algum

²⁷ Ver Benassy (1977), Grandmont (1977), Drazen (1980), Svensson (1980).

²⁸ O banco de dados do *Google Acadêmico* registrava em novembro de 2011 462 citações à Benassy (1975) enquanto Drèze (1975) aparece com 325.

mercado, os limites quantitativos são reajustados de forma a eliminá-lo. O autor demonstra – a partir do teorema do ponto fixo de Kakutani – que existe um equilíbrio para cada uma de suas especificações e que eles são ótimos no sentido de Pareto. Essa é uma propriedade não só relevante em si mesma, como expõe outra diferença entre os trabalhos de Drèze e Benassy. Já que este último desenvolve um conceito alternativo de eficiência para o seu *k-equilíbrio*.

1.4 – As Críticas a Abordagem de Desequilíbrio

Começemos pelas críticas aos programas de microfundamentação Desequilibrista.

A crítica mais comum à época sobre a abordagem neoclássica padrão era a de que suas hipóteses eram demasiadamente particulares, fortes e irrealistas. Mas a análise dos estudos Desequilibristas mostra que suas hipóteses comportamentais e organizacionais do mercado eram pelo menos tão fortes quantos as walrasianas. O que aqui chamamos de teoria do desequilíbrio geral é tratado por De Vroey (2004) como equilíbrio geral marshalliano:

Insofar as the auctioneer is absent from the Marshallian scenario, the burden of the formation of equilibrium now lies on economic agents. They need to assess relevant market supply and demand functions on their own. Therefore, they must be informed about the relevant private data. Perfect information in this stronger meaning turns out to be the linchpin of the equilibrium formation process. In short, the agents participating in the market are supposed to be as omniscient about it as the outside model-builder economist. Once this omniscience feature is brought to the forefront, which is scarcely the case, the conclusion must be drawn that the Marshallian trade technology fares hardly better than the Walrasian in terms of realism. Both are based on a *deus ex machina*, perfect information in one case, the auctioneer in the other. (De VROEY, 2004, p. 66-7).

As estruturas centrais – ou primitivas básicas de análise – sobre a operacionalidade do mercado eram compartilhadas pelas duas grandes vertentes de pesquisa, mas havia também um conjunto relevante de questões não resolvidas, do qual destacamos; (i) Não havia uma definição consensual sobre demanda e oferta efetivas. O fato de Benassy e Drèze apresentarem estruturas distintas sobre a operacionalidade do mercado implicava na distinção de definições. A demanda efetiva tipo Clower-Benassy é obtida se a função utilidade é maximizada sujeita à restrição orçamentária e todas as restrições quantitativas exclusive a

relevante para o bem a qual está sendo derivada²⁹. Já a demanda efetiva tipo Drèze é derivada se a função utilidade é maximizada sujeita à restrição orçamentária e todas as restrições quantitativas existentes de forma simultânea. (ii) Não havia uma definição consensual para a mensuração do Desequilíbrio. Benassy apresenta uma medida objetiva para o Desequilíbrio, mas ocorre que em seu modelo as trocas desejadas expressas pelos agentes podem extrapolar o conjunto orçamentário (individual e agregado), de forma que tomar a diferença entre essa demanda desejada e as trocas realizadas como medida de desequilíbrio é – no mínimo – precário³⁰. O modelo de Drèze, por seu turno, sequer apresenta alguma medida nesse sentido.

Em relação aos modelos macroeconômicos a crítica comum aos modelos de primeira e segunda geração – e a mais fundamental feita ao Desequilíbrio – diz respeito à inexistência de justificativas teóricas robustas para a existência de rigidezes. Assumia-se simplesmente um vetor preços rígido e exógeno, tomando-se essa característica como um dado da natureza cujas justificativas superficiais (falhas de coordenação, informações incompletas, etc.) não se traduziam em um aparato modelável. Esse ponto é detalhadamente desenvolvido por Howitt (1979) e Drazen (1980), por exemplo.

Em relação aos modelos de segunda geração, a maior falha de Barro & Grossman (1971) – além da anteriormente citada – é sua estrutura estática, não há qualquer referência ao comportamento expectacional dos agentes. Os modelos de 1974 e 1976 – apesar de apresentarem uma dinâmica razoavelmente satisfatória, mais próxima aos modelos correntemente utilizados – também tratam a questão expectacional de forma puramente *ad hoc*. Em Malinvaud (1977) as falhas são ainda mais evidentes: **(a)** existem “parâmetros livres” os quais não são explicados endogenamente pelo sistema; **(b)** O autor é enfático ao afirmar que no longo prazo valeria o esquema walrasiano tradicional (Malinvaud, 1977, p.92), mas no seu médio prazo não existe uma teoria explícita sobre quem e/ou como se fixa preços acima do nível de *market clearing*, e; **(c)** a análise de *policy* – assim como nos modelos Barro-Grossman – não leva em conta de modo satisfatório possíveis reações dos agentes, e quando especula sobre elas não leva em consideração alguma forma de racionalidade

---

²⁹ Segundo SVENSSON (1980, p. 345-53): “The obvious conclusion is that the choice-theoretic foundation of Clower demand is [...] very weak, or rather non-existent, in spite of it being widely used in the macroeconomic fix-price literature”. Já Gradmont (1977a, p. 178) diz: “The weak point [do modelo de Benassy] is how agents formulate their trade offers, which does not seem to be justified by a satisfactory theory”.

³⁰ Drazen (1980).

intertemporal, de modo que essas análises não resistem à crítica econométrica de Lucas (1976). Como o sistema de preços não é eficiente na sinalização de trocas mutuamente vantajosas, e como o governo não é nunca racionado, praticamente se assume a capacidade de o governo em suplantar as ineficiências do sistema de mercado.

1.5 – Fracasso?

Uma corrente de pensamento pode ser dita fracassada a partir de pelo menos dois pontos de referência; (i) pode fracassar a partir da divergência entre seu resultado efetivo e de sua ambição fundadora, como, por exemplo, a de se tornar a nova ortodoxia, e; (ii) pode fracassar por ser em algum momento percebida como um desvio improdutivo nos rumos da disciplina, de forma que nada de relevante foi acrescentado ao conhecimento até então acumulado. Pode-se afirmar que o projeto da Macroeconomia do Desequilíbrio fracassou no sentido (i), já que seus principais textos não são mais lidos ou utilizados como referência por aqueles preocupados com a ‘ciência normal’ em Economia [Mankiw (2005)]. A ambição de construir uma macroeconomia não-walrasiana/desequilibrista falhou. Mas quais são as causas desse fracasso? BACKHOUSE & BOIANOVSKY (2005, p.16) em uma excelente resenha sobre o assunto apresentam duas explicações: (1) Explicação usual: “[...] the [...] assumption that prices and wages were sticky seemed implausible in a world where inflation was running at over 10% per annum and controlling prices was the major problem facing the authorities”. (2) Explicação dos autores: “For a brief period, economists spoke of disequilibrium macroeconomics as though it were a coherent, unified research program. As we have shown, this was not the case, its architects following programs that were radically different from each other”. Explicações do tipo (1) não nos parecem relevantes. A hipótese de rigidez de preços não significa, nem requer uma inflação observada nula (ou constante). Quando se fala em rigidez de preços, fala-se em desalinhamento ou não ajustamento automático de preços relativos. E os processos inflacionários, antes de levarem a economia a um ponto ideal de sincronia perfeita de reajustes, aumentam a dispersão de preços. Outro ponto é que a rigidez de preços pode ser encarada não com um dado objetivo da realidade, mas simplesmente como um expediente *ad hoc*, capaz de capturar problemas de coordenação, informação, etc. Aliás, essa é uma das hipóteses mais duráveis da Macroeconomia, presente desde a Síntese Neoclássica

até a Nova Síntese Neoclássica³¹. Em relação ao ponto (2), apesar de ser bastante relevante e merecedor de análise, é problemático afirmar *a priori* que uma escola que abrange uma série de investigações heterogêneas está fadada ao fracasso. Pode-se igualmente assumir *ex ante* que essa heterogeneidade é um sinal de flexibilidade de um projeto de pesquisa frutífero. A resposta para o “fracasso” é apresentada de forma não explícita pelos autores: a Abordagem de Desequilíbrio não se sustentou devido tanto às suas limitações internas, como pelo aparecimento de um referencial percebido como superior:

Clower and Leijonhufvud followed paths that were so much at variance with generally accepted canons of good practice that, even when it surfaced in the mainstream journals, it could easily be ignored. Barro's renunciation of disequilibrium macroeconomics was particularly prominent because his work on government debt and monetary policy became very widely known. Furthermore, when he switched to the New Classical Macroeconomics, he did so because he believed it provided better microfoundations for macroeconomics than did disequilibrium macroeconomics. (...) Patinkin could not formalize what he considered the most important part of his book. Malinvaud could not advance the model beyond the 1977 fixed-price formulation. Clower realized that both his early price-adjustment models and his dual-decision hypothesis failed to do justice to his intuitions about the world (...) It was only when, in the late 1970s and in the 1980s, that Stiglitz, Mankiw, Taylor and others began to work out models that were as firmly grounded in individual optimizing models as those of the New Classical Macroeconomics – accepting the New Classical methodology – that the New Keynesian Economics became firmly established. Though New Keynesian Economics formalized many ideas with which the founders of disequilibrium macroeconomics had been concerned, for Clower and Leijonhufvud it represented a taming of their ideas just as Barro and Grossman had done a decade earlier, and they rejected it. (BACKHOUSE & BOIANOVISKY, 2005, p.16,17).

Se Clower e Leijonhufvud podiam ter seus trabalhos ignorados, Barro convertera-se à macroeconomia lucasiana, e Stiglitz aceitara as regras metodológicas de Lucas (ainda que com uma visão alternativa do funcionamento da economia, ou das questões centrais a serem respondidas e tratadas), isso significa que a metodologia de Lucas passou a ser aceita como pré-requisito para a boa prática da investigação científica, o que, por sua vez, implica que ela foi entendida pela maioria dos economistas como superior aquela dos Desequilibristas. Kuhn (2009[1962]) retrata didaticamente esse tipo de evento:

---

³¹ Ver Goodfriend e King (1997).

Quando [...] um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente. *Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma*. Mas sempre existem *alguns que se aferram a uma ou outras das concepções mais antigas; são simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados*. (KUHN, 2009, p. 39. Grifos nossos)

Uma questão indissociável sobre as causas do “fracasso” Desequilibrista é, portanto, a investigação sobre as causas da vitória da metodologia lucasiana. Barro (1979) explica sua “conversão” a partir dos seguintes pontos: (i) a hipótese de equilíbrio contínuo era mais rigorosa e capaz de abarcar considerações Desequilibristas, e; (ii) ao postular a existência de trocas mutuamente vantajosas, a Abordagem de Desequilíbrio praticamente assumia a capacidade de políticas de “ajustamento fino” em provocar melhorias de Pareto.

[...] the serious problem with non-market-clearing models are not its characterization of supply and demand, but rather in the neglect of other branch of price theory: namely, supply equals demand. Supply not equal to demand as a basis for quantity determination in non-market-clearing models is not on the same analytical level as supply equals demand. The latter mechanism implies that [...] the private market manages to exhaust trades that are perceived mutual advantages of exchanging parties. On the other hand, by mechanically leaving opportunities for mutually desirable trades, the non-market-clearing approach makes government policy activism much too easy to justify. When arbitrariness of supply unequal demand is replaced by a serious explanation, such as imperfect information [...] the case for government intervention becomes much less obvious. (BARRO, 1979, p. 56).

A inexistência de uma explicação robusta para a existência de rigidezes – uma das respostas usuais para a inconsistência do esquema Desequilibrista – é apenas uma parte do problema. Como vimos nas críticas aos modelos macro e microeconômicos havia também: **(a)** inexistência de uma definição consensual sobre demanda efetiva, e, portanto, de uma medida mensurável de desequilíbrio; **(b)** inexistência de uma forma funcional para o racionamento; **(c)** uma estrutura expectacional explícita para os agentes (que permaneciam sendo enganados mesmo sob uma estrutura determinística de racionamento); **(d)** as análises de *policy* estavam sujeitas à crítica de Lucas (1976), e; **(e)** existência de parâmetros não explicados endogenamente pelo sistema. A nós nos parece que a própria hipótese de Backhouse &

Boianovsky (2005) é reflexo dessas inconsistências. Isto é, havia dispersão exatamente pela inexistência de uma formulação suficientemente robusta que pudesse se tornar um referencial comum.

Outra forma de colocar a questão é a seguinte; na Abordagem de Desequilíbrio era necessária uma especificação microeconômica que não havia ainda encontrado uma consistência interna comparável aquela dos modelos Arrow-Debreu-McKenzie. E isso era razoável, já que enquanto Benassy (1975) e Drèze (1975) iniciavam uma agenda de pesquisa, os modelos tradicionais já contavam com quase três décadas de ciência “normal”. E os modelos macroeconômicos mais sofisticados – como Barro & Grossman (1976) – também não apresentavam a mesma consistência interna dos melhores modelos Novo-Clássicos como Lucas (1975), especialmente quando Kydland & Prescott (1982) apresentam uma especificação quantitativa para aquele *framework*. O esquema de Lucas ao invés de exigir um novo conjunto de primitivas microeconômicas e uma nova macroeconomia, reduzia os três campos de nossa ciência a uma mesma estrutura de análise. A hipótese de equilíbrio contínuo dos mercados afasta os problemas de racionamento, distinção entre resultados efetivos e esperados, etc., assim os resultados observados em uma série de tempo qualquer são simplesmente realizações de um processo estocástico que podem e devem ser explicados utilizando-se apenas os conceitos tradicionais da economia neoclássica: equilíbrio, racionalidade, preferências e tecnologia. Além disso, a hipótese de expectativas racionais – difundida por Lucas – fornecia não só um contraponto aos esquemas *ad hoc* de formação expectacional, como revolucionou os estudos sobre política econômica. Outro ponto menos discutido sobre a metodologia Novo-Clássica diz respeito à revolução ocorrida na análise econométrica, associada aos esforços de Sims (1980). Hoover (2009) é um dos autores que aponta a falta de tratabilidade econométrica dos modelos de Desequilibristas como ponto fundamental para seu desaparecimento. MALINVAUD (2003, p. 192) parece concordar: “It is also true that the macroeconometric implementation of the models developed along this research line did not result in a complete renewal of the structural models currently used for forecast and policy analysis”.

Em relação ao fracasso no sentido (ii), não podemos dizer que os Desequilibristas fracassaram³². E é esse “sucesso” que permite as considerações de ROMER (1993, p.5-6) – “The [neoclassical] synthesis reached its height with the disequilibrium models of the late 1960s and early 1970s, which appended assumptions of completely fixed prices and wages to otherwise Walrasian general equilibrium models (for example, Malinvaud, 1977)” – e as de MANKIW (2006, p. 35) – “The first wave of research that can rightly be called “new Keynesian” is the work on general disequilibrium (Barro and Grossman, 1971; Malinvaud, 1977)”. O *framework* utilizado por Malinvaud (1977) lhe dá um aspecto de ser mais próximo a Patinkin (1956) do que aos modelos “contemporâneos” como Barro & Grossman (1976) e Lucas (1975), o que faz com que Romer (1993) o associe ao “último estágio” da Síntese Neoclássica. Em relação à postura de Mankiw (2005), é possível associar as questões não resolvidas dos Desequilibristas – como os motivos para a existência de rigidezes – com a agenda de pesquisa dos Novos Keynesianos dos 1980. Mas ambas as interpretações históricas – de Romer (1993) e Mankiw (2005) – buscam uma coerência e um desenvolvimento linear do saber econômico que não é procedente. Diz Skinner (1969) ao tratar daquilo que chama de mitologia da coerência nos estudos de História das Ideias:

[...] there is the astonishing, but not unusual, assumption that it may be quite proper, in the interest of extracting a message of higher degree of coherence from an author's work, to discount the statements of intention which the author himself may have made about what he was doing, or even to discount whole works which would impair the coherence of the author's system. (SKINNER, 1969, p. 18-9).

Se Mankiw e Romer levassem em conta o que afirmavam explicitamente Malinvaud (1977), Clower (1965) e Leijonhufvud (1968), por exemplo, saberiam que eles não se viam como uma “fase superior” da Síntese Neoclássica. Tampouco se imaginavam colaborando para a construção daquilo que seria o Novo-Keynesianismo dos anos de 1980, já que eram críticos da metodologia lucasiana (não por acaso, não se observou uma ampla conversão dos Desequilibristas ao Novo Keynesianismo).

---

³² Isso permite melhor compreender a postura de Malinvaud (2003) quando afirma: “My own conclusion is that the research in question enlightened our understanding of macroeconomic disequilibria, thanks to both the treatment of new theoretical models and the macroeconometric applications which were made. But further progress at the same overall level is very, very difficult to achieve [...]. I had recently to comment for a journal on a paper which asked why had this disequilibrium theory failed. And I said that I wasn't really a proper referee for this paper. In the first place, I didn't believe the theory in question failed”. (MALINVAUD in KRUEGER, 2003, p. 192-3).

II – Uma Análise Histórica (e Retórica) do Discurso Doutrinário de Robert E. Lucas Jr.

Resumo – Nosso objetivo no presente artigo é analisar aquilo que denominamos “discurso doutrinário” de Robert Lucas. Trata-se de seus artigos e/ou argumentos apresentados sob a forma discursiva, versando sobre questões históricas e metodológicas da teoria econômica (macroeconômica, em particular). Esse discurso é retirado majoritariamente de uma série de artigos elaborados nos anos 1970 para a apresentação em conferências. Nesses trabalhos o objetivo fundamental não é o de convencer os adversários da correção de suas ideias a partir de uma análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim conquistar os indecisos e alimentar a “fé” dos já convertidos. Nosso estudo centra-se em dois grandes temas: (i) a análise da metodologia e da interpretação da história da macroeconomia apresentadas por Lucas, e; (ii) suas críticas e elogios ao “keynesianismo”. O que emerge dessa análise é uma estrutura significativamente complexa de argumentação, que vai além da tradicional visão de Lucas como simplesmente um anti-keynesiano.

Introdução

Robert E. Lucas Jr., laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1995 graças a “aplicação e desenvolvimento da hipótese de expectativas racionais”, a qual transformou “a análise macroeconômica” e aprofundou “nosso entendimento sobre política econômica”³³, pode ser considerado, sem o menor risco de excessos, um dos arquitetos da Macroeconomia contemporânea (Chari, 1998). Sua agenda metodológica se impôs quase como um critério de demarcação na disciplina³⁴; os axiomas de equilíbrio contínuo dos mercados (e, oposição ao non-market clearing), a racionalidade muthiana intertemporal dos agentes (em oposição aos esquemas autoregressivos de formação expectacional) e a exigência de microfundamentos tipo Arrow-Debreu-McKenzie, por exemplo, determinaram as novas regras da boa prática científica. Essa estrutura nasceu não apenas de uma visão filosófico-metodológica, mas também do esforço do próprio autor na busca de um modelo que incorporasse tais características.

Lucas recebeu seu título de PhD em Economia pela Universidade de Chicago no ano de 1964 e seu primeiro trabalho de grande impacto é *Adjustment Cost and the Theory of Supply* de 1967, publicado na prestigiosa *The Journal of Political Economy*. Mas é com *Real Wages, Employment, and Inflation* (publicado no JPE) e *Price Expectations and the Phillips Curve* (AER) ambos em parceria com Leonard Rapping e publicados em 1969 que começa a nascer a “Macroeconomia Lucasiana”. Pois aí os autores já se utilizam da hipótese de equilíbrio contínuo³⁵, uma das marcas fundamentais da revolução novo-clássica. Nesse mesmo trabalho

---

³³ Press Release da The Royal Swedish Academy of Sciences de 10 de Outubro de 1995.

³⁴ Não estamos aqui fazendo um julgamento subjetivo de valor, mas apenas uma constatação, ao menos no que se refere aos autores do mainstream. Stiglitz, por exemplo, um dos Keynesianos que mais se ateve às idéias Desequilibristas afirma em GREENWALD e STIGLITZ (1993, p. 24): Despite the fundamental differences in views between these different schools [New Classicals, RBC and New Keynesians], they have agreed upon two methodological premises: that macroeconomic should be grounded in microeconomic principles, and that understanding macroeconomic behavior requires the construction of a (simple) general equilibrium model. E mesmo autores que não se renderam ao seu método, como Axel Leijonhufvud (1983), um dos grandes antagonistas de Lucas durante os anos 1970 reconhece a vitória do método de Lucas sem qualquer constrangimento.

³⁵ Na nota-de-rodapé número 3 afirmam que segundo Patinkin (1956) essa já era a interpretação de autores como Franco Modigliani e Oskar Lange; “[...] the continuous-equilibrium view is in no sense a radical departure from

os autores também questionam a relevância das teorias de determinação dos salários diferentes daquela sugerida pela concorrência perfeita (a insistência nessa hipótese será marca dos Novos-Clássicos), e a flutuação no emprego é explicada a partir do *trade off* intertemporal entre bens e lazer. Ainda que Lucas veja aquele trabalho como uma tentativa de contribuição para o esquema Keynesiano³⁶, tem-se ali os primeiros passos da revolução a ser deflagrada poucos anos adiante em Lucas (1972)³⁷.

Já no início de sua carreira Lucas levava uma “vida dupla” como macroeconomista; enquanto com Leonard Rapping ele era um “macroeconomista empírico, estimando curvas de Phillips e funções oferta de trabalho agregadas”, com Edward Prescott ele mergulhara na “matemática da programação dinâmica e na teoria do equilíbrio geral” (LUCAS, 2001, p.20). Da primeira linha de pesquisa surgiram os desdobramentos nos estudos sobre o comportamento da política e das Autoridades Monetárias (e, de certa forma, da própria Nova Economia Política) e seus potenciais impactos sobre o produto da economia. Ainda que frutífera, acreditamos que essa agenda de pesquisa é de importância secundária. Será daquela última, representada pelos trabalhos de Lucas & Prescott (1971; 1972) e, em especial, Lucas (1975) – o qual trata as flutuações macroeconômicas a partir de um modelo de equilíbrio geral (macroeconômico) estocástico, assentado sobre o modelo neoclássico de crescimento econômico – que teremos parte da origem dos modelos DSGE³⁸, o mais recente “totem sagrado da Macroeconomia”³⁹.

Note-se que estamos levando em conta apenas seus trabalhos durante 1960/1970, já que Lucas tem contribuições igualmente importantes em outros campos de estudo como, por exemplo,

---

the views of earlier theorists, nor does it have, in itself, any obvious normative consequence”) (LUCAS & RAPPING, 1969a, p. 724).

³⁶ “We thought of ourselves as engaged in a collective project which engaged efforts of many during 50’s and 60’s — providing ‘microeconomic foundations’ for Keynesian macroeconomic models. Many viewed ‘wage-price’ sector as last frontier in this effort [...]. Turned out that this work, in conjunction with similar efforts of others, was deeply subversive of Keynesian macroeconomics”. (LUCAS, 1979 in De VROYE, 2010, p. 4-5).

³⁷ Segundo HALL (1996, p. 40); “[...] the most significant paper in theoretical macroeconomics since Keynes [...]”..

³⁸ Ver Rebelo (2005).

³⁹ Parafraseando Leijonhufvud (1973).

nas discussões sobre a teoria dos investimentos, precificação de ativos e crescimento econômico⁴⁰.

Suas publicações – e aqui tratamos apenas dos artigos – se caracterizam por pertencerem a duas categorias; **(i) os técnicos**, usualmente de significativa complexidade matemática e estatística, inacessíveis aos superficialmente versados nessas disciplinas, e; **(ii) e os doutrinários**, nos quais o autor apresenta seu “credo” de forma puramente verbal, com um claro intuito de tornar seu esquema de raciocínio compreensível a um público mais amplo. Desse último tipo se destacam *Understanding Business Cycle* de 1977, *After Keynesian Macroeconomics* de 1979 (em parceria com Thomas Sargent) e *Methods and Problems in Business Cycle Theory* de 1980. Todos eles foram originalmente desenvolvidos para apresentações em conferências⁴¹ e não para o escrutínio de pareceristas anônimos. Neles não se tem a apresentação dos resultados de um modelo em relação a uma possível correspondência com os fatos (algo supostamente vital para a aceitação ou rejeição de uma determinada teoria e/ou escola de pensamento), mas sim o máximo do exercício retórico publicável (em *journals*) permitido a um acadêmico. Nesses artigos Lucas não está particularmente preocupado em “converter” os Keynesianos, mas sim alimentar a “fé” de seus seguidores e, principalmente, conquistar os indecisos. Isso, pois, sendo severas as divergências entre Novos Clássicos e Keynesianos (das mais distintas linhagens então existentes), a possibilidade de um diálogo dialético, tal que das polêmicas pudesse emergir uma síntese aceita por ambos os lados, parecia um evento pouco provável.

No presente estudo nossa atenção volta-se, portanto, àquilo que chamamos de artigos doutrinários, notadamente Lucas (1976; 1977; 1978; 1980) e Lucas & Sargent (1979), trabalhos outros e/ou posteriores terão importância secundária. Isso se justifica pelo fato de

---

⁴⁰ Lucas (1988) o artigo mais importante em termos de número de citações de todo o *ranking* do IDEA RePEc (Ver <http://ideas.repec.org/top/top.item.nbcites.html>.)

⁴¹ “Kiel Conference on Growth without Inflation”, Federal Reserve Bank of Boston; “After the Phillips Curve: Persistence of High Inflation and High Unemployment” e “American Enterprise Institute Seminar on Rational Expectations”, respectivamente.

ambicionarmos uma análise do discurso fundador de Lucas, isto é, aquele associado à conquista do consenso em torno de suas ideias⁴².

Um cuidado que se deve ter ao analisar este artigo é notar que nosso objetivo não é de estabelecer o método, raciocínio, premissas ou teses de Lucas – ou alguma forma de antítese – como “superior” ou “inferior”. Nossos objetivos são simplesmente: **(i)** reconstruir e analisar criticamente as interpretações históricas e metodológicas do autor e; **(ii)** analisar os expedientes retóricos utilizados na tentativa de convencer os leitores (espectadores) de que suas ideias são as verdadeiramente corretas.

2.1 – Sobre a Retórica.

Como as questões de Retórica não são particularmente conhecidas e estudadas em Economia, pareceu-nos prudente começar nosso trabalho apresentando os pontos dessa disciplina que nos serão úteis. Esse aparato analítico não é aqui utilizado para determinar a superioridade ou inferioridade científica de uma ou outra corrente de pensamento, mas sim como instrumento auxiliar na compreensão dos debates, controvérsias, ataques e defesas. Seguimos, pois, a interpretação de Backhouse (2003);

“[...] rhetorical analysis provides no more than hints that are open to a variety of interpretations. Equally important, there are **three**, not just two, aspects of economists’ work that need to be taken into account: (a) explicit statements on methodology, (b) rhetoric and (c) practice [...]. Rhetorical analysis may be revealing, but it should not be privileged above all else”. (BACKHOUSE, 2003, p. 13).

De nossa parte acreditamos que em ordem decrescente de relevância tem-se (c), (a) e (b). Em Economia, porém, por ser uma Ciência que não lida com sistemas isolados (i.e., sem impactos exógenos, no sentido de forças alheias ao seu escopo da disciplina) ou estacionários (leia-se invariantes no tempo, no sentido de se reproduzirem mecanicamente por um período de tempo

---

⁴² “[...] it was the series of papers written by Lucas and published in the period 1972–8 that established the analytical base of the rational expectations equilibrium approach to research into aggregate economic fluctuations (business cycles)”. (SNOWDOWN & VANE, 2005, p. 220).

longo o suficiente de tal forma que nosso conhecimento sobre sua operacionalidade é estritamente cumulativo), a distinção entre melhores e piores teorias não pode ser feita de modo inequívoco através do exame de resultados estatísticos/econômicos. A ambição de Phillips (1950) de construir uma máquina que reproduzisse com perfeição os impulsos e repostas do sistema econômico é ainda hoje uma quimera. Mesmo quando as correntes do *mainstream* econômico possuem um *framework* de análise comum, discordâncias sobre causas e efeitos, por exemplo, não desaparecem. E o que dizer dos momentos de “crise”, quando esses *frameworks* unificadores são descartados ou estão severamente desacreditados? Nos anos de 1970 não só o modelo IS-LM como o próprio instrumental econométrico padrão estavam claudicantes⁴³, e é neste ambiente que se insere o discurso doutrinário de Lucas. Os caminhos apontados por Novos Clássicos e Desequilibristas – a então esperança de renovação do Keynesianismo – eram simplesmente promessas⁴⁴. Era preciso, pois, que cada lado em disputa tentasse convencer o público de que seu projeto era o mais promissor, enquanto o adversário era apenas um equívoco. É aí que a Retórica pode nos auxiliar.

Seja $P = \{P_1, \dots, P_n\}$ um conjunto de premissas⁴⁵ e $C = \{C^*\}$ uma conclusão⁴⁶ (única, por simplificação) delas derivada. Define-se argumento/raciocínio de forma que $\{P\}_{i=1, \dots, n} \rightarrow \{C\}_{i=1}$; isto é; dadas as premissas então a conclusão. Krabbe e Laar (2007) apresentam seis funções para o raciocínio; *Persuasive*⁴⁷, *Directive*⁴⁸, *Polemic*, *Probative*⁴⁹, *Explorative*⁵⁰ e

---

⁴³ Ao menos nos debates na fronteira da disciplina.

⁴⁴ A dimensão de “promessa” em ambos os programas não é de forma alguma uma crítica. Mesmo LUCAS (1977, p. 25) afirma; “To date [...] no equilibrium model has been developed which meets these standards and which, at the same time, could pass the test posed by the Aldemans (1959). My own guess would be that success in this sense is five, but not twenty-five years off”.

⁴⁵ “The premises are the beginning proposition from which inference starts”. (WALTON, 1990, p. 443).

⁴⁶ “The conclusion is the proposition toward which the inference moves”. (Ibidem, p. 449).

⁴⁷ Havendo conflito de opiniões o raciocínio é utilizado para convencer alguém de alguma coisa.

⁴⁸ Utilizado para fazer com que alguém faça determinada coisa.

⁴⁹ “When used probatively, reasoning leads to new knowledge, in the sense that the store of public beliefs or alleged knowledge in a company of discussants is extended by new propositions”. (KRABBE; LAAR, 2007, p. 30).

⁵⁰ Utilizado para apresentar evidências conclusivas de conexão entre premissas e conclusão.

*Explanatory*⁵¹. E por essas definições, o embate entre Lucas e os “Keynesianos” encaixa-se melhor na função polêmica.

Reasoning has *polemic functions* in situations where it is used to intimidate or impress upon the other. Such reasoning can be used when there is a conflict and serious antagonism between parties. [...] it can be used in order to embarrass the respondent intellectually, letting him without argumentative defense. [...] the primary purpose of the reasoning does not consist in getting the respondent to commit himself to the conclusion after careful reflection on the acceptability of the reasons, but rather in making him back off and give in upon understanding the force of the speaker's emotion on this issue and/or his superiority in reasoning. (KRABBE e LAAR, 2007, p. 30).

Schopenhauer (2003) traduz essa questão nos seguintes termos; neste tipo de embate intelectual o mais importante não é que o raciocínio/argumento apresentado seja correto, mas sim que sirva para que os *espectadores* sejam convencidos da superioridade/inferioridade de uma determinada tese. E o ponto forte de Schopenhauer (2003) é exatamente o de levar em conta esses espectadores usualmente menos informados que os lados em disputa. Mesmo que o autor se refira aos expedientes da dialética erística⁵² utilizadas em embates do tipo *tête-à-tête*, algumas das categorias apresentadas são também úteis na análise das polêmicas travadas através de publicações científicas. Para ele a estrutura das refutações assenta-se em dois modos e dois métodos. Sobre os modos pode se argumentar que a tese não está de acordo com a natureza das coisas (*ad rem*) ou que não concorda com outras afirmações ou apartes do adversário (*ad hominem*). Sobre os métodos, diz-se refutação direta quando se ataca a tese em seus fundamentos (*premissas*), enquanto a refutação indireta ataca suas consequências (*conclusões*). Sobre os estratagemas relevantes para nosso caso, têm-se: (i) ampliação indevida, que diz respeito ao expediente de levar a afirmação do adversário para além dos seus limites naturais, interpretando-a do modo mais amplo possível; (ii) homonímia sutil; tornar a afirmação apresentada extensiva também àquilo que, fora a identidade de nome, pouco ou nada tem em comum com a coisa de que se trata; (iii) mudança de modo; tratar a

⁵¹ “A reasoning that is used by a proponent in some kind of conflict in order to overcome doubt of an interlocutor will be said to have an *argumentative function*” (KRABBE e LAAR, 2007, p. 31).

⁵² Vale lembrar que termo dialética erística na definição de SCHOPENHAUER (2003, p.95) diz respeito à “[...] arte de discutir, de forma a sair vitorioso, seja por meios lícitos ou ilícitos”. Ou seja, dialética erística não é sinônima de refutação sofística (i.e., falácia), ao contrário do que ocorre em Aristóteles: ela a contém, mas não está contida. É neste sentido que a utilizamos neste trabalho.

afirmação apresentada de modo relativo (ou particular) como se estivesse em modo absoluto (ou generalista), e; (iv) *argumentum ad verecundiam* (argumento de autoridade); utilizar as palavras de alguém respeitado – preferencialmente respeitado também pelo adversário – como prova da correção de determinada tese.

A Filosofia do século XX assistiu uma retomada do interesse pela retórica (ou Nova Dialética⁵³) através dos trabalhos de Toulmin (1958) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958). Toulmin (1958) distingue quatro partes fundamentais da argumentação: *datum* (que é a evidência/fato disponível que permite a defesa de determinada conclusão/tese); *claim* (que é a conclusão/tese posta para aceitação pública); *warrant* – *a nondemonstrative reason that allows the claim* (CHESÑEVAR, MAGUITMAN e LOUI, 2000, p.338) – ou *aquela parte do argumento que autoriza o ‘salto’ mental envolvido entre apresentação dos dados e a conclusão/tese* (BROCKRIEDE e EHNINGER, 1960, p. 45), e; *backing* que é o motivo (ou conjunto de) utilizados para justificar a hipótese do *warrant*. Outros dois elementos – nem sempre necessários – são: *qualifier* (que expressam o grau de certeza associado a *claim*, tais como, provável, possível, improvável, etc.) e *rebuttal* (que diz respeito ao reconhecimento das restrições aplicáveis a *claim*).

⁵³ “The new dialectic shares many common features with the old dialectic of Plato and Aristotle, but is also different from it in other features. In the new dialectic, argumentation is analyzed and evaluated as used for some purpose in a type of dialogue underlying a conversational exchange. Each type of dialogue has its own standards of plausibility and rationality against which to measure the successful use of an argument. Thus the new dialectic has a relativistic aspect that makes it different from the classical positivistic philosophy. But it also has a structure with logical standards of evaluation of argument use, which makes it different from postmodern anti-rationalism”. (WALTON, 1999, p. 71).

Fonte: Bockriede e Ehninger (1960, p. 45). Elaboração própria

Na dialética de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) o espectador é também figura chave. Os autores se utilizam, por exemplo, do conceito de “*universal audience*”.

The universal audience includes all competent and reasonable folk. Thus, while a particular argument may persuade a given audience, its validity is measured by whether it can “convince” the universal audience. By universal audience, Parelman and Olbrechts-Tyteca mean the entire “college” of reasonable people across the broadest spectrum that is humanly possible, truth and validity have more to do with acceptance by this universal audience than with the validity of the argument per se. Parelman and Olbrechts-Tyteca this apply the term *persuasive* “to argumentation that only claim validity for a particular audience” while they apply the term *convincing* “to argumentation that presumes to gain adherence of every rational being”. (HESTER & HESTER, 2010, p. 55)

O discurso de Lucas é certamente persuasivo, e sua plateia são os economistas “de bom senso”.

Em Economia as análises baseadas no escrutínio do discurso dos autores ganharam popularidade a partir dos trabalhos pioneiros sobre retórica de McCloskey (1983) e Arida (1983), para os quais os esquemas tradicionais de epistemologia, derivados dos trabalhos de Kuhn, Lakatos e, em especial, Popper, não eram apropriados/suficientes para o estudo da evolução do pensamento econômico. Arida (1983), por exemplo, nega a existência de uma fronteira do conhecimento econômico, afastando, pois, a ocorrência de *superação positiva* ou *progresso acumulativo* em nossa disciplina. Sua justificativa – simplificadamente – é que nem todas as polêmicas se encerram com a emergência de uma verdade aceita por ambos os lados em disputa. Desta forma, para compreender a evolução da Economia é preciso atentar para a capacidade de convencimento de uma teoria (e/ou autor) sobre a superioridade de sua abordagem. O autor apresenta suas “*regras fundamentais da retórica*”, as quais são

complementares aos estratagemas de Schopenhauer (2003). Quais sejam: (i) Simplicidade; de tal modo que vale a máxima da Navalha de Ockham⁵⁴; (ii) Coerência; que se relaciona ao conceito de programa de pesquisa não degenerado de Lakatos⁵⁵ (para o autor o programa neoclássico permite diferenciar claramente as hipóteses *ad hoc*, que seriam todas aquelas não derivadas de um problema de maximização intertemporal de utilidade e lucros. Essa capacidade de diferenciação parece ser uma das fontes do sucesso do programa neoclássico). (iii) Abrangência; o que significa que a teoria proposta deve ser capaz de explicar toda (ou o máximo de) evidência empírica disponível. (v) Generalidade; postulando que aquele que é capaz de incluir o argumento adversário como um caso particular do seu sistema de análise ganha maior plausibilidade. (vi) Redução de Metáforas; com isso o autor admite que o uso de metáforas apenas no início do debate ou para caracterizar proposições originais, no decorrer do debate ou da controvérsia, tenta-se efetivar ao máximo possível sua eliminação (ARIDA, 1983, p. 42). (vi) Formalização; o argumento que puder ser apresentado de forma rigorosa, i.e., em forma matemática, tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado de forma literal. (vii) Reinvenção da Tradição; que diz respeito ao procedimento de recortar a história da disciplina de forma a isolar o adversário como fruto de um desvio da tradição correta, ancestral.

Analisaremos o discurso de Lucas prestando particular atenção às categorias apresentadas por Schopenhauer (2003) e Arida (1983).

2.2 – O Discurso Doutrinário de Lucas

A análise dos artigos “doutrinários” de Lucas revela a existência de três linhas de discurso: (i) o propositivo, no qual o autor apresenta sugestões e expedientes que julga necessários para o “fazer econômico” verdadeiramente científico, que subdividimos em a Defesa da Abordagem Equilibrista, Defesa da Modelagem Explícita e Crítica Econométrica. (ii) o polemista, que diz respeito às suas críticas a Keynes e ao(s) “Keynesianismo(s)”. (iii) o histórico-epistemológico; no qual apresenta sua hipótese sobre o nascimento, os movimentos e o

---

⁵⁴ Trata-se da ‘regra’ epistemológica que afirma que havendo duas respostas igualmente corretas para uma dada questão, a mais complexa deve ser preterida. Ou seja, é uma defesa da parcimônia, de forma que *Pluralitas non est ponenda sine necessitate* (Pluralidade não deve ser colocada sem necessidade).

⁵⁵ Ver Lakatos (1970).

processo de desenvolvimento da Macroeconomia (o que inclui aquilo que chamamos de Tese da Ancestralidade).

Como esses temas não são independentes pareceu-nos contraproducente tratá-los um a um. Nossa análise se dividirá nos seguintes blocos; **(I)** “*Lucas sobre Metodologia*”; aqui apresentamos e discutimos os pontos fundamentais da compreensão filosófica de Lucas sobre como a Economia deve ser abordada, analisada e como ocorre o progresso em seu interior. Os temas referentes àquilo que chamamos de Tese da Ancestralidade são tratados de forma impressionista, já que foram profundamente analisados em outro artigo⁵⁶. **(II)** “*O Keynesianismo em Lucas*”, seção subdividida em críticas teóricas (*Críticas à Keynes, à Síntese Neoclássica aos Desequilibristas*); aqui apresentamos e discutimos as críticas, elogios e interpretações que Lucas faz a cada uma dessas categorias. O que percebemos é uma

⁵⁶ Ver “Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Análise da “Macroeconomia” anterior a Keynes e Especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral”.

complexidade relevante neste ponto, o que faz com que cada um daqueles grupos seja ainda subdividido. Ao final apresentam-se algumas considerações a guisa de conclusão.

2.2.1 – Lucas sobre Metodologia

O primeiro ponto a ser fixado é o entendimento de Lucas sobre o que é Ciência Econômica. Isto irá relacionar os três tópicos aqui enumerados. Para o autor o critério de demarcação fundamental é aquele da máxima de David Hume; tudo o que não contiver “números” deve ser “condenado às chamas”⁵⁷. Trata-se não só da defesa, mas da exigência de formalização matemática das ideias: “[...] mathematical analysis is not one of many ways of doing economic theory: It is the only way. Economic theory is mathematical analysis. Everything else is just pictures and talk” (LUCAS, 2001, p.9). Essa é uma premissa de fácil aceitação para o público ao qual Lucas se dirige. Enquanto no período anterior a Segunda Guerra trabalhos (sofisticada e/ou majoritariamente) matemáticos como o de Ramsey (1927) e Roos (1930) eram algo exóticos⁵⁸, dali em diante, sob o incentivo da *Cowles Commission*⁵⁹ e graças à maior disponibilidade de séries estatísticas e o processo de unificação dos agregados contábeis, o uso de modelos matemáticos/econométricos tornou-se imperioso em Economia⁶⁰. Nos anos de 1970 já não havia vestígios de um debate acadêmico relevante (ao menos no *mainstream*) sobre se a Economia deveria ou não utilizá-los como base⁶¹. Esse já era um

---

⁵⁷ “If we take in our hand any volume; of divinity or school metaphysics, for instance; let us ask, Does it contain any abstract reasoning concerning quantity or number? No. Does it contain any experimental reasoning concerning matter of fact and existence? No. Commit it then to the flames: for it can contain nothing but sophistry and illusion”. (HUME, 2007[1739], p. 14).

⁵⁸ Ver, por exemplo, DEBREU (1991, p.1); “In 1940, less than 3 percent of the refereed pages of its [American Economic Review] 30th volume ventured to include rudimentary mathematical expressions. Fifty years later, nearly 40 percent of the refereed pages of the 80th volume display mathematics of a more elaborate type”.

⁵⁹ O lema da Cowles Commission é “Theory and Measurement”, em outras palavras: “The Cowles Foundation seeks to foster the development and application of rigorous logical, mathematical, and statistical methods of analysis”.

⁶⁰ Segundo BACKHOUSE (2007, p. 313): “Nas décadas de 1960 e 1970, a economia se transformou. A matematização do campo, que ganhara impulso nos anos 1930, tornara-se quase universal. Apesar das exceções, o treinamento em matemática avançada passou a ser considerada fundamental para um trabalho acadêmico sério – quando menos porque sem ele era impossível manter-se a par das pesquisas mais recentes. Virou norma usar matemática em artigos de publicações acadêmicas”.

⁶¹ O debate contemporâneo sobre a matematização da Economia dá-se geralmente em torno dos “excessos” – como em Blaug (2000).

ponto pacífico. O que distingue Lucas é sua postura algo radical: não só se deve utilizar métodos matemáticos, como aqueles que não os utilizam não são verdadeiros economistas.

Será possível ser científico sem ser formal (no sentido matemático)? Em Economia, como em qualquer ramo do saber, as teorias apresentadas para explicar um determinado fenômeno exigem uma mesma estrutura de raciocínio: dadas as premissas então a conclusão. Isso independentemente se o raciocínio é apresentado de forma matemática ou verbal. A diferença da qualidade expositiva entre um e outro modo diz respeito (em geral) ao quão expostas estão as premissas/hipóteses/conceitos utilizados para atingir uma dada conclusão⁶². Nos modelos implícitos não raro há uma grande dificuldade em se determinar quais hipóteses são ou não relevantes, assim como o grau de relevância de cada uma delas. Esse é o tipo de problema que se encontra quando se quer determinar, por exemplo, “o que Keynes realmente quis dizer na Teoria Geral?”. O cerne está na determinação da demanda efetiva (capítulo III), ou nas considerações sobre o papel da moeda, a incerteza e o *animal spirits*? Essas duas interpretações coexistem exatamente pela diferença de ênfase dada por um ou outro autor a determinado capítulo ou passagem dessa obra⁶³. A defesa da modelagem explícita associa-se, assim, à ideia de refutação popperiana: em uma teoria, quanto mais claras são suas premissas e mais específica sua conclusão, maior o grau de refutabilidade/falsiabilidade e, portanto, mais científica ela o será. E o máximo da precisão é alcançado traduzindo as ideias em símbolos e relações matemáticas⁶⁴. Mas isso não afasta a possibilidade de se poder ser científico sem se ser necessariamente explicitamente formal.

Essa postura radical de Lucas não é consistente sequer com sua interpretação histórica da Economia, sendo, pois, uma hipérbole de efeitos retóricos. Hayek (1933), uma de suas influências intelectuais⁶⁵ não apresenta uma única identidade matemática. O mesmo ocorre com dois resultados de Milton Friedman importantes para Lucas e os Novos Clássicos; a taxa natural de desemprego e a inconsistência do *trade-off* explorável entre inflação e desemprego. Lucas, aliás, elogia o fato de Friedman (1968) ter afastado a Curva de Phillips tipo *Menu*

---

⁶² Ver Epstein (2008).

⁶³ Ver, por exemplo, a discordância de Friedman (1992) em relação à leitura Pós-Keynesiana de Davidson.

⁶⁴ Nas palavras de LISBOA (1998, p. 116): “[...] [a] formalização explícita a necessidade de hipóteses que podem passar desapercibidas pela análise verbal, aponta dificuldades conceituais imprevistas e sugere problemas em aberto”.

⁶⁵ Ver Lucas (1977;1995) e Snowdon & Vane (2005).

baseando-se apenas na hipótese “clássica” de função oferta/demanda homogênea de grau zero (Lucas, 1977), o que soa, inclusive, como uma sugestão de que o sistema clássico/neoclássico/walrasiano é de tal forma sofisticado e científico, que a aplicação de seus princípios mais abstratos a uma questão concreta é capaz de gerar melhores resultados que aqueles matemáticos e estatísticos obtidos a partir de um sistema incorreto de premissas (i.e., uma má teoria).

As recently as 1970, the major U.S. econometric models implied that expansionary monetary and fiscal policies leading to a sustained inflation of about 4 percent per annum would lead also to sustained unemployment rates of less than 4 percent [...]. These forecasts were widely endorsed by many economists not themselves closely involved in econometric forecasting. Earlier, Friedman (1968) and Phelps (1968) had argued on the basis of the observation that **equilibrium** behavior is invariant under the unit change represented by sustained inflation, that no sustained decrease in unemployment would result from sustained inflation. [...] Friedman’s argument did not proceed on the basis of a specific aggregative model, with better “wage-price sector” than the standard models. On the contrary, it was based on a **general** characteristic of economic equilibrium: the zero-degree homogeneity of demand and supply functions. Thus, without using any very specific model, and without claiming the ability to forecast in any detail the initial response of the economy to an inflation, one can, in the case of sustained inflation, reason that, if the unemployment rate prior to the inflation were an equilibrium (or “natural”) rate, then the **same** rate will be an equilibrium once the inflation is underway. (LUCAS, 1977, p. 13. Ênfases no original).

No caso da hipótese de taxa natural (Friedman, 1968) também não há o menor vestígio de um raciocínio matemático, e a definição é de tal modo vaga que para alguns se trata não de um conceito, mas sim da apresentação de um projeto de pesquisa⁶⁶. Justificar a ausência de um modelo explícito em Friedman – e, em menor escala, em Hayek (1933) – utilizando-se de uma variante da metáfora de “tanques e elefantes” (Lucas, 1980) tampouco é razoável. Ao final dos anos de 1960 a (macro) economia matemática já era significativamente sofisticada (enquanto nos anos 1930, como mostra a resenha de Tinbergen (1936), ela já estava em pleno desenvolvimento).

---

⁶⁶ “This ‘definition’ is remarkable for its vagueness. It is not a definition at all, but rather a research programme!” (DIXON, 1995, p. 64) *in* Cross (1995).

A visão metodológica de Lucas parte do instrumentalismo⁶⁷ de Friedman (1966 [1953]), dando-lhe uma formatação mais simples. O artigo que mais se aproxima de um “manifesto metodológico” é *Methods and Problems in Business Cycle Theory*, cujos primeiros parágrafos são os seguintes;

One of the functions of theoretical economics is to provide fully articulated, artificial economic systems that can serve as laboratories in which policies that would be prohibitively expensive to experiment with in actual economies can be tested at much lower cost. To serve this function well, it is essential that the artificial “model” economy be distinguished as sharply as possible in discussion from actual economies. Insofar as there is confusion between statements of opinion as to the way we believe actual economies would react to particular policies and statements of verifiable facts as to how the model will react, the theory is not being effectively used to help us to see which opinion about the behavior of actual economies are and which are not. This is the sense in which insistence on the “realism” of an economic model subverts its potential usefulness in thinking about reality. Any model that is well enough articulated to give clear answers to the questions we put to it will be necessarily be artificial, abstract, patently “unreal”.

At the same time, not all well-articulated models will be equally useful. Though we are interested in models because we believe they may help us to understand matters about which we are currently ignorant, we need to test them as useful imitations of reality by subjecting them to shocks for which we are fairly certain how economies,

---

⁶⁷ “Instrumentalists claim that theories are best viewed as nothing more than instruments. So viewed, theories are neither true nor false (instruments are not true or false), but only more or less adequate, given a particular problem. Just as a hammer is an adequate instrument for certain tasks, and not for others, theories are evaluated for their adequacy, which is usually measured by predictive power”. (CALDWELL, 1980, p. 367).

Conventionalism rests on the recognition that false assumptions may have true consequences; therefore false theories may have great predictive power. Conventionalists had to face the problem of comparing rival false theories. Most of them conflated truth with its signs and found themselves holding some version of the pragmatic theory of truth. It was Popper's theory of truth-content, verisimilitude and corroboration which finally laid down the basis of a philosophically flawless version of conventionalism. On the other hand some conventionalists did not have sufficient logical education to realise [*sic*] that some propositions may be true whilst being unproven; and others false whilst having true consequences, and also some which are both false and approximately true. These people opted for 'instrumentalism': they came to regard theories as neither true nor false but merely as 'instruments' for prediction. Conventionalism, as here defined, is a philosophically sound position; instrumentalism is a degenerate version of it, based on a mere philosophical muddle caused by lack of elementary logical competence.). (LAKATOS, 1970, p. 95).

or parts of economies, would react. The more dimensions on which the model mimics the answer actual economies give to simple questions, the more we trust it answers to harder questions. This is the sense in which more “realism” in a model is clearly preferred to less”. (LUCAS, 1980, p. 696-7).

No primeiro parágrafo Lucas afirma que “uma das funções” da Economia (mais especificamente da Macroeconomia) é fornecer “economias artificiais” para testes de políticas que seriam inviáveis nas “economias reais”. Tem-se um *datum* – virtual impossibilidade de testes nas economias reais – e uma *claim* – uma das funções da economia teórica é fornecer sistemas artificiais que permitam esses testes. Adiante ocorre o salto indutivo (o *warrant*): para que a “economia artificial” sirva a sua função, é essencial (*qualifier*) que ela se distinga ao máximo das discussões observadas nas “economias reais”, e que, portanto, qualquer modelo realmente útil será “irreal”. Do *datum* para a *claim* torna-se difícil discordar de Lucas. Mas o ponto que os une – o *warrant* – e o grau de certeza associado a este – o *qualifier* – são no mínimo controversos.

Lucas (1980) parece distinguir dois tipos de realismo; **(i)** o bom realismo; que diz respeito à capacidade do modelo de mimetizar as respostas (consensualmente conhecidas) dadas pela economia quando expostas a choques, e; **(ii)** o mau realismo; que seria (aproximadamente) a busca por reprodução das características institucionais/comportamentais observáveis da realidade objetiva. Assim um bom modelo deve ser mais “realista” que um modelo ruim no sentido **(i)**, mas não necessariamente (ou certamente?) no sentido **(ii)**. Ou seja, em sua visão, as hipóteses/modelos não precisam ser intuitivamente aceitáveis. Trata-se de uma reposta (ainda que pouco consistente) aos críticos da economia neoclássica/walrasiana, que usualmente se utilizam de alguma variante do empirismo como norte, isto é, de desconfiança em relação às categorias de análise não-observáveis (ou, no caso da Economia, em potencial contradição com os fenômenos observados). Essa postura anti-empirismo justificará inicialmente o uso das hipóteses de equilíbrio contínuo dos mercados⁶⁸, competição perfeita e das expectativas racionais⁶⁹. Para Lucas nenhuma das três correspondia (ou deveria

⁶⁸ “Cleared markets is simply a principle, not verifiable by direct observation, which may or may not be useful in constructing successful hypothesis about the behavior of these series”. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 281).

⁶⁹ “Like utility, expectations are not observed, and surveys cannot be used to test the rational expectations hypothesis. One can only test if some theory, whether it incorporates rational expectations hypothesis or, for that matter, irrational expectations, is or not consistent with observations”. (PRESCOTT, 1977, p. 30).

corresponder) à realidade objetiva observável e nem por ela poderiam ser falseadas. Tratando-se de princípios axiomáticos de análise. Essa preocupação em não ser realista no mau sentido aparece, por exemplo, em LUCAS (1975, p. 1132) quando o autor justifica a utilização das ilhas de Phelps em seu modelo; “The introduction of separate, informationally distinct markets is not a step toward “realism” [...] but, rather, an analytical departure which appears essential (in some form) to an explanation of the way in which business cycles can arise and persist in a competitive economy”.

Mas como selecionar as premissas (“hipóteses”)? Em Friedman (1966[1953]), preferem-se aquelas que são mais simples (no sentido da navalha de Ockham) e mais frutíferas. Neste caso, não havendo um critério mais objetivo (afinal simplicidade não implica em equívoco da “complexidade”, e frutividade só é determinável *ex post*) temos que – ao menos potencialmente - “*anything goes*”. Ou pior, o sistema clássico/neoclássico/walrasiano é apenas um instrumento e não uma verdade em si. Lucas preenche essa lacuna apresentando um critério mais específico: só são realmente científicas em Economia aquelas teorias assentadas nos exercícios de equilíbrio geral Arrow-Debreu-McKenzie. Trata-se de um expediente expositivo bastante ajustado para a média (ou, a maioria) dos economistas que somos, em geral, pouco interessados em debates filosóficos/metodológicos⁷⁰. Além disso, o esquema de Lucas torna o reconhecimento de hipóteses *ad hoc* quase instantâneo (o que, segundo Arida (1983), é exatamente uma das forças do método neoclássico).

Outro ponto; em Friedman (1966[1953]) – como de praxe no instrumentalismo – a utilidade de um modelo era mensurada a partir de sua capacidade de gerar boas previsões. Em Lucas (1980) o último ponto é inicialmente ignorado. E isso se deve a um fator fundamental; os modelos econométricos “keynesianos” que Lucas (1976) e Lucas & Sargent (1979) criticarão severamente por não se basearem em fundamentos de equilíbrio geral walrasiano (desrespeitando, assim, um critério fundamental de cientificidade) desempenhavam de maneira bastante satisfatória essa função⁷¹ (ao menos para eventos de curto prazo). A

---

⁷⁰ Em Economia, como em outros campos do saber, divide-se os Cientistas em grau decrescente de relevância entre aqueles que (i) criam um “paradigma”, (ii) os que testam e contribuem para um determinado paradigma (i.e. se encarregam da ciência “normal”), e (iii) aqueles que simplesmente “comentam” os trabalhos feitos pelos dois tipos anteriores.

⁷¹ “I shall argue that the features which lead to success in short-term forecasting are unrelated to quantitative policy evaluation, that the major econometric models are (well) designed to perform the former task only, and

capacidade preditiva é, pois, abandonada no discurso de Lucas. Obviamente que a simples replicação de fatos estilizados não é o critério final de cientificidade. É necessário que o modelo seja formal, que respeite os princípios microeconômicos de equilíbrio geral, e que, então, reproduza o comportamento conhecido da economia quando exposta a choques. A partir daí o modelo torna-se confiável para testes e variações que possam nos explicar questões mais complexas ou sugerir outras novas.

Em outra passagem, quando Lucas define o que entende por teoria, afirma:

[...] a "theory" is not a collection of assertions about the behavior of the actual economy but rather an explicit set of instructions for building a parallel or analogue system - a mechanical, imitation economy. A "good" model, from this point of view, will not be exactly more "real" than a poor one, but will provide better imitations. Of course, what one means by a "better imitation" will depend on the particular questions to which one wishes to answer. (LUCAS, 1980, p. 697)

Novamente, vê-se a distinção entre bom e mau realismo. E mais, o que Lucas está afirmando é que as críticas aos modelos só podem ser feitas também a partir de outros modelos. Sendo mais específico; críticas sobre irrealismo, simplificação exagerada da realidade, o fato de não se levar em conta tal ou qual característica fundamental do fenômeno, etc., nada significam a não ser que o crítico seja ele mesmo capaz de apresentar um modelo – ou instruções para a construção de uma economia artificial – que supra essas lacunas. De forma que só é relevante o metodologista que seja também um "cientista" (i.e., um prático do *hardcore* econômico). Essa postura serve para justificar o desprezo alimentado por muitos autores em relação aos trabalhos de metodologia feito por metodologistas. CHARI (1998, p. 15), por exemplo, ao elogiar Lucas afirma; "I am hostile to methodological pieces; I prefer to read about work that has been done rather than to be preached at about how to do it". Extrapolando-se esse raciocínio somos levados a acreditar que Chari só se interessa por opiniões de *policy*, por

---

that simulations using these models can, in principle, provide no useful information as to the actual consequences of alternative economic policies. [...] I hope I can succeed in disassociating the criticism which follows from any denial of the very important advances in forecasting ability recorded by the econometric models, and of the promise they offer for advancement of comparable importance in the future. (LUCAS, 1976, p.20)".

"By the mid-1950s, econometric models had been constructed which fit time series data well, in the sense that their reduced forms [...] tracked past data closely and proved useful in short-term forecasting". (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 53).

exemplo, feitas por *policymakers* e não por acadêmicos que jamais colocaram suas ideias em prática (e ficam apenas “pregando” sobre a forma correta de fazê-lo). Ou que a importância da divisão do trabalho é relativa.

Em outro artigo a definição de teoria é ainda mais instigante: “I prefer to use the term 'theory' in a very narrow sense, to refer to an explicit dynamic system, something that can be put on a computer and run” (LUCAS, 1988, p. 5).

Essas definições algo pueris têm uma dimensão significativa, não tanto por seu valor intrínseco, mas porque municia a nós economistas com um “critério de demarcação” o mais simples possível. Não precisamos perder tempo com ideias não formalizadas, nem com opiniões sobre política econômica que não sejam apresentados sob a forma computacional (isto é, explicitamente modeladas) e dentro de uma estrutura walrasiana de análise. Essa crítica se dirige tanto a alguns economistas (Lucas deve ter Axel Leijonhufvud em mente) como também aos *outsiders*. A exclusão (*ex ante*) dos não-economistas das discussões – especialmente sobre política econômica, área em que os *outsiders* são inevitavelmente mais numerosos – é particularmente atraente para os que admiram o caráter científico (seja ou não ele procedente) da disciplina. Se físicos, químicos, engenheiros, etc., não se preocupam com as opiniões de leigos, porque nós economistas deveríamos?

Enquanto na astronomia há espaço para contribuições vindas de não profissionais, em Economia isso não mais é possível, pois, segundo Lucas (1980), tudo o que era possível capturar dos fenômenos aparentes do funcionamento do processo econômico (apenas macroeconômico?) já fora suficientemente catalogado, de forma que nenhuma consideração puramente verbal poderá fazer avançar a teoria. O que limita o avanço do nosso conhecimento é simplesmente a limitação dos instrumentos computacionais que temos à nossa disposição. Assim, os *outsiders* que podem contribuir são matemáticos, estatísticos e engenheiros, por exemplo, que desenvolvem – ainda que com objetivos totalmente diversos – instrumentos mais sofisticados aplicáveis ao nosso campo de estudo.

Há ainda um segundo fator determinante de mudanças na disciplina segundo Lucas (1980); eventos econômicos que alteram as questões centrais a serem respondidas e que colocam (potencialmente) em xeque as teorias vigentes (que potencialmente provocam mudanças, mas não necessariamente progresso).

A ideia de que os eventos econômicos estão diretamente correlacionados com as mudanças na teoria é algo controverso. Autores como Gordon e Okun (1980, p. 101) defendem essa hipótese;

Most shifts in economic opinion can be traced to the impact of changing events on ideas. For example, in some cases the evolution of the economic aggregates helped to decide a debate between schools of thought. In other cases events occurred that could not be understood within the context of existing paradigms and required the invention of new explanations. (GORDON & OKUN, 1980, p. 101).

Já Stigler (1960) a rejeita fortemente;

[...] it is a sign of the maturity of a discipline that its main problems are not drawn from immediate, changing events. A genuine and persistent separation of scientific study from the real world leads to sterility, but an immediate and sensitive response to current events stultifies the deepening and widening of analytical principles and techniques. [...] events of major economic significance: the colonization of a continent; major wars; basic technological advances such as the railroad; and great depressions. It is more remarkable that most of these events leave economic theory essentially unaffected. [...] It may be (though I somewhat doubt it) that Keynes's General Theory was the product of the Great Depression, but if so it is one of the very few great events that have affected the basic theory. [...] Every major development in economic theory in the last hundred years, I believe, could have come much earlier if appropriate environmental conditions were all that was needed. Even Keynes's General Theory could have found an evident empirical basis in the post-Napoleonic period or the 1870's or the 1890's. (STIGLER, 1960, p. 30-7).

Lucas (1980) aponta duas datas fundamentais para a Macroeconomia; a Grande Depressão nos anos de 1930 e a Grande Estagflação de 1970.

A Crise dos anos 1930 teria provocado a morte do *business cycle* como praticado por Hayek (1933) e o nascimento da Macroeconomia de Keynes (1992[1936]). Essa distinção é claramente apresentada em Lucas (1977) e Lucas & Sargent (1979); enquanto o *business cycle* – ou a “macroeconomia clássica” – buscava explicar os fenômenos de curto prazo a partir de um esquema de equilíbrio walrasiano, com os mercados tendendo inexoravelmente ao equilíbrio de *market clearing* e com os agentes se comportando em consonância com a teoria neoclássica da escolha, Keynes (1992 [1936]) optara por determinar o produto apenas

em cada ponto do tempo, desrespeitando ambos os princípios, utilizando-se de regras de bolso comportamentais e livrando-se da disciplina imposta pela hipótese de equilíbrio. Esse expediente teria sido aceito apenas por conta do ambiente econômico então vigente; a aparente contradição entre a teoria “clássica” e os fatos: a severidade e a longa duração da subutilização dos fatores produtivos. Isso teria tornado a comunidade dos economistas algo cética em relação à validade das ideias “clássicas”/equilibristas na explicação dos ciclos econômicos. Já a falha da teoria “clássica” estaria em sua incapacidade de explicar o fenômeno de existência de correlação positiva entre variáveis nominais e reais no curto prazo. Como também na então evidente possibilidade de se recuperar o nível de atividade a partir da expansão dos gastos do governo. Estava assim montado o palanque para Keynes.

Lucas não é capaz de associar o keynesianismo da síntese neoclássica com um desvio improdutivo na disciplina. Mas sua explicação para a vitória, persistência e progresso na disciplina deve-se não ao gênio de Keynes, mas sim aos fatores computacionais que permitiram a transformação de seu sistema de análise em uma economia artificial com maior grau de falseabilidade que os esquemas rivais. Quais sejam; a “tradução” matemática feita por Hicks (1937) e Modigliani (1944) e a aplicação dos métodos econométricos desenvolvidos por Ragnar Frisch e Jan Tinbergen a esse modelo. A primeira replicava de forma satisfatória os ciclos de forma qualitativa, enquanto a segunda permitia a checagem quantitativa dos resultados a partir das séries de tempo então disponíveis.

A estagflação, por seu turno, se destacaria por ter falseado o keynesianismo em sua expressão primordial na interpretação (retórica) de Lucas: a Curva de Phillips do tipo Menu (i.e., a hipótese de existência de um *trade off* explorável entre nível de atividade e variação no nível geral de preços). A coexistência de altas taxas de inflação e significativa ociosidade dos fatores produtivos seria inexplicável a partir daquele *framework*. Tornado um programa de pesquisa degenerado, o Keynesianismo abriu espaço para o sucesso dos Novos Clássicos, capazes de explicar tanto o *trade off* de curto prazo, como a aparente aberração então observada. É neste ponto que Lucas insistirá na generalidade da agenda clássica⁷². A aparente limitação e/ou contradição do modelo de equilíbrio geral walrasiano com os fatos estilizados

---

⁷² “These models do succeed in their twin objectives. They provide examples of monetary economies in which money has the kind of long-run neutrality that the Friedman-Phelps requires, yet retains the capacity to induce short-run disruptions of the sort documented by Friedman and Anna J. Schwartz (1963)”. (LUCAS, 1981, p. 562).

do *business cycle* havia sido superada graças ao trabalho de autores como John Nash, John Hicks e, em especial, Kenneth Arrow e Gerard Debreu;

It is now routine to describe an economy following a multivariate stochastic process as being “in equilibrium” is meant nothing more than that at each point in time postulates (a) [*that markets are assumed to clear*] and (b) [*that agents be assumed to act in their own self-interest*] [...] are satisfied. This development, which stemmed mainly from work by K. J. Arrow [...] and G. Debreu [...], implies that simply look at any economic time series and conclude that it is a “disequilibrium phenomenon” is a meaningless observation. Indeed, a more likely conjecture, on the basis of recent work by Hugo Sonnenschein [...], is that the general hypothesis that a collection of time series describes an economy in equilibrium is *without content*. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 58-9. Ênfase no original).

Sobre os fundamentos computacionais que permitiram essa “evolução”;

These theoretical developments are based on a wide variety of results in economics, mathematics, and statistics: the contingent-claim view of economic equilibria introduced by Arrow (1953) and Debreu (1959), the economic applications of the calculus of variations pioneered long time ago by Ramsey (1928) and Hotelling (1931), the theory of dynamic programming of Bellman (1957) and Blackwell (1965). (LUCAS & STOCKEY, 1989, p. 3).

Note-se a utilização feita por Lucas dos eventos econômicos históricos. A Grande Depressão permitiu o nascimento do keynesianismo pelo fato de as limitações computacionais existentes àquela época, parecerem colocar em contradição o modelo e o método equilibrista/clássico de análise com a mais óbvia das realidades (persistente e significativa ociosidade dos fatores). Já a estagflação, por seu turno, falseou sem sombra de dúvidas todo o keynesianismo, de suas mais prosaicas premissas até a mais ousada das conclusões. De forma que não haveria, assim, saída a partir daquele *framework*, era necessário abandoná-lo e “converter-se” ao credo “clássico”⁷³. É pena Lucas não nos informar quando a conjuntura histórica falseia de fato ou em aparência determinadas teorias.

---

⁷³ “I [...] argue [...] that the most rapid progress toward a coherent and useful aggregate economic theory will result from the acceptance of the problem statement as advanced by the business cycle theorists, and not from further attempts to refine the jerry-built structures which Keynesian macroeconomics has led us.” (LUCAS, 1977, p. 8).

2.3 – O Keynesianismo em Lucas

Lucas utiliza-se do termo “Keynesianismo” – e suas variantes – de forma muito pouco cuidadosa em seus artigos doutrinários⁷⁴. Pode-se especular que essa falta de cuidado é apenas uma desatenção, supondo-se que o termo é autoexplicativo, ou de que se trata de um expediente retórico intencional. Acreditamos na última hipótese. Isso pois “Keynesianismo” pode se referir: (1) às idéias do próprio Keynes; (2) às escolas de pensamento derivadas d’A *Teoria Geral*; (3) a uma visão apriorística sobre os problemas do funcionamento de uma economia de mercado⁷⁵, ou; (4) a um determinado conjunto de políticas econômicas (e ao papel do Estado)⁷⁶. Mesmo existindo intersecções, essas definições não são coincidentes. E Lucas refere-se a todas elas indiscriminadamente. Mas ao tratar o “Keynesianismo” no sentido mais amplo possível, tem-se um alvo igualmente o mais amplo e, conseqüentemente, o mais frágil possível. A transformação do sistema adversário em uma espécie de caricatura é um dos expedientes mais rotineiros utilizados nas controvérsias. Se Adam Smith assim o fizera com os “mercantilistas” e Keynes com os “clássicos”, Lucas parece repeti-los com os “keynesianos”.

Analisando-se os trabalhos de Lucas o que se observa é que ele distingue implícita ou explicitamente as seguintes categorias; (i) há dois Keynes; (ii) três ‘Sínteses Neoclássicas’, e; (iii) duas Macro do Desequilíbrio.

Esquematicamente;

---

⁷⁴ De Vroey (2010) também analisa essa questão.

⁷⁵ “Old and New Keynesians share skepticism in the invisible hand’s ability to maintain full employment. They both see business cycle as a type of economy-wide market failure”. (MANKIW, 1991, p. 2).

⁷⁶ “[...] while old and new Keynesians may disagree upon the exact form of their policy recommendations, they would agree generally that government intervention is at least sometimes (many would argue frequently) desirable to stabilize the level of economic activity”. (GREENDWALD & STIGLITZ, 1993, p. 23).

Vejamos os motivos e a substância dessas distinções.

2.3.1 – Lucas sobre Keynes

Em termos gerais a percepção que Lucas tem dos trabalhos de Keynes pode ser resumida na seguinte sentença: “I think Keynes’s actual influence as a technical economist is pretty close to zero [...]” (LUCAS in USABIAGA, 1999, p. 180). Ao contrário de Milton Friedman, Lucas não nutre qualquer admiração intelectual por Keynes. E as únicas palavras elogiosas que Lucas dirigirá a ele surgirão em momentos em que busca argumentos de autoridade para corroborar sua interpretação da história ou de pontos específicos da disciplina. Em Lucas (1980), por exemplo, lê-se;

Another example of pre-Keynesian business cycle theory [...] is John Maynard Keynes’s *Treatise on Money*. [...] *Treatise* leads to a very stained reading of what seems to me a fairly straightforward example of pre-Depression thinking of business cycle. The main objective of the book is try to understand fluctuations in economic activity about a secular trend in which real magnitudes are determined by the real considerations of neoclassical value theory and in which nominal prices are governed by the quantity theory of money. [...] the book deals in an intelligent way with the fundamental problems business cycle raise. (LUCAS, 1980, p. 699).

Já em LUCAS & SARGENT (1979, p. 55) os autores se referem a Keynes quando discutem as consequências nefastas das expectativas modeladas como um processo auto-regressivo; “The casual treatment of expectations is not a peripheral problem in these models, for the role

of expectations is pervasive in the models and exerts massive influence in their dynamics properties (a point Keynes himself insisted on)”. Assim, sabemos que são importantes as questões sobre as quais Keynes insistia quando elas coincidem (ainda que de forma bastante vaga) com as de Lucas, quando tal coincidência não ocorre, trata-se de equívocos.

Da *Teoria Geral* nada de relevante pode ser obtido. Sobre a determinação do nível de emprego, diz;

Keynes chose to begin the General Theory with the declaration (for Chapter II is no more than this) that an equilibrium theory was unattainable: that unemployment was not explainable as a consequence of individual choices and that the failure of wages to move as predicted by the classical theory was to be treated as due to forces beyond the power of economic theory to illuminate. (LUCAS, 1977, p. 11-2).

Vejamos. Lucas trata o termo *equilibrium theory* como sinônimo de aparato analítico derivado do equilíbrio geral walrasiano (ou, como na citação de Hayek; *Lausanne School of theoretical economics*), de forma que aquele que não adere a esse instrumental deve se contentar com modelos de equilíbrio parcial e necessariamente inferiores. Assume-se como impossível formular um modelo de quantidades, preços, ações e expectativas interdependentes em uma forma alternativa. Isso é condizente com a interpretação que Lucas tem sobre os “instrumentos” da análise neoclássica. Que Keynes rejeitou o método de Walras é inquestionável, mas que ele rejeitou a ideia de “interdependence of all quantities” (LUCAS, 1977, p. 7) está longe da realidade. Ainda que Keynes (1992[1936]) não tenha apresentado um modelo de equilíbrio geral explícito, seu raciocínio é baseado na “interdependência” das variáveis, de curto e de longo prazo (inclusive as expectativas). E na Teoria Geral Keynes deixa clara sua discordância com a existência de um único equilíbrio para o produto, emprego e salários, pois; “a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores igualmente admissíveis” (KEYNES, 1992, p.39). Assim, o que Keynes faz é simplesmente sugerir uma forma alternativa de equilíbrio. E enquanto o equilíbrio estático de Schumpeter (1939) e Hayek (1933) comportava um único ponto de repouso, perturbado por fatores exógenos. Keynes afasta a ideia de equilíbrio único, atrator irresistível das quantidades observadas.

A intenção de Lucas é mostrar Keynes (1992[1936]) como um autor displicente metodologicamente, inimigo de qualquer forma de equilíbrio; o que é obviamente uma forma de mudança de modo. E mais, são recorrentes as passagens nas quais Lucas critica os inimigos da (sua) tradição equilibrista por se aterem a uma versão anacrônica do termo;

When Keynes wrote, the terms "equilibrium" and "classical" carried certain positive and normative connotations which seemed to rule out either modifier being applied to business cycle theory. The term "equilibrium" was thought to refer to a system "at rest," and both "equilibrium" and "classical" were used interchangeably, by some, with "ideal." Thus an economy in classical equilibrium would be both unchanging and unimprovable by policy interventions (...) In recent years, the meaning of the term "equilibrium" has undergone such dramatic development that a theorist of the 1930s would not recognize it. It is now routine to describe an economy following a multivariate stochastic process as being "in equilibrium,"[...]. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 58).

Dois pontos; (i) se o conceito clássico de equilíbrio foi suplantado dado que inconsistente/insuficiente quais seriam as razões científicas para que Keynes ou qualquer outro autor se mantivesse fiel a ele? Lucas parece esquecer de suas próprias palavras; “Is it the task of modern theoretical economics to “explain” the theoretical constructs of our predecessors, whether or not they have proved fruitful? I hope not, for a surer route to sterility could scarcely be imagined” (LUCAS, 1978, p. 354). Lucas acaba por sugerir que Keynes se opunha a um conceito que sequer existia àquela época. Ainda que o aparato analítico de Lucas se baseie no walrasianismo, trata-se de um walrasinismo inexistente em 1936. Será que Keynes se oporia ao modelo de Arrow-Debreu? É provável que sim (extrapolando-se o pensamento de Keynes como apresentado em 1936), mas essa é uma pergunta sem a mais remota possibilidade de resposta definitiva (não se poderá jamais saber o que Keynes, morto em 1946, estaria pensando em 1954). Tem-se aí uma estratégia retórica que embaralha a ampliação indevida, homonímia sutil e mudança de modo.

Quando diz que o desemprego não é explicável como consequência das escolhas individuais Lucas demonstra ou pouco conhecimento ou má vontade em relação ao texto de Keynes. Ao afirmar que “unemployment was not explainable as a consequence of individual choices”, sugere-se que o autor apela para fatores metafísicos ou para além do escopo da economia para explicar o fenômeno. O capítulo II ao qual Lucas se refere apresenta e discute os dois

resultados tradicionais de um problema de maximização de curto prazo para a firma e o trabalhador representativo, cuja denominação dada por Keynes é a de ‘os postulados da economia clássica’. Quais sejam: **(i)** “o salário [real] é igual ao produto marginal do trabalho”, e; **(ii)** “a utilidade do salário [...] é igual à desutilidade marginal do trabalho (KEYNES, 1992, p. 25). Toda a argumentação de Keynes nesta seção se resume a rejeitar o segundo postulado, mantendo o primeiro como válido. O autor afasta **(ii)** baseando-se nas seguintes afirmações: **(a)** reduções nos salários reais via redução dos salários nominais ou do aumento do nível de preços têm impactos distintos sobre o comportamento dos trabalhadores e sindicatos, e; **(b)** os trabalhadores não têm a capacidade de determinarem, através de negociação, os seus salários reais.

O argumento **(a)** é usualmente interpretado como um apelo à ilusão monetária, quando na verdade se assenta em consideração sobre *status*⁷⁷. A hipótese de Keynes é a de que um aumento no nível geral de preços empobrece a todos os trabalhadores de uma forma (aproximadamente) igual, ao passo que uma redução dos salários nominais empobrece uma dada categoria face às demais, já que não existem mecanismos em uma economia descentralizada que garanta reduções equiporcionais nos salários nominais de todas as categorias de trabalhadores. Essa argumentação é intratável do ponto de vista de um único agente representativo, já que demanda a existência de algum salário de referência.

O que Keynes (1936) busca com esses argumentos é simplesmente racionalizar a partir do comportamento de trabalhadores e sindicatos representativos, o fato estilizado citado por Lucas & Sargent (1979): uma expansão monetária está associada (dentro de determinados limites e casos) a uma expansão no nível de produto e emprego. Por isso a ênfase do autor de que os trabalhadores desempregados não deixariam de procurar trabalho no caso de um maior nível de preços para um dado salário nominal, como tampouco os trabalhadores empregados abandonariam seus postos diante de tais circunstâncias. Keynes busca afastar a idéia de que variações nominais com salários nominais e relativos estáveis afetariam a curva de oferta de trabalho. O autor não apresenta uma alternativa clara, mas tem-se a impressão de que para

---

⁷⁷ “Keynes's own explanation of wage rigidity [1936, p. 13-15] was a sophisticated form of money illusion; workers resist cuts in money wage rates because they do not know how widespread these cuts will prove to be, each worker fearing a fall in his own wage relative to others. Relative wage arguments suggest that "fairness" in the wage structure is a factor to be reckoned with in labor supply decisions, but do not develop an operational definition of "fairness." This is perhaps one reason why the relative wage argument did not gain ground in economic”. (AZARIADIS e STIGLITZ, 1983, p. 2-3).

Keynes, a partir do nível de reserva, a decisão de ofertar ou não trabalho seria virtualmente inelástica em relação aos salários reais. Mesmo sendo uma hipótese equivocada, não se trata de um apelo à metafísica ou instâncias inatingíveis pela Ciência Econômica: é uma afirmação simples e científica, posto que testável e refutável. Não custa lembrar que a hipótese explicativa de Lucas para este mesmo fenômeno – confusão entre variações no nível geral de preços e variações nos preços relativos – também foi abandonada ⁷⁸, e nem por isso parece razoável chamá-lo de metafísico.

Assim, ao contrário dos Clássicos (e Novos Clássicos e autores do RBC) para Keynes a questão não estava na oferta, mas sim na demanda por trabalho. Keynes (1936) ‘transfere a responsabilidade’ do desemprego dos trabalhadores para os empresários. Há desemprego involuntário – isto é, há trabalhadores dispostos a trabalharem por salário igual ou inferior ao praticado por seus semelhantes igualmente produtivos – por que há deficiência de demanda agregada, provocada pelo baixo nível de investimentos. E esse baixo nível de investimentos se relaciona, como se bem sabe, as questões ligadas à incerteza e preferências pela liquidez. E as decisões tomadas sob o peso daquelas duas variáveis são ‘ótimas’ do ponto de vista individual, mas não o são no agregado, daí a necessidade de o Estado romper esse ciclo vicioso através dos seus gastos autônomos.

Quando fala sobre uma suposta falha dos salários de se moverem de acordo com as previsões da teoria clássica Lucas (1977) mostra um desconhecimento (proposital?) do texto de Keynes. Keynes supunha – em linhas com o que chamava “economia clássica” – que os salários reais eram contra-cíclicos. Diz: os salários reais e o volume de produção (e, portanto, de emprego) são correlacionados de uma única forma, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais (KEYNES, 1992, p. 33).

Viner (1936) já apontava as falhas desse raciocínio;

This conclusion results from too unqualified an application of law-of-diminishing-returns analysis, and needs to be modified for cyclical unemployment, as well as for the possibility that the price of wage-goods and of other goods may have divergent movements. (VINER, 1936, p. 149-150).

---

⁷⁸ Ver Svensson (1996).

Essa hipótese, como mostra Sweezy (1934) ao analisar o livro de Pigou (*The Theory of Unemployment*) é simplesmente uma forma mais sofisticada da ideia de fundos de salários, os quais sendo fixos (isto é, a quantidade de bens de consumo de assalariados sendo dada), só seria possível aumentar o emprego no curto prazo reduzindo-se o salário real em termos desses bens. Neste ponto Keynes (1936) foi o mais tradicional ou conservador possível. E mais; se está longe de ser clara a existência de uma correlação estável e previsível entre salários reais e os ciclos econômicos, fica-se na dependência de especificidades conjunturais, do nível de abrangência e de agregação e outros fatores. Isso, aliás, é adiantado mesmo por LUCAS (1977, p. 17); “Observed real wages are not constant over the cycle, but neither do they exhibit consistent pro- or countercyclical tendencies”.

2.3.2 – Lucas sobre o Keynesianismo da Síntese Neoclássica.

A atitude de Lucas em relação ao Keynesianismo da Síntese Neoclássica é ambivalente: de um lado o autor elogia os esforços desenvolvidos durante sua vigência para a transformação da Macroeconomia em uma disciplina científica⁷⁹, por outro apresenta uma versão caricata daquele episódio⁸⁰. Parte dessa ambivalência pode ser explicada pelo fato de Lucas dividir implicitamente aquela escola em três blocos. Havia a teoria econômica “adequada” de John Hicks, Paul Samuelson e Don Patinkin, os quais buscaram desenvolver uma macroeconomia matemática, walrasiana de maximização intertemporal (isso permite que Lucas (1972) utilize-se do modelo de gerações sobrepostas do tipo Samuelson (1958), que Lucas (1975) parta do modelo neoclássico de crescimento do tipo Solow (1956), ou que Lucas e Rapping (1969) utilizem-se de pontos de Patinkin (1956), etc.). Havia também a teoria econômica “tolerável” associada aos desenvolvimentos do instrumental IS-LM nas linhas de Hicks-Modigliani. Ainda que esse modelo não fosse o adequado, Lucas aponta-lhe duas características importantes; em primeiro lugar ele foi capaz de transformar as ideias da *Teoria Geral* em um conjunto de “instruções explícitas para a construção de uma economia artificial”; algo por

---

⁷⁹ “The Keynesian Revolution was [...] a revolution in *method*. [...] Yet if one does not view the revolution in this way it is impossible to account for some of its most important features: the evolution of macroeconomics into a quantitative, *scientific* discipline, the development of explicit statistical descriptions of economic behavior, the increasing reliance of government officials on technical economic expertise, and the introduction of the use of mathematical control theory to manage the economy”. (LUCAS & SARGENT, 1979, p.50).

⁸⁰ Ver Friedman (1979).

definição (de Lucas, entenda-se) superior aquilo feito por Keynes (1992[1936]), além disso, o *framework* também estimulou o desenvolvimento de teorias microfundamentadas⁸¹. A impressão que o autor passa é que o modelo foi um momento importante na modelagem econômica, admirando sua capacidade de síntese.

Bailey's book moves right along. He's got a Keynesian cross in nine pages. He's got a well-motivated IS-LM diagram by page 20. He's got a production sector and a labor market by page 35. It took Patinkin to page 343 to get to that point! So, Bailey is speeding things up by a factor of ten. And he's getting the mathematical structure of the model clear. You can count equations and unknowns. You can see what the predictions of Bailey's model are. You have to make some assumptions, but you can work with the model. [...]. When I began to teach at Carnegie, I took Bailey's book [*National Income and the Price Level*], his version of IS-LM, as kind of standard stuff. This is the theory, the accepted theory that everyone should know, that it was my job to teach to graduate students, and did. I also held on to Patinkin's ambition somehow, that the theory ought to be microeconomically founded, unified with price theory. I think this was a very common view. [...] **Nobody was satisfied with IS-LM as the end of macroeconomic theorizing. The idea was we were going to tie it together with microeconomics and that was the job of our generation. Or to continue doing that. That wasn't an anti-Keynesian view.** You can see the same ambition in Klein's work or Modigliani's. (LUCAS, 2003, p. 16-20. Grifos Nossos)

A tolerância ao modelo IS-LM também serve para que Lucas marque posição em relação a Leijonhufvud (1968), crítico do modelo e então expoente da Macroeconomia do Desequilíbrio e do fazer econômico discursivo. Ao final dos anos 1960, início dos 1970, o modelo IS-LM passou a ser alvo de críticas não só de autores avessos ao keynesianismo, mas principalmente por um grupo cada vez maior de keynesianos “ortodoxos”. Como bem coloca Patinkin (1987) há duas questões (e, portanto, linhas de defesa e de crítica) a serem feitas sobre o modelo; **(1)** ele é uma representação válida da Teoria Geral? **(2)** Ele é um aparato analítico útil para compreender as flutuações? Enquanto (1) atraiu (e ainda atrai) a atenção de todas as espécies de keynesianos, para os Novos Clássicos ela é irrelevante, ou melhor, é assumida como verdadeira⁸². Já sobre (2), como já mencionado, Lucas afirma que o modelo mimetizava os

⁸¹ Esse ponto é reconhecido por Lucas & Sargent (1979, p. 54) em resposta às críticas de Friedman (1979, p. 75).

⁸² “I remember when Leijonhufvud's book came out and I asked my colleague Gary Becker if he thought Hicks had got the *General Theory* right with his IS-LM diagram. Gary said, “Well, I don't know, but I hope he did, because if it wasn't for Hicks I never would have made *any* sense out of that damn book.” That's kind of the way I feel, too, so I'm hoping Hicks got it right”. (LUCAS, 2003, p. 13).

fenômenos dos ciclos de modo satisfatório (em termos qualitativos⁸³). De forma que o que fica subentendido é que o modelo foi útil em determinado instante do tempo, mas tornou-se anacrônico.

Sobre (1) esses autores “ortodoxos” afirmavam que o esquema era um “keynesianismo bastardo”, uma leitura simplista e equivocada da Teoria Geral. E sobre (2) dizia-se que não, não era útil, sendo na verdade um obstáculo ao desenvolvimento de uma teoria apropriada. Como as críticas keynesianas eram suficientemente severas – o que parecia confirmar a obsolescência do modelo – Lucas podia livrar-se dessa polêmica.

There is certainly, much interest in *General Theory* that is not captured in Hick's diagram or Modigliani's equation system, a fact that led Axel Leijonhufvud [...] to view the “Keynesian Economics”, which was later based mainly on these early interpretations, as a kind of vulgarization of the *General Theory*. While there is some truth, forcefully developed in Leijonhufvud's monograph [...], in this view, it misses what I believe to be more essential truth [...] that progress in economic thinking means getting better and better abstract, analogue economic models, not better verbal observations about the world. [...]. To extract from the *General Theory* a simple graphical method for thinking about national income determination is not, I believe, to vulgarize its contribution. Vulgarization in economics would more appropriately be defined as criticizing or caricaturing an abstract (and hence potentially useful) model because it leaves something out. (LUCAS, 1980, p. 700).

Havia, por fim, a teoria econômica “grosseira”, a qual diz respeito a uma versão caricata da Síntese Neoclássica: ausência absoluta e incompatibilidade total com os princípios microeconômicos. O Keynesianismo nesta última visão se resumiria à Curva de Phillips tipo *Menu* e a Macroeconometria Keynesiana.

A chamada Crítica de Lucas – exposta originalmente em *working paper* datado de 1973, apresentada sob a forma de artigo em Lucas (1976) e retomada em Lucas & Sargent (1979) – é um dos pontos mais conhecidos e mais importantes e de maior amplitude de sua contribuição metodológica.

---

⁸³ Ver Lucas (1977, p. 10).

O artigo de 1976 é particularmente técnico, nele não aparecem os expedientes retóricos utilizados em abundância em Lucas & Sargent (1979). Uma primeira diferença; enquanto Lucas & Sargent (1979) referem-se exaustivamente à “Macroeconometria Keynesiana” (tal que os vícios da disciplina se devessem inteira e exclusivamente a Keynes e aos keynesianos) Lucas (1976) refere-se a “*the theory of economic policy*”, sem menção a uma ou outra escola específica. O complemento “Keyensiana” é de tal forma impreciso, que Lucas & Sargent (1979, p. 52) acabam por confessar;

Our discussion to this point has been at a high level of generality, and the formal considerations we have reviewed are not in any way specific to *Keynesian* models. The problem of identifying a structural model from a collection of economic time series is one that must be solved by anyone who claims the ability to give quantitative economic advice. The simplest Keynesian models are attempted solutions to this problem, as are the large-scale versions currently in use. So, too, are the monetarist models which imply the desirability of fixed monetary growth rules. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 52).

Desnecessário se alongar sobre os pontos da crítica. Basicamente o que Lucas (e Sargent) afirma é que os modelos “keynesianos”, apesar do bom desempenho nas previsões de curto prazo, eram inúteis para análises de bem estar. Isso porque os parâmetros estimados não eram realmente estruturais, mas sim endógenos à política econômica vigente⁸⁴, de forma que variações de *policy* afetariam seus valores de forma não previsível, tornando os exercícios de análise de contrafactuais sem qualquer sentido prático ou teórico. O problema, porém, não se restringia a um equívoco superável no campo da Econometria; sua origem estava na má teoria econômica que lhe sustentava. Teoria aquela que não respeitava os princípios da microeconomia walrasiana e cujas hipóteses expectacionais eram injustificáveis a partir daqueles primeiros princípios. A única forma de se obter parâmetros estruturais era a partir de exercícios cujo comportamento dos agentes fosse determinado pela tecnologia da sociedade, preferências – ambos fatores pouco dados à variações significativas – e antecipações do futuro. E essas antecipações deveriam obedecer aos princípios fundamentais da economia

---

⁸⁴ Nas palavras do autor: “This essay has been devoted to an exposition and elaboration of a single syllogism: given that the structure of an econometric model consist of optimal decision rules of economic agents, and that optimal decision rules vary systematically with changes in the structure of series relevant to the decision maker, it follows that any change in policy will systematically alter the structure of econometric models”. (LUCAS, 1976:, p.41).

(como a ausência de rendas no longo prazo). Assim, a hipótese de racionalidade de Muth (1961), a crítica econométrica de Lucas (1976) e a busca por modelo equilibrista de *business cycle* em Lucas (1975) são parte da solução proposta para um mesmo problema.

Tais considerações sobre o comportamento dos parâmetros não foram descobertos por Lucas, ele próprio sugere que aquelas ideias estavam presentes de forma mais ou menos explícita nos trabalhos Knight nos anos 1930, Friedman nos anos 1950, e Muth, nos 1960. Mesmo em sua resenha à Teoria Geral, HICKS (1936, p. 241) já adiantava; “It is unrealistic to assume that an important change in data - say the introduction or extension of a public works policy - will leave expectations unchanged, even immediately”. Ou ainda, como afirma FISCHER (1983 p. 271): “The general point made by the critique is correct and was known before it was so eloquently and forcefully propounded by Lucas”.

As regras do tipo adaptativas até então utilizadas, inclusive por Monetaristas, pareciam apropriadas, afinal, as principais séries macroeconômicas seguem um processo autoregressivo de baixa ordem. Mas esse método de formação de expectativas produz viés de regra estimadores enviesados ($\hat{\beta}$ não tende em probabilidade para β) e não eficientes ($\hat{\beta}$ não é o estimador de menor variância entre a classe dos estimadores não enviesados), de modo que é possível obter ganhos com projeções mais sofisticadas. Além disso, não parecia haver nada na teoria econômica que justifique esse tipo de comportamento por parte dos agentes. Para Lucas, só a hipótese de Muth (1961) fornecia uma base operacional suficientemente sofisticada e em linhas com a teoria econômica (agentes maximizadores de informações).

Mas o discurso de Lucas vai além das especificidades técnicas. Lucas & Sargent (1979) iniciam o texto da seguinte forma:

For the applied economist, the confident and apparently successful application of Keynesian principles to economic policy which occurred in the United States in the 1960s was an event of incomparable significance and satisfaction [...]. In the present decade, the U.S. economy has undergone its first major depression since the 1930s [...]. These events did not arise from a reactionary reversion to outmoded “classical” principles of tight money and balance budgets. On the contrary, they were accompanied by massive governmental budget deficits and high rates of monetary expansion: policies which, although bearing an admitted risk of inflation, promised according to modern Keynesian doctrine rapid real growth and low rates of

unemployment. That these predictions were wildly incorrect, and that doctrine on which they were based is fundamentally flawed, are now simple matters of fact, involving no novelties in economic theory. (LUCAS & SARGENT, 1979, p.49)

Os autores tratam a política econômica (e seus resultados) como escola de pensamento, de forma que o fracasso do Keynesianismo é verificável através dos “fatos” (mau desempenho da economia americana nos anos 1970). O uso dos adjetivos é primoroso: os princípios clássicos “*reacionários*” seriam aqueles associados ao aperto monetário e orçamento equilibrado, enquanto os “déficits massivos” e as “altas taxas de expansão monetária” devem ser creditadas ao “keynesianismo”. Qualquer pessoa de “bom senso” (ou da *universal audience* “*econômica*”) há de preferir um controle cuidadoso da oferta monetária e um orçamento equilibrado, ao caso inverso. Aliás, é difícil que algum economista declare-se publicamente a favor – excluindo-se situações muito particulares – que o governo se endivide massivamente e imprima moeda em grande volume.

Note-se que quando falam do período de sucesso dos princípios keynesianos, os autores fazem questão de tratá-lo como aparente. Em outras palavras: o desempenho econômico foi bom *apesar* do Keynesianismo, sugerindo, pois, que uma conjunção de fatores exógenos o tornou possível. Ou seja, os fatos servem para mostrar que o Keynesianismo é equivocado, mas os fatos não são capazes de provar o oposto. Tal afirmação também sugere que aquela situação depressiva poderia ter sido evitada apenas com o uso da “boa teoria econômica”, o que não parece particularmente crível. Mais uma vez Lucas não nos informa qual o critério que determina quando o desempenho econômico contradiz em aparência ou em essência uma dada teoria.

Trata-se de um expediente perigoso associar as tendências de curto e médio prazo do produto e do emprego aos resultados de uma boa/melhor ou má/pior teoria econômica. Além disso, é pouco razoável creditar toda a culpa da crise de 1970 ao “Keynesianismo”, fixando-se no mundo das ideias e esquecendo-se das variáveis históricas e materiais⁸⁵.

---

⁸⁵ Ver Seidman (2005)

Quais foram, afinal, as causas da estagflação? Essa é uma questão com uma resposta não trivial. A mais corriqueira a associa aos dois choques do petróleo ocorridos nos anos 1970⁸⁶ e a política monetária e fiscal expansionistas que os acompanhou, enquanto outras, algo revisionistas, como Barsky e Killian (2002), a creditam a crise exclusivamente à expansão monetária. A questão fundamental é que não há consenso, de forma que não é robusto – ou é simplesmente retórico no mau sentido da palavra – apontar uma única causa “evidente”.

Como diz Snowdon (2007)

[...] while the contribution of the oil supply-shock to stagflation receives support from several notable economists, including Alan Blinder, James Tobin, and Robert Solow, it is important to note that this issue remains highly controversial since there are a variety of explanations of how the ‘Great Peacetime Inflation’ of the 1970s was ignited. These explanations range from the policy errors (referred to by Seidman) made during the Kennedy-Johnson years [Tobin, 1987]; the use of the wrong model (stable Phillips curve) for policy purposes [Taylor, 1992, 1997a; Mayer, 1999; Sargent, 1999; Romer and Romer, 1997; Romer, 2005]; the ‘monetary policy neglect hypothesis’ [Nelson, 2004; Nelson and Nikolov, 2004]; excessive demand due to overoptimistic estimates of the output gap originating with the productivity slowdown beginning in the late 1960s and early 1970s [Orphanides, 2003]; and DeLong’s [1997] hypothesis that the ‘Great Peacetime Inflation’ was an inevitable result of what he calls the ‘Shadow of the Great Depression.’ (SNOWDON, 2007, p.542)

Esquecendo-se da História, e voltando para o campo das ideias, a visão de Lucas de Keynesianismo como Curva de Phillips tipo Menu é também questionável. Diz o autor; “The inference that permanent inflation will therefore induce a permanent economic high is no doubt [...] ancient, yet is only recently that this notion has undergone the mysterious transformation from obvious fallacy to cornerstone of the theory of economic policy” (LUCAS, 1976, p. 19). Uma questão fundamental é determinar como se deu essa transformação misteriosa. Isso é particularmente curioso, pois uma das críticas mais usuais aos “velhos” keynesianos diz respeito ao excesso de confiança na política fiscal e o desprezo

---

⁸⁶ BLINDER (1982, p. 276) afirma, por exemplo: “The explanation of inflation in the 1970s that I and others have propounded fundamentally revolves around food shocks (in 1973-74 and 1978) and energy shocks (in 1973-74 and 1979)”.

pela monetária⁸⁷ como meio de controle da demanda agregada. Como explicar, então, a transformação da regra monetária do tipo “menu” no próprio “Keynesianismo”?

A Curva de Phillips foi bem aceita entre os keynesianos neoclássicos por alguns motivos, dentre os quais destacamos: **(a)** como afirma Modigliani (1977, p.3), aceitar a curva de Phillips significava negar a existência de um único equilíbrio ao nível de pleno emprego, de tal forma que era válida a hipótese de Keynes da existência de uma constelação de “equilíbrios” possíveis; **(b)** a curva mostrava ser procedente a sugestão de Keynes de que uma política monetária expansionista era capaz de eliminar o desemprego involuntário, o que significa que não existe ajustamento automático das variáveis nominais; **(c)** preenchiam-se as lacunas existentes no modelo IS-LM: a supressão do mercado de trabalho e a indeterminação do nível de preços, e; **(d)** a relação estável e ao longo de um significativo intervalo de tempo encontrada entre as variáveis na Inglaterra e nos Estados Unidos era forte demais para ser ignorada.

No trabalho de Phillips (1958) toda a argumentação se baseia, grosso modo, no seguinte ponto: o salário como qualquer outro preço, movimenta-se de acordo com o excesso de demanda observado no mercado, cuja *proxy* no caso é a taxa de desemprego. Trata-se de um artigo com pretensões modestas⁸⁸ ; “The purpose of the present study is to see whether statistical evidence supports the hypothesis that the rate of change of money wage rates in the United Kingdom can be explained by the level of unemployment and the rate of change of unemployment”. E conclusão também modesta: “The statistical evidence [...] seems in general to support the hypothesis [...] that the rate of change of money wage rates can be explained by the level of unemployment and the rate of change of unemployment [...]” (PHILLIPS, 1958, p. 284).

Fica claro que Phillips (1958) não indica sua curva como uma possível “pedra de toque da política econômica”. A única sugestão de menu possível de ser retirada deste artigo é quando em sua conclusão o autor sugere que de acordo com os resultados obtidos (excluindo-se os anos de rápido crescimento no nível de preços e assumindo-se um crescimento de 2% a.a. da

---

⁸⁷ MANKIW (1991, p.6), por exemplo, afirma; “Dubious Keynesian Proposition #4: Fiscal Policy is a powerful tool for economic stabilization, and monetary policy is not very important”.

⁸⁸ Ou, como afirma LEESON (1997, p. 157): “Phillips article [...] was primarily an empirical investigation, with only four paragraphs [...] by way of theoretical explanation”.

produtividade) para manter a demanda agregada a um nível compatível com a estabilidade de preços, o desemprego deveria ser pouco inferior a 2.5%. Já para se manter a demanda agregada a um nível compatível com a estabilidade das taxas de salário, o desemprego deveria ser algo como 5.5%. Mas mesmo ao traçar estes cenários o autor afirma: “These conclusions are of course tentative. There is need for much more detailed research into the relations between unemployment, wage rates, prices and productivity”. (PHILLIPS, 1958, p. 299).

Em Phillips (1962) o autor apresenta uma visão igualmente parcimoniosa. E novamente não há qualquer sugestão de “menu”. Em primeiro lugar, o autor se mostra avesso ao inflacionismo – “The average rate of rise of the retail price index between 1948 and 1960 was 3.7 per cent. per annum. There would be fairly general agreement that this rate of inflation is undesirable” (PHILLIPS, 1962, p. 1) - , como também repercute um dos “equivocos” do velho keynesianismo sobre a política monetária; “My conclusion concerning monetary policy is thus similar to that of the Radcliffe Committee; “... monetary measures cannot alone be relied upon to keep in nice balance an economy subject to major strains from both without and within. Monetary measures can help, but that is all” (PHILLIPS, 1962, p.9)). Sobre a relação entre inflação (salarial ou de preços) e desemprego, temos as seguintes considerações;

These [...] relations are not, of course, behaviour relations, but they are valid relations for prediction purposes. [...] The relation I obtained is best considered as a prediction relation of this sort. [...] It seems that if the average level of unemployment were kept at a little less than $2\frac{1}{2}$ per cent. the average rate of increase in wages over a period of years could be expected to be about 2 per cent. per annum [...] If it is true that such a relation holds we are faced with a difficult choice. Then we can only reduce inflation [...] at the cost of higher unemployment. I think such a relation does hold now, and unless it can be changed we shall probably move towards a compromise solution with a rather higher average level of unemployment than in the past few years and a lower, though not zero, speed of inflation; perhaps about 2 per cent. unemployment with about 1 per cent. per year rise in prices. (PHILLIPS, 1962, p. 11-2.).

Forçoso imaginar que alguém que propõe uma inflação de 1% a.a. possa ser considerada “inflacionista”. Trata-se de uma taxa inferior àquela hoje perseguida pelos Bancos Centrais dos países desenvolvidos (2% a.a.)⁸⁹.

---

⁸⁹ Ver Blinder (2006)

Nossa interpretação, obviamente, não é consensual. Chapple (1998) em polêmica com Leeson (1998; 1999) argumenta que sim, Phillips defendia a idéia de menu. O argumento de Chapple (1998) baseia-se fortemente na leitura do artigo derivado da tese de Doutorado de Phillips, *Stabilization Policy in a Closed Economy* publicado em 1954. Acreditamos que essa interpretação é incorreta. Em primeiro lugar, apesar de Phillips (1954) ser um artigo relativamente influente⁹⁰, ele não se compara aquele clássico de 1958⁹¹. Além disso, Phillips (1954) é um trabalho puramente abstrato. O autor parte da insatisfação em relação às análises de *policies* a partir dos esquemas de estática comparativa, para tentar apresentar um modelo dinâmico que mostrasse todas as flutuações possíveis de ocorrerem entre duas situações de equilíbrio. Há considerações sobre a variação de preços associadas às variações no produto (havendo inclusive apontamentos sobre a influência de distintos estados de expectativas dos agentes sobre o nível de preços sobre a trajetória da produção), mas não há nada que sugira uma interpretação do tipo menu.

Outro ponto: a curva de Phillips que passou para a história foi a versão generalizada por Samuelson & Solow (1960). E esses autores apresentam uma nota explícita contra a interpretação mecanicista da relação entre inflação e desemprego.

Aside from the usual warning that these are simply our best guesses we must give another caution. All of our discussion has been phrased in short-run terms, dealing with what might happen in the next few years. It would be wrong, though, to think that our Figure 2 menu that relates obtainable price and unemployment behavior will maintain its same shape in the longer run. What we do in a policy way during the next few years might cause it to shift in a definite way. (SAMUELSON & SOLOW, 1960, p. 193).

Em Lipsey (1960) – outro autor fundamental na história da Curva – têm-se as seguintes afirmações:

Phillips used his curve relating W to U to predict the level of unemployment that would be compatible with stable prices and a 2 per cent annual increase in productivity (a little under $2^{1/2}$ per cent. according to Phillips). There are at least three very serious problems involved here. (i) The estimated value can be shifted a great

⁹⁰ A base de dados do *Scholar Google* registrava 547 citações em setembro de 2011.

⁹¹ Com 2040 citações, a partir da mesma fonte e instante do tempo.

deal by fitting curves of different types, by including additional variables and by excluding particular years. *Thus, although it might be held with a high degree of confidence that a significant and very interesting relation had been discovered, a very low degree of confidence might be attached at this stage to a particular estimate of the parameters.* (ii) The theory outlined in Section II suggests that the fitted relation may not be a very good guide to the relation between W and U if U were to remain substantially unchanged for a long time. (iii) A satisfactory theoretical explanation (together with independent tests) would be needed of the high correlation between W and P. Until more is known about the causal links between W and P it is very dangerous to argue as if either of these variables were independent of the other. (LIPSEY, 1960, p.30)

Retomando; quais foram afinal as causas da “misteriosa transformação”? O que vimos é que nem Phillips, o criador, nem Samuelson, Solow ou Lipsey sugeriram essa interpretação mecanicistas, antes muito pelo contrário.

Humphrey (1985) aponta uma questão importante; suas características atraentes para os políticos e para os *policymakers*, já que fornecia sustentação “científica” para a aparente incapacidade de se atingir o pleno emprego e a estabilidade de preços simultaneamente, objetivos que se acreditava serem compatíveis antes da disseminação da curva. Assim, as autoridades podiam se apoiar em um modelo científico para justificar seu “suposto fracasso”, de forma que a sociedade deveria se conformar ou com baixa inflação ou baixo desemprego. Essa conveniência política e de política econômica nos parece importante demais para ser deixada de lado.

The national interest lies in high employment and steady expansion of output, in stable prices, and a strong dollar. The declaration of such an objective is easy; their attainment in an intricate and interdependent economy and world is a little more difficult⁹². (KENNEDY, 1962).

E quais são as evidências apresentadas por Lucas? Em LUCAS (1977, p. 13) o autor afirma: “[...] the major U.S. econometric models implied that an expansionary monetary and fiscal policy leading to a sustained inflation about 4 percent per annum would led also to sustained unemployment rates of less than 4 percent”. Lucas (1977) apresenta então dois trabalhos que

---

⁹² J.F. Kennedy, *Yale University Commencement*, June 11, 1962.

<http://millercenter.org/president/speeches/detail/3370>

exemplificariam esses “major models”: o trabalho de Hirsch (1972) – *Price Simulations with the OBE Econometric Model* - e o de Menil e Enzler (1972) – *Price and Wage in the FR-MIT-Penn Econometric Model*. A partir do *Google Acadêmico* somos informados que o trabalho de Hirsch (1972) conta com 23 citações⁹³, o que o torna um trabalho de visibilidade não particularmente extraordinária (mesmo o autor conta com apenas cinco trabalhos listados na plataforma *JSTOR*, o que também o torna um autor não extraordinariamente produtivo para os padrões da academia americana). Uma análise mais cuidadosa mostra que alguns trabalhos se repetem (o mesmo trabalho é publicado em mais de uma revista, por exemplo), de forma que sobram 15 citações distintas. Encontramos a seguinte distribuição por ano:

Enquanto Hirsch cita seu próprio trabalho apenas duas ocasiões – em Hirsch, Grimm e Narasimham (1974) e em Hirsch (1977) – Lucas o cita em três oportunidades: *Econometric Policy* (1976), *Understanding Business Cycle* (1977) e em *Methods and Problems of Business Cycle* (1980). Certamente não por acaso, os anos dos dois primeiros trabalhos de Lucas são os de pico no número de citações a Hirsch (1972).

Entrar no mérito sobre o estado do debate teórico e prático sobre a Curva não é necessário para verificar que a escolha de Lucas por Hirsch (1972) sugere a existência de um viés de seleção, esse trabalho não parece ser particularmente representativo daquele período.

A história da Curva de Phillips tipo Menu como estrutura de todo o keynesianismo dos anos 1960/1970 é repetida a exaustão, mas não se apresentam evidências robustas de que isso deveu-se não a uma escolha política, isto é, independente dos resultados teóricos, ou se os resultados teóricos é que davam sustentação para a política. Esse ponto é também trabalhado por Forder (2010). Ainda que discordemos de algumas de suas premissas, sua conclusão é

⁹³ Resultado observado em janeiro de 2012.

mais ousada que a nossa, diz; o argumento monetarista-novo-clássico sobre a curva de Phillips tipo menu é simplesmente um mito.

2.3.3. – Lucas sobre o Keynesianismo Desequilibrista.

Como já havíamos afirmado, Lucas (e os Novos Clássicos, por extensão) e os Keynesianos Desequilibristas não compartilhavam de um conjunto suficientemente amplo de premissas, tal que do embate entre uma e outra escola pudesse emergir uma síntese aceita por ambos os lados (ou ainda, esse não era um evento tido como provável àquela altura das discussões). A tabela abaixo enumera alguns desses pontos de discordância.

A discordância entre competição perfeita *versus* competição monopolística e flexibilidade *versus* rigidez de preços ainda que relevantes na caracterização de Novos Clássicos e Desequilibristas, não era o cerne da questão (ainda que à época pudesse parecer que sim). Basta lembrar que Novos Keynesianos e autores da chamada Nova Síntese Neoclássica insistem nas rigidezes, mas são mais identificados com Lucas (1972; 1975) do que com Malinvaud.(1977). Lucas (1977), aliás, não afasta os modelos de concorrência monopolística com base em primeiros princípios – ainda que julgue a concorrência perfeita mais adequada para representar o comportamento agregado da economia – mas sim pois; “[...] rigorous analysis of equilibrium determination when producers set prices is extremely difficult, and no examples relevant to business cycle behavior exist”. Ou seja, ainda que os Novos Clássicos julgassem que a concorrência perfeita fosse uma boa aproximação para o conjunto da economia, e que a concorrência monopolística torna a análise significativamente mais complexa, isso não tornaria herege um novo-clássico que se utilizasse dessa hipótese em uma determinada circunstância. Assim como a inclusão de um setor de concorrência perfeita não faria desmoronar as bases do Keynesianismo Desequilibrista.

Novos Clássicos	Non-Market Clearing Approach
Microeconomia	
- Modelo Arrow-Debreu-McKenzie - Competição Perfeita - Flexibilidade de Preços e Salários - Equilíbrio Contínuo dos Mercados - Sinalização do Vetor de Preços Equilibra Oferta e Demanda	- Modelo Benassy-Drèze - Competição Monopolística - Rigidez de Preços e/ou Salários - Desequilíbrio de Demandas Ideais (<i>notional</i>) e Equilíbrio de Demandas Efetivas - Ajuste entre Oferta e Demanda via Racionamento Quantitativo
Macroeconomia	
- Hipótese de Expectativas Racionais - Flutuações Econômicas de Curto Prazo causadas pela incompletude das informações sobre preços (impulso). [Lucas (1972; 1975)]. - À medida que as informações se tornam disponíveis a Economia retorna para sua trajetória “natural”. - É preciso demonstrar que o Governo têm informações superiores às dos agentes privados, como pré-requisito para o potencial controle da economia. [Lucas (1973)]. - Política econômica deve se limitar a não ser uma fonte adicional de perturbação. - Taxa Natural de Desemprego. Desemprego como resposta ótima de trabalhadores e firmas aos choques idiossincráticos que afetam a economia.	- Inexistência de uma Regra única de Formação Expectacional. - Flutuações causadas por falhas de mercado. - Forças endógenas não são confiáveis para superação dos ciclos (ao menos em um período de tempo razoável). [Patinkin (1948), Leijonhufvud (1973)]. - Crença (quase) axiomática na capacidade do governo de levar a economia para uma trajetória de “pleno emprego”. [Malinvaud (1977)]. - Política econômica ativa, capaz de gerar melhorias de Pareto. - Desemprego Involuntário. Desemprego como racionamento provocado pelas imperfeições do mercado.

A diferença fundamental entre uma e outra escola está na diferença entre equilíbrio e desequilíbrio, e nas consequências associadas à utilização de um ou outra dessas premissas. Tais categorias teóricas estão longe de serem auto-explicativas⁹⁴, mas no debate entre Desequilibristas e Novos-Clássicos podemos entendê-las a partir da oposição entre *market-clearing* e *non-market clearing*.

⁹⁴ Para maiores detalhes ver Vercelli (2003).

Na abordagem de *market clearing* os resultados das trocas devem-se apenas às decisões maximizadoras de agentes econômicos racionais (em termos de previsão perfeita e/ou no sentido muthiano), e exclui-se a possibilidade de existência de excesso de oferta ou de demanda qualquer um dos (n) mercados da economia, já que o vetor de preços de equilíbrio o elimina (por definição). Como os agentes são *price-takers* e o vetor de preços carrega todas as informações relevantes para a tomada de decisões, nenhum outro mecanismo de ajustamento é necessário, antes pelo contrário, garante-se que a economia estará sempre em um ótimo de Pareto. Do ponto de vista macroeconômico, o que Lucas faz – como forma de explicar as flutuações na economia e a potencial correlação de curto prazo entre variáveis nominais e reais – é introduzir um ruído (real e/ou monetário) no vetor de preços, o que impede que a economia se reproduza indefinidamente de forma suave.

Já na abordagem de *non-market-clearing* os agentes são (em geral) *price-makers* e o vetor-preços observado a cada instante do tempo não traz consigo todas as informações necessárias para o processo de tomada de decisão. O agente precisa tomar suas ações pensando em suas consequências, e nas ações e consequências dos demais agentes. Como o vetor-preços falha, é necessário determinar um mecanismo alternativo (auxiliar) na determinação das alocações a cada instante do tempo. Isso significa a imposição de restrições quantitativas sobre parte dos agentes (ou parte dos mercados), de tal forma que potencial e geralmente haverá excesso de oferta ou demanda em um ou mais mercados da economia.

O relaxamento dessas hipóteses – tanto na micro quanto na macroeconomia – visa aumentar o grau de realismo do modelo (realismo no sentido de correspondência com os fatos da realidade objetiva observável), o que é para muitos, mas não para Lucas, meritório em si só. Ocorre que a retirada ou relaxamento de hipóteses simplificadoras por definição torna o modelo menos “simplificado” ou mais complexo. Se os agentes têm poder de mercado, como os preços são determinados? Qual a regra que determina sua variação entre os períodos? Eles variam em função com o tamanho do excesso de demanda existente? Neste caso a diferença entre keynesianos e clássicos é apenas de tempo necessário para o ajustamento? Se os fatores não recebem (necessariamente) seu produto marginal, como, então, eles são remunerados? Se o vetor-preços é falho, qual a regra de disseminação das informações nessa economia? Como se dá o processo de formação de expectativas em relação aos preços e quantidades? Como as quantidades passam a fazer parte da regra de comportamento dos agentes, como eles

antecipam essa variável? Qual a forma e como funciona o mecanismo de racionamento quantitativo?

Como os modelos de equilíbrio geral (walrasianos ou não-walrasianos⁹⁵) buscam descrever de forma simplificada o comportamento estilizado dos agentes econômicos (firmas e trabalhadores) e a operacionalidade dos mecanismos de uma economia descentralizada de trocas, eles tratam simplesmente de princípios (ou primitivas) de análise, os quais não podem ser considerados por si só superiores ou inferiores a outro determinado conjunto⁹⁶, a única forma razoável de comprar duas dessas vertentes é através da análise da consistência interna de cada uma delas. Consistência interna não determina correção de uma determinada abordagem, mas sua ausência (em termos comparativos) é um bom indicativo de inferioridade.

Parece-nos claro que teoria do “desequilíbrio” possuía menor consistência interna quando comparado ao equilíbrio geral de Arrow-Debreu-McKenzie. E isso não chega a ser surpreendente, afinal, quando do surgimento dos modelos Barro-Grossman e dos trabalhos de Benassy e Drèze, a moderna teoria do equilíbrio geral já gozava de quase três décadas de “ciência normal”, as quais lhe serviram para apontar e tentar superar incompletudes, equívocos, falhas, etc. Além disso, a crítica ao “irrealismo” do modelo Arrow-Debreu implica na retirada de hipóteses simplificadoras, as quais buscavam exatamente garantir a existência e a estabilidade da solução do modelo.

É importante notar que ainda que a “teoria do desequilíbrio geral” quando aplicada à Macroeconomia fosse antagonista ao walrasianismo e potencialmente revolucionária, dentro do campo de “equilíbrio geral” – em sentido amplo – ela era apenas uma variação dos exercícios tradicionais. Na “lógica econômica pura” – como Hayek denominava essa agenda de pesquisa – os avanços são obtidos, principalmente, através de exercícios que relaxam

---

⁹⁵ O que tratamos por “equilíbrio geral” (equilíbrio walrasiano) é o artigo de Arrow & Debreu (1954) e, em especial, sua versão simplificada como apresentada por Mas-Colell, Whinston & Green (1995). E por “desequilíbrio geral” (equilíbrio não-walrasiano), os artigos de Benassy (1975, 1977) e Drèze (1975).

⁹⁶ “If one is dealing with an empirical field, the axioms will be statements about some part of the real world; for example, one may say that the speed of light is constant. In no case have the axioms any superior truth value to that of their implications as these are brought to light in the deductions which can be based on the axioms. The latter are chosen for reasons of convenience, because they are intuitively acceptable and express inagreeable and perhaps esthetically satisfying form some basic knowledge of the field in question. But they are not self-evident truths as the old and now completely superseded view of an "axiom" asserted”. (MORGERSTERN, 1963, p.14)

hipóteses simplificadoras. Ainda que essas variações pretendam-se revolucionárias, ou possam dar origem de modo involuntário a revoluções, em geral o seu resultado é simplesmente a sofisticação de um determinado paradigma. Assim, o trabalho de Drèze (1975), por exemplo, antes de provocar uma revolução na microeconomia walrasiana, foi simplesmente incorporado ao programa de pesquisa tradicional.

Esse parêntese é importante também para explicar a ambiguidade dos Novos Keynesianos em relação ao temo walrasianismo; eram walrasianos por aceitarem a ideia de que os modelos se basearem em primeiros princípios da agenda de pesquisa walrasiana de equilíbrio geral, eram anti-walrasianos no sentido de se utilizarem de ferramentas microeconômicas para explicar fenômenos não walrasianos em um sentido mais estrito/tradicional (como competição monopolística, rigidez nominal, rigidez real, etc.).

Se equilíbrio e desequilíbrio são apenas princípios axiomáticos de análise, quais as causas da feroz insistência de Lucas em relação a utilização daquele primeiro? Exatamente pelo fato de o sistema de *non-market clearing* não possuir a mesma consistência interna do de *market clearing*. Enquanto ao se utilizar deste último princípio os resultados devem ser explicados em termos de preferências, tecnologia e elasticidades, o primeiro seria insuficientemente restritivo (ou excessivamente permissivo). Como os resultados de *non-market clearing* dependiam fortemente da forma desenhada para o esquema de racionamento, por exemplo, e como não havia um critério robusto baseado em primeiros princípios de racionalidade, preferências e tecnologia (todos em sentido amplo) para determinar de forma incontestada sua estrutura, qualquer resultado poderia ser (potencialmente) explicado, bastando ao “cientista” utilizar-se de uma ou outra hipótese *ad hoc* ⁹⁷. Outro ponto; enquanto a adoção da hipótese de expectativas racionais mostrou-se desde o início revolucionária (no sentido de questionar os resultados existentes e abrir novas frentes de pesquisa) e altamente controversa (chamando, assim, a atenção de um grande número de autores para análises teóricas e verificações empíricas) os Keynesianos Desequilibristas não foram capazes de apresentar uma hipótese capaz de rivalizar com a de John Muth. Esses problemas (e outros) se refletiam também na quase assunção de existência de trocas mutuamente vantajosas não esgotadas na economia.

---

⁹⁷ “The description rests on economically intelligible substitution effects, not on unintelligible ‘disequilibria’”. (LUCAS, 1977, p. 17).

Esse é o espírito da crítica de Barro (1979), ao explicar sua conversão ao método Novo-Clássico;

[...] the serious problem with non-market-clearing-type models are not in the characterization of supply and demand, but rather in the neglect of the other branch of price theory: namely, supply equals demand. Supply not equal to demand as a basis for quantity determination in non-market-clearing models is not on the same analytical level as supply equals demand. The latter mechanism implies that at least in a direct sense - the private market manages to exhaust trades that are to the perceived mutual advantage of the exchanging parties. On the other hand, by mechanically leaving opportunities for mutually desirable trades, the non-market-clearing approach makes government policy activism much too easy to justify. When the arbitrariness of supply unequal to demand is replaced by a serious explanation, such as imperfect information about exchange opportunities, for the failure of private markets to achieve some standard of efficiency, the case for government intervention becomes much less obvious. (BARRO, 1979, p. 56).

Lucas não dedicará espaço particularmente grande à crítica de modelos e resultados específicos dos Keynesianos Desequilibristas, preferindo louvar os méritos do método equilibrista em oposição ao desequilibrista. Mesmo quando a referência é mais objetiva, como em Lucas (1978), as críticas ainda assim assumem um caráter filosófico-metodológico. Neste artigo Lucas dedica-se a criticar uma categoria teórica fundamental – não apenas, mas particularmente – do Keynesianismo Desequilibrista; o desemprego involuntário. Em outro artigo⁹⁸ argumentamos que essa categoria tem um caráter fundador nessa escola. Desde Patinkin, até Barro e Grossman, os modelos Desequilibristas tinham a preocupação fundamental de explicar as condições necessárias, as causas e as consequências do desemprego “keynesiano”. Fica evidente a crítica a esses modelos quando Lucas (1978) diz;

It is [...] possible to write down theoretical models in which households are faced with a “hour constraint” limiting the hours they can supply at “the” prevailing wage, and in which, therefore, there is a clear distinction between the hours one can supply and the hours one would like to supply. Such an exercise is frequently motivated as an attempt to “explain involuntary (or Keynesian) unemployment”. (LUCAS, 1978, p. 354).

---

⁹⁸ Ver “Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Macroeconomia”.

Essa é a estrutura básica dos modelos Barro-Grossman. Para Lucas (1978) o problema com o desemprego involuntário e com seu oposto, o pleno emprego, era que ambos não levavam a um conceito operacional de política econômica. Como mensurar o desemprego involuntário? Esse problema também se estende ao pleno emprego. Lucas apresenta duas possibilidades; (i) questionando-se o trabalhador se ele, a partir de sua percepção subjetiva, julga-se um desempregado do tipo voluntário ou involuntário, e; (ii) determinar as características operacionais de uma economia e uma ou outra taxa de desemprego.

Para Lucas o problema de política econômica surge não do nível do desemprego, mas de sua variância. Sua posição é tal que; uma economia operando com políticas suaves e previsíveis por um período suficientemente longo de tempo faria emergir uma taxa “média” ou “natural” de desemprego, que refletiria seus fundamentos, e não uma meta possível de ser fixada via política econômica discricionária. O fato de o mercado registrar um desemprego de 2% ou de 20% não tinha qualquer implicações sobre a forma apropriada de abordar o problema, em ambos os casos se está em equilíbrio (*market clearing*) no sentido de que os mesmos primeiros princípios devem ser utilizados para explicar um e outro. A essência de seu argumento é o mesmo que aparece de forma metafórica em Lucas (1977);

[...] I suspect that the unwillingness to speak of workers in recession enjoying “leisure” is more a testimony of the force of Keynes’ insistence that unemployment is “involuntary” than a response to observed phenomena. One doesn’t want to suggest that people like depressions! Of course, the hypothesis of a cleared labor market carries with it no such suggestion, any more than the observation that people go hungry in cleared food markets suggests that people enjoy hunger. (LUCAS, 1977, p. 18).

Para Lucas, em suma, “[to] look at any economic time series and conclude that it is a disequilibrium phenomenon is a meaningless observation” (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 58).

Todas essas críticas específicas aos modelos tipo Barro-Grossman são ainda bastante parcimoniosas, especialmente para o estilo argumentativo de Lucas. Nossa hipótese é que para Lucas, ainda que baseados em algumas premissas equivocadas, esses modelos buscam microfundamentar os resultados keynesianos (o que é superior a resultados a-teóricos como o da Curva de Phillips) e são explicitamente matemáticos. Essa postura complacente é que torna

possível a aproximação de Barro, e a utilização da restrição de Clower por Lucas. Lucas não pode deixar de admirar o gênio de autores como Patinkin, Clower, Barro, Grossman e Malinvaud, por exemplo; todos têm contribuições importantes no campo da teoria pura, seja ela micro, macro ou econométrica.

Tratamento distinto será reservado a Axel Leijonhufvud, ele será a encarnação do economista pré-científico no sentido de Lucas; um autor cujas considerações verbais sobre o funcionamento da economia e/ou sugestões de métodos e modos de se abordar determinados problemas econômicos não se traduzem em modelos no sentido lucasiano restrito do termo.

Para Lucas a diferença entre aquele primeiro grupo de autores e Leijonhufvud corresponde a materialização das duas atitudes distintas diante do “fracasso” do keynesianismo: enquanto uns se apegavam ao *framework*, crendo ser possível soculicionar suas contradições/erros/incompletudes com a adição de uma ou outra variável/equação/princípio, outros simplesmente escolhiam “renounce analytical methods intirely, returnin to ‘judgmental’ methods”. Ao encerrar a abordagem de Desequilíbrio em Leijonhufvud, Lucas direciona suas armas para um autor que apesar de dotada de grande capacidade retórica, histórica e metodológica, sabia-se frágil em questões quantitativas. Ao comentar sobre o estilo de sua tese, Leijonhufvud diz “[...] I had followed the linguistic line in school so that my math was relatively weak. But I had enough to understand perfectly well what I was being taught in Graduate School and was able to pass my examinations like everybody else”. (LEIJONHUFVUD in SNOWDON, 2004, p. 9). Ainda que não fosse um ignorante em assuntos quantitativos, esse nível de conhecimento não o permitia entrar em debates para além da metodologia/história com autores pesadamente formais como Lucas e Sargent. Nada mais trivial que apegar-se às fraquezas do adversário e explorá-las ao máximo. É isso que Lucas faz. Ele parece oferecer aos leitores três alternativas: (i) seguir o keynesianismo (o qual falhou, gestando a estagflação); (ii) aderir ao keynesianismo “primitivo” (verbal/descritivo) de Leijonhufvud, ou; (iii) retornar à tradição ancestral de Smith, Ricardo, Walras, Hicks, Samuelson, e tantos outro, agora mais forte graças aos desenvolvimentos novos-clássicos.

Conclusão

Ao analisarmos o discurso “doutrinário” de Robert Lucas conseguimos ir além da usual caracterização do autor como simplesmente um anti-keynesiano. Há uma série de nuances nas opiniões de Lucas sobre as mais distintas formas de Keynesianismo (inclusive sobre o próprio Keynes). Nesses artigos há o uso recorrente de expedientes retóricos nas críticas aos “keynesianos” – as quais independente de serem ou não procedentes – acabam por deixar o “adversário” na defensiva, tendo que explicar ponto por ponto de sua teoria. Essa situação não era particularmente agradável para uma doutrina vista com reservas devido ao insucesso econômico americano dos anos de 1970.

Lucas é um genial polemista. Goste-se ou não de seus expedientes retóricos, é impossível manter-se indiferente a uma ou outra crítica ou afirmação apresentada. Note-se, porém, que apesar de levarmos em conta a importância da retórica, especialmente da existência de uma figura líder em uma ou outra escola com essa capacidade de persuasão e geração de controvérsias, longe de nós afirmar que o sucesso do esquema Novo-Clássico deveu-se apenas a essas características particulares de Lucas. Ainda que o modelo equilibrista quantitativo do *business cycle*, ainda que a metodologia alternativa para análise de séries de tempo e as regras objetivas de determinação da endogeneidade/exogeneidade das variáveis só tenham todas se tornado disponíveis ao início dos anos 1980, os Novos-Clássicos foram capazes de responder a questões antigas e sugerir outras novas, tal como necessário nos esquemas mais tradicionais de epistemologia (Kuhn, Popper e Lakatos).

Nossa intenção aqui não é determinar as causas do sucesso do esquema de Lucas, mas sim compreender para além da superfície, todo o seu discurso “doutrinário”.

III – Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?

Uma Investigação sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e Especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral⁹⁹.

Resumo – O artigo parte de duas visões conflitantes sobre o estado do debate “macroeconômico” anterior à publicação da Teoria Geral e as causas do sucesso dessa obra. Para Robert Lucas o esquema de Keynes caracterizou-se como um desvio na história das análises de flutuação dado seu rompimento com a tradição equilibrista (e então hegemônica) dos economistas clássicos. E seu sucesso deveu-se inteiramente a fatores alheios à vontade e simpatias de Keynes. Olivier Blanchard, por outro lado, argumenta que havia uma grande diversidade de interpretações e ausência de um aparato comum àquela época, tal que o sucesso de Keynes deveu-se à sua superioridade em relação aos esquemas rivais. Tentamos, pois, verificar qual das duas interpretações é a mais robusta.

---

⁹⁹ Uma versão deste trabalho foi apresentada e está publicada nos anais da IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica realizada na Universidade de São Paulo em outubro de 2012.

3.1 – Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?

O que chamamos de Tese da Ancestralidade diz respeito ao seguinte argumento recorrente nos artigos *doutrinários*¹⁰⁰ de Robert Lucas: a Macroeconomia fundada por Keynes, entendida como um campo específico e particular da análise econômica caracterizou-se como um desvio na história das análises de flutuação. Para Lucas (1980, p. 689), os economistas do século XX¹⁰¹ anteriores a Keynes (1992[1936]) buscavam explicar as flutuações de curto prazo (o então chamado “*Trade*” ou “*Business Cycles*”) a partir de um esquema “equilibrista”. Ocorre que a crise de 1929 teria sido um daqueles eventos capazes de alterar os rumos da Teoria Econômica¹⁰². A severidade e a longa duração da subutilização dos fatores produtivos teriam tornado os economistas algo céticos em relação à capacidade explicativa dessas teorias “tradicionais”, abrindo espaço, assim, para o sucesso de Keynes.

Economists prior to the 1930s did not recognize a need for a special branch of economics, with its own special postulates, designed to explain the business cycle. Keynes founded that subdiscipline, called *macroeconomics*, because he thought that it was impossible to explain the characteristics of business cycle within the discipline imposed by classical theory, a discipline imposed by its insistence on adherence to the two postulates: (a) that markets are assumed to clear, and (b) that agents be assumed to act in their own self-interest. [...] After freeing himself of the straightjacket (or discipline) imposed by the classical postulates, Keynes described a model in which rules of thumbs, such as the consumption function and liquidity preference schedule, took the place of decisions functions that a classical economist would insist be derived from the theory of choice. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 58).

¹⁰⁰ Referimo-nos aos artigos polemistas de Lucas, preparados inicialmente para apresentações em conferências. Nesses artigos o autor abre mão de sua notável capacidade computacional na busca por um diálogo com um público mais amplo, como em Lucas (1977; 1980) e Lucas & Sargent (1979).

¹⁰¹ “Business cycle theory (as distinct from monetary economics) is mainly a twentieth century product. For the most part, the major nineteenth century economics set short-term fluctuations to one side in order to focus attention on other issues. The general underlying idea (one might call it a “natural rate hypothesis”) must have been that one could understand the main determinants of the average levels and rates of growth in economic activity without understanding the fluctuations”. (LUCAS, 1980, p. 689)

¹⁰² Lucas (1980) apresenta um esboço de teoria epistemológica, enfatizando duas fontes de evolução no pensamento econômico: (i) eventos econômicos que alteram as perguntas as quais os economistas buscam responder, e; (ii) ampliação de nossa capacidade computacional.

Do excerto acima alguns pontos devem ser destacados; **(i)** Lucas & Sargent (1979) tratam “economistas anteriores a 1930” e “economistas clássicos” como sinônimos, negando, pois, a crítica de Hicks (1937) para o qual essa categoria era simplesmente um expediente retórico de Keynes¹⁰³; **(ii)** Esses “economistas clássicos” definiam funções comportamentais implícita ou explicitamente a partir da teoria da escolha, entendida como a teoria comportamental na qual os agentes se comportam de acordo com uma dada hipótese de racionalidade, no caso a maximização de lucros e utilidade; **(iii)** Como os “economistas clássicos” não viam necessidade de uma subdisciplina específica para estudar as flutuações somos levados a interpretar que eles as explicavam a partir do mesmo *framework* utilizado para tratar do comportamento agregado de longo prazo e/ou o comportamento individual ótimo; **(iv)** Em Keynes (1992[1936]) rejeitam-se os “postulados” **(a)** e **(b)**, de tal forma que os agentes não se comportam de forma egoísta – algo que iremos interpretar como sinônimo de comportamento em desacordo com a teoria neoclássica da escolha –, suas funções comportamentais são regras de bolso patentemente inferiores àquelas utilizadas pelos economistas “clássicos” e se afasta a possibilidade de ocorrência de *market clearing*.

Sobre aquele último ponto, a afirmação “markets are assumed to clear” é significativamente vaga, o que deixa margem para uma série de interpretações. Na abordagem de equilíbrio geral walrasiano *market clearing* é sinônimo de excesso de demanda igual à zero em todos os (*n*) mercados da economia. Esse resultado é obtido a partir da utilização da hipótese de *tâtonnement* e/ou a existência de recontratos, de tal forma que não se observam trocas a preços distintos daqueles compatíveis com o equilíbrio (i.e., trocas falsas). Na abordagem marshalliana há expediente análogo; evita-se a complicação do desequilíbrio utilizando-se da hipótese de ajustamento instantâneo de preços. Podemos interpretar esse postulado como uma tentativa de Lucas & Sargent (1979) de transportarem para os primórdios da disciplina uma discussão então travada entre Novos-Clássicos e Keynesianos Desequilibristas (*Non-Market-Clearing Approach*). Esses últimos acreditavam que para se compreender a dinâmica econômica e fenômenos como o desemprego involuntário e o acúmulo indesejado de estoques era fundamental raciocinar em termos de desequilíbrio entre oferta e demanda, o que dá

---

¹⁰³ Hicks (1937) é talvez a fonte mais conhecida dessa crítica dada a gigantesca popularidade desse artigo, mas ele não foi o único. KNIGHT (1937, p. 101), por exemplo, afirmava; “In this chapter [“The Postulates of the Classical Economics”.] and throughout the book, his references under this phrase are, in general, the sort of caricatures which are typically set up as straw men for purposes of attack in controversial writing”.

origem às considerações sobre rigidez de preços e salários, concorrência monopolística, esquemas de racionamento quantitativos, etc. Já os Novos-Clássicos acreditavam que todas as observações de uma série de tempo deveriam ser entendidas como realizações de um processo estocástico, explicáveis a partir das categorias fundamentais da microeconomia walrasiana (preferências, tecnologia, dotação de recursos), além da incompletude das informações. Aplicando-se o termo em seu sentido novo-clássico, *market clearing* seria sinônimo de *continuous market clearing*, hipótese demasiadamente forte. Em uma forma mais generalista podemos interpretar esse ponto como; (i) explicações para os ciclos que se baseavam apenas naquelas categorias walrasianas fundamentais; ou ainda; (ii) podemos interpretar o postulado (b) a partir da ideia de marcada tendência endógena ao *market clearing*, de tal forma que para Lucas os economistas clássicos seriam equilibristas, pois acreditavam que os desajustes eram temporários e auto-reversíveis, enquanto Keynes colocara em xeque essa suposta propriedade do sistema capitalista.

Mas há um fato: a Revolução Keynesiana saiu-se vitoriosa¹⁰⁴. A *Teoria Geral* (TG daqui em diante) tornou-se referência seja na busca de verificação ou rejeição de hipóteses ou no refinamento de conceitos pelas três décadas seguintes. Como Lucas explica esse fenômeno? Além da especificidade do momento histórico – o qual forjara uma plateia particularmente receptiva –, o sucesso deveu-se a uma série de eventos alheios à vontade de Keynes. Eventos estes que permitiram a transformação de seu aparato verbal em uma “economia artificial” (Lucas, 1980) com maior grau de refutabilidade que os esquemas alternativos e/ou rivais.

The *General Theory* was [...] more successful than the *Treatise* not because of theoretical advances within monetary economics but because the event of the Great Depression permitted Keynes to restate the problem posed by business cycle into a form such that the theoretical methods at his disposal admitted genuine progress. It was a fortunate historical accident that at about the same time, and for reason unrelated to contemporaneous economic events, technical advances in statistical and economic theory occurred, which transformed “Keynesian economics” into something very different from, and much more fruitful than, anything Keynes himself had foreseen. (LUCAS, 1980, p. 700-1).

Ainda que Lucas (1980) não nos informe o que, afinal, “Keynes previra”, ele nos diz que as causas desse “feliz acidente histórico” foram basicamente; (i) A transformação do aparato

---

¹⁰⁴ Revolução Keynesiana aqui como sinônima de Síntese Neoclássica.

verbal da TG em um sistema de gráficos e equações simultâneas – isto é, um conjunto de instruções para a construção de uma “economia artificial” – realizada por Hicks (1937) e Modigliani (1944)¹⁰⁵, e; **(ii)** O desenvolvimento da Econometria (e sua aplicabilidade àquela economia), graças principalmente aos trabalhos de Jan Tinbergen e Ragnar Frisch, que avançaram a ideia de “descrever a economia como um sistema de equações em diferença estocasticamente perturbado, cujos parâmetros podiam ser estimados a partir das séries de tempo existentes”. (LUCAS, 1980, p. 701). Ambos os eventos são apresentados como opostos à metodologia de Keynes, o qual é caracterizado como uma espécie de obscurantista. Avesso às ferramentas fundamentais para o progresso da disciplina; rejeitava qualquer forma de economia matemática (aqui se utiliza a famosa passagem da TG sobre o “labirinto de símbolos pretensioso e inúteis”), como também do uso de métodos econométricos (vide a polêmica Keynes-Tinbergen)¹⁰⁶. Note-se que mesmo que Lucas trate a TG como um desvio ele não é capaz de associar o Keynesianismo da Síntese Neoclássica a um episódio improdutivo, talvez exatamente pelo fato de seus autores terem desobedecido a esses dogmas de Keynes.

Contrapomos essa interpretação com aquela defendida por Olivier Blanchard (2000), autor associado ao Novo Keynesianismo e simpático ao trabalho de Keynes. Sobre a “Macroeconomia” anterior a TG, diz;

Pre-1940. A period [...] where confusion reigned, because of the lack of an integrated framework [...]. Business Cycle Theory was not a theory at all, but rather a collection of explanations, each with its own rich dynamics. Most explanations focused on one factor at a time: real factors (weather, technological innovations), or expectations (optimistic or pessimistic firms), or money (banks or the central bank). When favorable, these factors led firms to invest more, banks to lend more, until things turned around, typically for endogenous reasons, and the boom turned into a slump. Even when cast as general equilibrium, the arguments, when read today, feel incomplete and partial equilibrium in nature [...]. (BLANCHARD, 2000, p. 1376-7)

¹⁰⁵ Como também as contribuições de autores com Paul Samuelson e Don Patinkin, os quais teriam fornecidos as linhas mestras de uma teoria matemática explícita de equilíbrio geral macroeconômico dinâmico; “[...] an artificial system in which households and firms jointly solve explicit, “static”, maximum problems taking prices as parametrically given” (LUCAS, 1980, p. 701)

¹⁰⁶ Sobre a Econometria, Lucas trata Keynes tanto como um inimigo da disciplina, como também responsável teórico pelas restrições *ad hoc* utilizadas na superação do problema de identificação da Econometria tipo *Cowles Commission*.

Já em relação às causas do sucesso da TG;

[...] the methodological contributions of the General Theory [1936] made a crucial difference. Keynes explicitly thought in terms of three markets (the goods, the financial, and the labor markets), and of the implications of equilibrium in each. [...] A quote from Pigou's [...] puts it well: "Nobody before him, so far as I know, had brought all the relevant factors, real and monetary at once, together in a single formal scheme, through which their interplay could be coherently investigated." (BLANCHARD, 2000, p. 1378-9).

O que Blanchard (2000) sugere é que, ao contrário do que afirma Lucas (e também Keynes), não se pode falar em “economistas anteriores a 1930” e “economistas clássicos” como sinônimos. O que havia àquela época era uma grande dispersão de interpretações e métodos, alguns inclusive em “moldes” de equilíbrio geral walrasiano, os quais, no entanto, não possuíam o rigor sugerido por Lucas. E a TG saiu-se vitoriosa não graças unicamente a fatores exógenos, mas principalmente por sua maior sofisticação em relação às principais explicações então existentes. Blanchard (2000) apresenta, em suma, um argumento do tipo superação positiva.

As divergências entre as interpretações históricas de Lucas e Blanchard nos levam às seguintes questões; **(I)** Qual era o estado da arte em relação às investigações sobre os ciclos econômicos no período anterior à publicação da TG (e, especialmente, posteriores ao século XX)? A Tese da Ancestralidade de Lucas é uma reconstrução histórica bem fundamentada, ou, simplesmente, aquilo que Arida (1983) denomina de reinvenção da tradição? E a hipótese de superação positiva de Blanchard (2000) é procedente ou é também um expediente retórico e/ou simplificação do passado? **(II)** Quais as causas que explicam o sucesso da Teoria Geral? A verdade está mais próxima a Lucas – fatores alheios a Keynes – ou de Blanchard – superioridade do aparato analítico adiantado pela TG?

3.2 – O Debate “Clássico” sobre as Causas do *Business Cycle*.

Determinar a origem de uma disciplina é sempre algo passível de controvérsias. A atitude rotineira é associá-la a data de publicação de uma obra inovadora (ou sintética, entre outras características). É o caso d’*A Riqueza das Nações* para a Economia, e d’*A Teoria Geral* para a

Macro. Do ponto de vista didático essa é uma ferramenta indispensável, mas possuidora de um viés desagradável para quem se interessa pela História das Ideias; passa-se a tomar a referência como norma, de forma que tudo o que lhe for anterior é desprezível, como sugere que o nascimento de uma disciplina deve-se exclusivamente ao gênio de um autor isolado, quando na realidade tais obras seminais são o ponto alto do esforço de gerações de cientistas.

Na Macroeconomia esse viés personalista é ainda mais acentuado. Diz-se, por exemplo, que a disciplina é fruto do século XX, ou que os autores do século XIX preocupavam-se apenas com questões de longo prazo. Sowell (2006), porém, caracteriza a Macroeconomia Clássica (no sentido da HPE) como baseada em duas ideias fundamentais: a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda. A primeira é uma ideia equilibrista, postulando que os desajustes entre oferta e demanda são endógena e rapidamente superáveis, sustentando-se em um par de princípios secundários¹⁰⁷. Sobre as flutuações econômicas podemos, pois, voltar ao debate ocorrido nas primeiras décadas do século XIX entre Ricardo-Say-Mill e Malthus-Sismodi sobre a possibilidade de ocorrência do chamado *general glut* – polêmica que envolve a defesa ou a rejeição total ou parcial dos princípios associados à Lei de Say – não só como ponto de origem da Macroeconomia¹⁰⁸ (*supply-side versus demand-side*) como da disputa entre dedutivista e indutivistas¹⁰⁹. Este evento – uma espécie de pré-história da disciplina – já nos parece suficiente para rejeitar a ideia de economistas do século XIX preocupados apenas com questões relacionadas à tendência de longo prazo.

Além disso, crises econômicas de grande magnitude são eventos recorrentes na história do capitalismo, e seria bastante improvável que os economistas não voltassem sua atenção ao menos para essa face mais desagradável das flutuações. Será a partir da investigação desses

---

¹⁰⁷ (i) Os pagamentos feitos aos fatores para a produção de um determinado nível de produto são necessariamente suficientes para a compra daquele mesmo produto; (ii) Não há perda de poder de compra na economia, as pessoas só entesouram dinheiro para fazer face às suas necessidades de transação no período (oferta e demanda se igual *ex ante* ou *ex post*) já que cada indivíduo só produz por causa e na medida de sua demanda pelos demais produtos; (iii) Uma maior taxa de poupança causa uma maior taxa de crescimento do produto, e; (iv) Os desequilíbrios observados na economia são setoriais e não generalizados, isto é, pode haver inconsistência na alocação dos fatores produtivos, mas esse fenômeno é frugal e superável a partir das variações nos preços e a livre mobilidade dos fatores. (SOWELL, 2006, p. 26-7).

¹⁰⁸ Commons, McCracken & Zeuch (1922), por exemplo, adotam esse procedimento, enquanto Sowell (1963) o rejeita veementemente, criticando inclusive a interpretação de Keynes sobre a teoria de Malthus.

¹⁰⁹ Ver Maclachlan (1999).

“espetaculares cataclismos” – como define Persons (1925, p. 98) – que a teoria econômica irá começar a estruturar de forma mais sistemática uma análise sobre os ciclos em sua completude. Mas para que as investigações sobre “*Commercial Crisis*” dessem origem ao que conhece como “*Business Cycle*” – isto é, a sucessão periódica de movimentos de expansão e contração na atividade econômica – era preciso que os investigadores se livrassem de três empecilhos metodológicos; as explicações exógenas (isto é, que apelavam para fatores para além do escopo da teoria econômica), as teorias dos ciclos de periodicidade determinística (geralmente associadas às teorias exógenas) e as abordagens “particularistas” (de tal forma que cada crise se devia a fatores únicos e específicos, sendo irredutíveis a uma causa – ou conjunto de fatores – comum). Essa superação não seguiu um processo linear.

Autores como Schumpeter (1935; 1939), Spiethoff (1925) e Mitchell (1949[1927]) irão associar o nascimento do *Business Cycle* como campo independente de estudo ao lançamento do trabalho de Joseph Clément Juglar – *Des Crises Commerciales et de leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis* – em 1862. Juglar teria sido o pioneiro no uso concomitante de análise histórica, teoria econômica e dados estatísticos; pedras angulares para esse campo de estudo. A partir do escrutínio desses elementos ele pôde enxergar para além das crises econômicas, percebendo-as como parte de um movimento ondulatório nas variáveis econômicas, que ocorriam de forma similar em todos os “países avançados” (França, Inglaterra, Estados Unidos e Prússia, por exemplo).

Da metade final do século XIX destacam-se ainda outros três autores: John Stuart Mill, John Mills e W. Stanley Jevons. As teorias de Juglar, Mills e Mill são bastante próximas, assentadas sobre o papel do crédito em uma economia monetária (ou de trocas indiretas) e seus impactos secundários sobre o nível de especulação e a “psicologia” da comunidade em cada uma das fases do ciclo (que na nomenclatura de John Mills (1868) são; o pânico, o período pós-pânico, o *revival* e o período especulativo). As teorias desses três autores já percebem as crises como endógenas, periódicas/recorrentes e não determinísticas¹¹⁰. O

---

¹¹⁰ Ainda que eles apresentem um intervalo médio de dez anos entre a ocorrência das crises, isso é resultado da simples observação da série histórica. “This particular division of time [cycles of ten years] we accept, of course, as a simple fact of observation. The numbers of years might have been five, fifteen or twenty [...]. The one important matter is the successional order, as first suggested by the fact of periodicity; and that order is important chiefly as a guide to parallel inductions, forming gradus by which we may arrive at a true theory of cause”. (MILLS, 1868, p. 63).

mesmo não ocorre em W. Stanley Jevons (1879). O fato de as crises se repetirem a cada dez anos (aproximadamente, entre 1701 e 1878) e dessas coincidirem com os ciclos solares (*sunspots*) calculados por William Herschel (de 10.45 anos), pareceu-lhe evidência demasiadamente forte para ser tomada apenas como coincidência. Jevons irá determinar a causalidade do último para o primeiro. Mas incapaz de verificar ciclos tão perfeitamente sincronizados na produção agrícola europeia, irá associar as crises no velho continente aos ciclos agrícolas registrados na Índia e outros países (sub e) tropicais. Assim, a variabilidade na produção daqueles países – causada pelos *sunspots* – será o impulso sobre as trocas comerciais europeias que iniciarão as crises generalizadas. Essa “coincidência”¹¹¹ fez com que se desse um passo atrás, “obrigando” a partir daquele período que o autor se justificasse sobre sua posição em relação à existência ou não de ciclos determinísticos sobre as variáveis econômicas. (Besomi, 2005)

Será apenas no século XX que as explicações exógenas e/ou determinísticas e/ou particularistas irão deixarão de ser (gradualmente) levadas em conta, por isso a associação entre o novo século e o início dos estudos de *business cycle*. Mas note-se que desde pelo menos o último quarto do século XIX já havia um conjunto definido de explicações (monetárias e agrícolas) para as flutuações econômicas, cuja validação, rejeição, extensão e superação era objetivo dos cientistas, os quais dialogavam uns com os trabalhos dos outros. De forma que se usando os conceitos de Stigler (1983), já se tinha ali um campo científico (ou na fronteira entre um e outro estágio) da Economia¹¹². O grau de refutabilidade das teorias era certamente prejudicado, dada a escassez/inexistência de dados estatísticos.

Mas mesmo no século XX um marco certamente mais significativo para o início das transformação das abordagens de *business cycle* é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)¹¹³.

---

¹¹¹ Coincidência que deixou de existir não só pelo comportamento errático das crises econômicas, como pelas sucessivas revisões feitas pelos astrônomos sobre a periodicidade dos ciclos solares. (Mitchell, 1946[1927]).

¹¹² “A science is an integrated body of knowledge, and it is pursued and developed by a group of interacting practitioners called scientists. The validation and extension of that body of knowledge is the intellectual goal of the scientists [...] The prescientific stage is characterized in part by the incompleteness of the body of knowledge [...]. This prescientific stage is also characterized by absence of a set of interacting practitioners who are devoting a large part of their lives to the accumulation of knowledge, and hence it is characterized by the absence of cumulative progress. (STIGLER, 1983, p. 530).

¹¹³ Como afirma HAWTREY (1926, p. 169) “The output of literature on the subject of trade cycle has increased beyond precedent since the war”.

É a partir desse período que se observa um claro salto quantitativo e qualitativo na disciplina, com as teorias “exógenas” tornando-se meras curiosidades históricas. Os fatores determinantes nesse processo parecem ter sido o aumento e a sofisticação dos dados estatísticos¹¹⁴ disponíveis nos países desenvolvidos, e o início da “revolução” da Contabilidade Nacional¹¹⁵. Eventos estes derivados do esforço de guerra e que gradualmente permitiram a verificação de teorias e hipóteses de forma cada vez mais sólida, e a consequente seleção de abordagens mais relevantes (ou mais operacionais) e/ou exclusão das menos robustas (ou menos operacionais), como também sentará as bases para o futuro desenvolvimento no campo da Econometria. Igualmente importante neste período é o trabalho de 1913 de Wesley Mitchell; *Business Cycles*¹¹⁶.

Esse fenômeno de sofisticação das teorias também transparece na comparação entre as resenhas de Kershaw (1900) com a de Patterson (1915), e desta com as de Persons (1926) e Mitchell (1949[1927]).

Kershaw (1900) apresenta dois grupos de explicações para as flutuações; aquelas relacionadas às variações na produção agrícola (como a de W. S. Jevons), e aquelas baseadas no “mental mood of capitalists and bankers” (como a de John Mills). Sendo que ele próprio desenvolve

---

¹¹⁴ Ver Friedman (2009).

¹¹⁵ Ver Kendrick (1970).

¹¹⁶ Esse trabalho é um daqueles casos de reconhecimento imediato, porém persistente. Em PERSONS (1914,p. 795) somos informados que:”In 1912 Professor Taussig state with justice that, “notwithstanding the abundant literature on crises, there is no good book on the underlying questions of principle”. During the past year three books dealing with such questions have appeared: Mitchell's *Business Cycles*, Aftalion's *Les crises p_eriodyques de surproduction*, and Bilgram and Levy's *The Causes of Business Depressions*. All three develop theories of business cycles. The first two are based upon extensive studies of the statistics of the phenomena of cycles and upon the literature of the subject [...]. Of the works named, indeed of all studies on crises, Mitchell's *Business Cycles* takes the leading position”. Em LUCAS (1980, p. 698) temos; “For two reasons, it is easy to forge the remarkable character of the regularities that Mitchell succeeded in discovering and documenting. On the one hand, we have lived with them for so long that they seem not so much the product of an imaginative and abstract way of organizing economic time series as simply “facts” that “everyone knows”. On the other, they are regularities that, from the point o view of most widely adopted since the 1930s, are not specially noteworthy or suggestive. The central finding, of course, was the similarity of all peacetime cycles with one another, once variations in durations was controlled for in the sense that each cycle exhibits about the same pattern of co-movements among variables as do the others”

uma análise estatística baseada no primeiro tipo de explicação. O que sinaliza que ainda às portas do século XX as explicações agrícolas para flutuações econômicas do capitalismo ainda eram um ramo relevante das teorias.

Samuels (1976), a partir das anotações de um estudante, mostra que o curso de “*Commercial Crisis and Business Cycle*” na Universidade de Harvard entre 1905 e 1906 ainda apresentava as teorias sobre as flutuações em dois grupos; “the one maintaining that cycles are generated by such a variety of causes as to preclude generalization, and the other holding that cycles are due to ‘permanent causes’”. (SAMUELS, 1976, p. 150). A divisão de Harvard ecoa em E. M. Patterson (1915), o qual ainda distingue as teorias em dois blocos; exógenas e endógenas. No primeiro grupo estavam aquelas explicações que entendiam que o equilíbrio econômico era perturbado por eventos únicos, específicos e particulares, de forma que não haveria bases para um campo de estudo sobre as “flutuações típicas” (entre os autores destacados está Wilhelm G. F. Roscher, um dos fundadores e expoentes da Escola Histórica Alemã). E as tais “causas únicas” seriam, por exemplo; “falhas nas colheitas, descoberta de minas, invenções, abertura ou fechamento de rotas comerciais ou mercados consumidores, guerras e revoluções e a depreciação cambial”. Já no segundo grupo estavam aquelas teorias defendidas por “most writers in recent years” para os quais “crises tend to recur and that prosperity, crisis, and depression succeed each another with such regularity as to warrant the use of word cycle” (PATTERSON, 1915, p. 137). Havendo regularidade (ou um padrão) nos ciclos, era, pois, possível estipular uma “lei geral das flutuações”. Essa última abordagem é subdividida em três categorias; (i) as teorias psicológicas, para as quais a explicação para os ciclos estava relacionada ao comportamento dos agentes econômicos (como em John Mills); (ii) as teorias “agrícolas” (determinísticas) – como em W. Jevons, e; (iii) as teorias “estruturais” ou “**institucionais**”, que explicavam as flutuações a partir de características endógenas do funcionamento das economias modernas – cujo expoente era W. C. Mitchell, em seu trabalho 1913.

Note-se que ainda em Patterson (1915) não só as teorias exógenas formam um bloco importante, como nas endógenas ainda constam teorias do tipo determinísticas. Nas resenhas de Persons (1926) e Mitchell (1949[1927]) esses dois empecilhos tornam-se pontos residuais, ou ainda, curiosidades históricas. Assim, o movimento de “depuração” que se iniciara na virada do século, ganha momento em 1915 e consolida-se em pouco mais de dez anos. Parte

desse movimento será provocada exatamente pela obra de W.C. Mitchell; *Business Cycles* de 1913, graças ao minucioso levantamento e escrutínio de séries temporais.

Serão de Mitchell (1949[1927]) e de Persons (1926), aliás, as resenhas representativas dos anos 1920.

Warren M. Persons é uma figura fundamental nos estudos quantitativos (estatísticos) do *Business Cycle* no primeiro quarto do século XX nos Estados Unidos. Seu currículo; professor da Universidade de Harvard, presidente da *American Statistical Association* em 1923, primeiro editor do *Review of Economic Statistics* em 1919 e diretor do *Harvard Committee on Economic Research*, sendo o responsável pelo desenvolvimento do modelo de previsão econômica utilizado pela *Harvard Economic Service*¹¹⁷, além de ter dado contribuições seminais para estatística econômica.

Persons (1926) divide as teorias em dois grandes blocos: (i) de um lado as teorias que explicam as flutuações como resultantes das características de funcionamento e desenvolvimento, bem como das instituições do sistema capitalista, e; (ii) de outro as teorias que se baseiam em quaisquer outras hipóteses.

Wesley C. Mitchell (1874–1948), apesar de associado ao Velho Institucionalismo sendo discípulo de Thorstein Veblen, é ainda hoje amplamente reverenciado pelos economistas americanos, tendo passado para a história graças aos seus trabalhos pioneiros sobre as flutuações econômicas¹¹⁸, nos quais se utilizava de uma abordagem quantitativa/estatística (ou, para os críticos, atórica¹¹⁹) em busca de padrões nas séries econômicas. Seus trabalhos como *Business Cycles* de 1913 – ao qual Patterson (1915) já se refere –, *Business Cycles The Problems and Its Setting* de 1927, *Measuring Business Cycle* de 1946 (em parceria com Arthur Burns) e *What Happens during Business Cycle: A Progress Report* de 1951 são todos marcos na história da disciplina. Não bastasse isso, Mitchell foi ainda presidente da *American Statistical Association* em 1918, um dos fundadores do *National Bureau of Economic Research* (NBER) em 1920 e presidente da e da *American Economic Association* em 1924.

---

¹¹⁷ Ver W. Friedman (2009).

¹¹⁸ Ver Biddle (1996).

¹¹⁹ Ver Koopmans (1947)

Mitchell (1949[1927]) inicia sua exposição distinguindo as teorias em dez grandes blocos; (i) “The Weather”; (ii) “Uncertainty”; (iii) “The Emotional Factor in Business Decision”; (iv) “Innovations, Promotion, Progress”; (v) “The Process of Saving and Investing”; (vi) “Construction Work”; (vii) “Generalized Over-Production”; (viii) “Banking Operations”; (ix) “Production and the Flow of Money Income”, e; (x) “The Role Played by Profit Making”. Adiante, buscando simplificação, as divide em três grandes grupos; (1) Teorias Físicas; (2) Teorias Emocionais (“Emotional”), e; (3) Teorias Institucionais. As distinções de (i) a (x) não dizem respeito aos mecanismos de difusão dos choques responsáveis pelas flutuações, mas sim das próprias causas (ou impulsos). Taxonomia similar é utilizada por Persons (1926)

Mas ainda que Persons e Mitchell sejam figuras de primeira grandeza é certamente de Gottfried Harbeler (1900-1995) a resenha mais famosa sobre o assunto¹²⁰; *Prosperity and Depression: A Theoretical Analysis of Cyclical Movements* de 1937, obra escrita a pedido da Liga das Nações com patrocínio da *Rockefeller Foundation*. Haberler foi professor na Universidade de Viena (e membro da escola austríaca) antes de trabalhar para a Liga, da qual se desligou para tornar-se professor da Universidade de Harvard em 1936. Haberler (1946[1937]) distingue seis grandes grupos de teorias; (i) As Teorias Puramente Monetárias (“The Purely Monetary Theory”); (ii) As Teorias de Sobre-Investimento (“The Over-Investment Theory”); (iii) “Changes in Costs, Horizontal Maladjustments, and Over-Indebtedness”; (iv) Teorias de Subconsumo (“Under-Consumptions Theories”); (v) Teorias Psicológicas (“Psychological Theories”), e; (vi) Teorias Agrícolas (“Harvest Theories”). Para o autor apenas (i) e (ii) forneciam explicações endógenas e consistentes para cada uma das fases dos ciclos, enquanto as demais seriam excessivamente específicas, auxiliares, e muitas vezes capazes de serem incluídas nas explicações mais sofisticadas.

Apesar de as resenhas até aqui analisadas rejeitarem a ideia de homogeneidade e hegemonia de uma corrente “clássica”, de tal forma que a caracterização feita por Lucas e por Keynes é no melhor dos casos, uma simplificação exagerada do passado, ainda não é possível verificar a hipótese de Lucas de que havia consenso em torno do método equilibrista e da teoria neoclássica da escolha. Para tal faremos uma análise do *framework* daqueles autores, seguindo a distinção feita por Haberler.

---

¹²⁰ Ver Boianovsky (2000).

Começamos com as teorias de sobre-investimento, cujas variantes partiam do já então fato estilizado; as indústrias produtoras de máquinas e equipamentos são mais fortemente afetadas pelos ciclos do que aquelas de bens de consumo corrente (fenômeno tratado como “vertical maladjustment”).

E essa maior variância na produção de bens de capital se deve a má alocação dos recursos produtivos, a qual se engendra durante a fase de prosperidade, levando aquele setor para além das necessidades e capacidades exigidas pelo estágio corrente da economia. As crises seriam, assim, reflexo de um problema real na oferta agregada. Entre os chamados **Neo-Wicksellianos** tais problemas de alocação teriam origem monetária. Esse grupo é particularmente importante pelo fato de incluir a figura de Friedrich Hayek, do qual Lucas (1977) retira a seguinte passagem como forma de corroborar sua tese histórica;

[T]he incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in ‘apparent contradiction, remains the crucial problem of Trade Cycle Theory;’ By ‘equilibrium theory’ we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausanne School of theoretical economics. (HAYEK, 1933 in LUCAS, 1977, p. 7).

Esse trecho é na verdade a junção de duas notas de rodapé do texto *Monetary Theory and Trade Cycle* de 1933. Necessário contextualizá-las. A primeira¹²¹ surge quando HAYEK (1933, p. 33) trata dos limites da estatística para a construção de sistemas teóricos (argumentação também utilizada por Schumpeter (1939) e outros tantos autores). A ideia é que a verificação de correlações estatísticas, por exemplo, não seria capaz de refutar ou suplantar as teorias derivadas a partir do sistema teórico dedutivo da economia, cujo exemplo mais bem acabado era o equilíbrio geral walrasiano. De tal forma que “[...] if [...] a theory is logically sound [...] then the best that statistical investigation can do is to show that there still remains an unexplained residue of process. [...] it could never prove that the determining

---

¹²¹ “Cf. The analysis concerning “Argument der Wirklichkeitswidrigkeit” in the recent book by E. Carrel, *Sozialökonomische Theorie und Konjunkturproblem* (Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1929), for a very acute methodological argument. He opposes the thesis of Löwe (which remains, however, despite his analysis, the basis of my own work) that the incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in apparent contradiction, remains the crucial problem of trade cycle theory”. (HAYEK, 1933, p. 13)

relationships are different character from those maintained by the theory” (HAYEK, 1933, p. 33)¹²². Pode-se interpretar tal postura como uma crítica à abordagem quantitativa-estatística de autores como W.C. Mitchell. Já a segunda¹²³ surge no seguinte contexto; Hayek divide as teorias de flutuação então vigentes em dois grupos: monetárias e não-monetárias¹²⁴. Essas últimas eram ainda divididas em três subgrupos: (i) as psicológicas; (ii) as que discutem a relação entre poupança e investimento, e; (iii) as que destacam as questões de técnicas produtivas. Para Hayek (1933) as teorias daquele último subtipo (as únicas consistentes/coerentes em sua opinião, e que também se utilizavam do modelo walrasiano como base) tinham que apelar para causas exógenas (invenções, por exemplo) para explicar as perturbações ao equilíbrio. Para Hayek apenas a introdução da moeda (isto é, das trocas indiretas) seria compatível com as explicações endógena sobre as causas da divergência entre oferta e demanda no curto prazo (note-se, que *o market clearing* – como definido pelos Novos Clássicos – não fazia parte do instrumental analítico do autor). Essas variações seriam irrelevantes caso afetassem a todos os preços de maneira proporcional, mas não é isto o que acontece. Partindo da hipótese wickselliana de taxa natural (ou de equilíbrio) de juros, Hayek (1933) postula que expansões (*retrações*) monetárias implicam em reduções (*aumentos*) na taxa de juros “de mercado”, o que distorce o sistema de preços da economia, provocando uma produção excessiva (*insuficiente*) de bens de capital.

---

¹²² SCHUMPETER (1939, p. 24) apresenta crítica similar, diz: “No statistical finding can ever either prove or disprove a proposition which we have reason to believe by virtue of simpler and more fundamental facts. It cannot prove such a proposition, because one and the same behavior of a time series can analytically be accounted for in an indefinite number of ways. It cannot disprove the proposition, because a very real relation may be so overlaid by other influences acting on the statistical material under study as to become entirely lost in the numerical picture, without thereby losing its importance for our understanding of the case”.

¹²³ “By “equilibrium theory” we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausanne School of theoretical economics. The significant basic concept of this theory was contained in James Mill’s and J.B. Say’s *Théorie des Débouchés* [...]”. (HAYEK, 1933, p. 19)

¹²⁴ O autor também apresenta uma distinção similar – ainda que não equivalente – entre teorias endógenas (cuja validade poderia ser verificada através da teoria econômica “pura”) e as exógenas (as quais são baseadas em hipóteses concretas – ou seja, empiristas – cuja validade deveria ser verificada caso a caso).

Esquema Simplificado de Haberler (1946[1937])

Esquema Simplificado de Persons (1926)

Teorias que Enfatizavam Característica Institucional da Economia Capitalista

- Desenvolvimento do Capitalismo
(J. Schumpeter, G. Cassel e E.H. Vogel)
- Sistema de Produção "Roundabout"
(A. Spiethoff, D.H. Robertson, T.W. Mitchell e J.M. Clark)
- Excessiva Acumulação de Capital e Má Distribuição de Renda
(M.T. England, W.H. Beveridge, N. Johannsen e E.J. Rich)
- Flutuações nos Lucros Monetários
(W.C. Mitchell e J. Lescure)
- Movimentos na Moeda e no Crédito
(R.G. Hawtrey, Major C.H. Douglas, W.T. Foster e W. Catchings)

Teorias que Enfatizavam Fatores Outros

- Ciclos Agrícolas
(W.S. Jevons; H.S. Jevons e H.L. Moore)
- Indústrias Orgânicas e Inorgânicas
(Werner Sombart)
- Eventos Específicos
(T. Veblen e I. Fisher)
- Variações no "Humor"
(A.C. Pigou)

Esquema Simplificado de Mitchell (1949[1927])

Teorias "Físicas"

- H. S. Jevons
- Henry L. Moore
- E. Huntington
- W. Sombart

Teorias "Psicológicas"

- Charles O. Hardy
- A. C. Pigou
- M. B. Hexter

Teorias "Institucionais"

- E. H. Vogel
- J. Schumpeter
- T. Veblen
- Simon S. Kuznet
- T. W. Mitchell
- R. E. May
- Emil Lederer
- W. Catchings
- P. W. Martin
- A. B. Adams
- W. H. Beveridge
- C. O. Hardy
- Albert Aftalion
- Tugan-Baranovski
- John A. Hobson
- George H. Hull
- M. C. Rorty
- Alvin H. Hansen
- R.G. Hawtrey

Autores Multidisciplinares

- D. H. Robertson
- F. Lavington
- Gustav Cassel
- J. M. Clark
- Major Bellerby

Ainda que a citação de Hayek (1933) seja algo deslocada, em linhas gerais, não seria forçoso associar o seu aparato analítico com aquele de Lucas (1975); um modelo de equilíbrio geral (simplificado) de fundamentos walrasiano que explica as flutuações a partir de perturbações monetárias. Mas há pelo menos dois problemas. Em primeiro lugar, ainda que o walrasianismo ronde o pensamento de Hayek, objetivamente sua utilização é ainda bastante rústica e pouco operacional. Não se apresenta um modelo explícito, de tal forma que não há qualquer instrução para a construção de uma economia artificial. Além disso, a visão metodológica de Hayek não permaneceu inalterada ao longo de sua produção intelectual¹²⁵. Em *Economics and Knowledge* de 1937, Hayek apresenta críticas severas ao método baseado no equilíbrio geral walrasiano, adiantando pontos que poderiam ser inclusive utilizados por adversários de Lucas como argumento de autoridade. Por exemplo; o autor é enfático ao afirmar que a teoria equilibrista era válida apenas quando se referia aos problemas de um único indivíduo, mas equivocada quando tratava de um conjunto heterogêneo de agentes¹²⁶. Forçoso associar essa mudança às ideias avançadas pela TG.

Já as **teorias reais de sobre-investimento** relegavam as questões monetárias ao segundo plano. Os desajustes seriam provocados por fatores da esfera da produção como invenções, descobertas, abertura de novos mercados, etc. Entre os autores desta escola destaca-se Joseph Alois Schumpeter, provavelmente um dos maiores entusiastas do método walrasiano. Seu livro *Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process* de 1939 – ainda que cronologicamente posterior à TG – parece-nos ser o melhor exemplo possível da tradição “equilibrista” sugerida por Lucas. Schumpeter (1939) afirma que o equilíbrio geral walrasiano não só é a norma teórica (“*theoretical norm*”) a partir da qual se pode fazer análises rigorosas a respeito das flutuações econômicas¹²⁷, como também o expediente necessário para determinar a própria Ciência Econômica como um campo independente de estudos. E mais, Schumpeter não só defende o método walrasiano como critica fortemente o marshalliano utilizado por Keynes no *Treatise on Money* (e, em grande

---

¹²⁵ Ver Soromenho (1998) para análise exaustiva sobre este ponto.

¹²⁶ Ver Hayek (1937, Pp. 37-8)

¹²⁷ “[...] that the theory of equilibrium of stationary flow, give us the bare bones of economic logic which, however, abstract or remote from real life it may be, yet renders indispensable service in clearing the ground for rigorous analysis” (SCHUMPETER, 1939, p. 60)

medida, também na TG)¹²⁸. A caracterização feita por Schumpeter (1939) sobre sua “economia artificial” é significativamente mais exaustiva e rigorosa do que aquela de Hayek (1933), mas em ambos os casos tem-se apenas uma descrição verbal (e virtualmente não operacional) do processo econômico, de modo que os autores cometem o mesmo pecado capital (segundo a epistemologia lucasiana, e em um grau mais elevado) de Keynes.

No agrupamento **princípio do acelerador** estão aqueles autores para os quais variações na demanda/produção de bens de consumo têm um impacto significativamente amplificado sobre a demanda/produção de bens de capital. Destacam-se os nomes de Arthur Spiethoff e J.M. Clark. Em Spiethoff (1901) os argumentos (também puramente verbais) se desenvolvem sob um esquema implícito do tipo fluxo circular da renda, o qual apenas forçosamente pode ser associado a uma tradição equilibrista baseada na teoria da escolha. Em Clark (1917) argumenta-se que a indústria produtora de bens de capital atende a duas espécies de demanda; (i) a de manutenção e reposição do equipamento existente – que chamaremos arbitrariamente de tipo depreciação, e; (ii) a de ampliação da capacidade produtiva – tipo investimento. E cada uma dessas demandas obedece a uma regra distinta; a do tipo depreciação varia com o montante da demanda por bens finais, enquanto a depreciação depende da taxa de variação nas vendas (isto é, a “aceleração” das vendas). Assim, não seria necessário se observar uma redução no volume da demanda por bens finais para que se perturbe o equilíbrio do setor de bens de capital, mas sim que simplesmente caia sua taxa de crescimento. Não há qualquer descrição sobre o comportamento dos agentes econômicos ou da interação entre os mercados, nem mesmo uma discussão sobre as causas da “desaceleração” das vendas. O modelo implícito utilizado é patentemente de equilíbrio parcial, levam-se em conta apenas as interações entre as indústrias produtoras de bens de consumo e de bens de investimento.

As **teorias de subconsumo** são das mais antigas da Economia, recuando até os trabalhos de Malthus e Sismondi. O ponto fundamental que une todos os seus subtipos é a ideia de insuficiência das rendas monetárias e/ou dos gastos em bens de consumo em relação à produção agregada de bens. Esses subtipos se caracterizam por se sustentarem em uma ou

---

¹²⁸ “Whoever works with partial equilibria soon discover the necessity of an instrument that will enable him to handle the process going on in the system as a whole which escape his “partial” tools. He is then likely to complement his apparatus by a system of relations between social aggregates – such as total output, total income, net total profit [...]. This is the equilibrium concept used, for example, in Mr. Keynes’ Treatise on Money [...]. Such reasoning is at the bottom of much faulty analysis of business cycle”. (SCHUMPETER, 1939, p. 35-6).

outra hipótese fundamental na explicação do descompasso entre produção e gastos; (i) é o progresso técnico, as invenções e o excessivo acúmulo de capital que provocam a tendência de que a produção supere a capacidade de consumo da sociedade; (ii) há perda de poder de compra em algum ponto da economia – via entesouramento; (iii) o excesso de poupança (“*oversaving*”) na mãos dos empresários acaba por provocar uma deficiência da demanda efetiva, e; (iv) rigidez relativa de salários, o que significa que os salários não variam *pari passu* com o aumento da produção, de forma que o subconsumo é derivado dos mecanismos concentradores de renda resultantes do livre funcionamento da economia. Esse grupo de autores rejeitava a Lei de Say, de forma que não é razoável associá-los a uma tradição equilibrista. No trabalho de J.A. Hobson, por exemplo, há sinais de um raciocínio do tipo “fluxo circular da renda”, o qual não despreza a questão das preferências e tecnologias, mas estes fatores não são causadores em si mesmos dos desequilíbrios.

A **teoria puramente monetária** de R.G. Hawtrey baseia-se em dois princípios fundamentais; (i) “that certain monetary or credit movements are necessary and sufficient conditions of the observed phenomena of the trade cycle”, e; (ii) “that the periodicity of these phenomena can be explained by purely monetary tendencies, which cause the movements to take place in succession and to be spread over a considerable period of years” (HAWTREY, 1926, p. 472). Difícil não associar essa abordagem àquela do Monetarismo. Talvez não por acaso FRIEDMAN e SCHWARTZ (1975, p. 32) nos apresentem outra leitura sobre a “macroeconomia clássica”; “Before the Great Depression, it was widely accepted that the business cycle was a monetary phenomenon”. Mas seja em Hawtrey (1926; 1927) ou em Pigou e Hawtrey (1929) não se identifica qualquer traço de algo próximo à “tradição equilibrista”, como tampouco de agentes racionais-maximizadores em um ambiente intertemporal.

Mesmo Arthur Cecil Pigou – o conhecido Professor Pigou – apresentado por Keynes como o economista “clássico” em seu estado mais puro, em termos de *business cycle* não pode ser caracterizado como um “equilibrista”. Sua **teoria psicológica** apresentada no livro *Industrial Fluctuations* de 1927 é próxima daquilo que Keynes discute no capítulo XII da TG. A similaridade é de tal forma evidente, que em sua resenha à TG, publicada em maio de 1936, Pigou – apesar de todas as discordâncias e desconfortos óbvios com relação à obra – não se furta ao elogio dessas passagens. A ideia de que ondas de otimismo e pessimismo causam as

flutuações não parece estar particularmente em consonância com as regras comportamentais “clássicas” apontadas por Lucas.

Irving Fisher, por seu turno, afirma; “The [...]. So-called cycle theory is merely one part of the study of economic disequilibrium”. (FISHER, 1933, p. 337). De modo que não parece apropriado associar sua teoria de sobre-endividamento (“*over-indebtedness*”) com os clássicos.

As **teorias de *maladjustments***, dizem respeito ao sobre-desenvolvimento de um determinado ramo da indústria provocado ou por mudanças na demanda, ou na oferta. Esse má alocação de recursos deve-se a complexidade da economia, a impossibilidade de coordenação das ações dos n empresários (de j ramos) e dos l consumidores (fazendo parte daquilo que Haberler (1946[1937]) denomina de “*error theories of the business cycle*”). Seus defensores (F.W. Taussig, Arthur Pigou, W. Mitchell e W. Beveridge) acreditam que os erros de projeção são pró-cíclicos; durante as expansões mais investimentos são realizados, e quanto mais “distantes” (em termos temporais) a demanda estimada a ser atendida, maior a probabilidade de erro. Mitchell (1949[1927]) é um dos que destacam essa complexidade, seus “agentes representativos” são descritos a partir da ótica (velha) institucionalista, e não da neoclássica. O autor é também enfático ao afastar a utilidade do conceito de equilíbrio estático para as análises de flutuações. O equilíbrio só seria útil se alguém o definisse “em termos de inúmeras forças em constante mudança, mudando a taxas distintas e influenciando uma as outras à medida que mudam”, algo não disponível àquela época (Mitchell, 1947[1927], p. 186).

O que podemos concluir neste ponto é que a Tese da Ancestralidade de Lucas é falsa no sentido de que não havia uma clara hegemonia das abordagens “equilibristas” (e cujos agentes se comportavam de acordo com a teoria neoclássica da escolha) nas discussões sobre flutuação econômica antes da TG ou da crise de 1929. Havia, de fato, uma linha walrasiana cujos exemplos maiores são Joseph Schumpeter, com sua teoria “real” dos ciclos, e F. Hayek, e sua teoria monetária. Schumpeter é significativamente mais exaustivo do ponto de vista metodológico do que Hayek o fora, mas em nenhum dos casos se tem um modelo matemático explícito ou estrutura com um grau de falseabilidade comparável àquela da TG. A ideia de equilíbrio contínuo dos mercados (“*continuous market clearing*”) é um expediente metodológico cuja aplicação às análises de flutuações econômicas (no agregado) se deve aos Novo-Clássicos, de forma que é anacrônico (ou exercício de mitologia da coerência) procurá-

la em autores anteriores. Já a sugestão de Lucas de que os economistas “clássicos” derivavam regras comportamentais a partir da teoria da escolha neoclássica de forma rigorosa, com racionalidade intertemporal ou previsão perfeita, não corresponde à realidade (ao menos em termos de uma clara hegemonia).

As divisões de Lucas e Keynes sobre “economistas clássicos” tornam-se válida quando interpretadas em termos de *tendência* – rápida e inexorável – *ao market clearing* e suas implicações em termos de política econômica. Adágios keynesianos como “no longo prazo estaremos todos mortos” ou “uma década é uma fração muito grande da vida humana” fazem sentido particularmente quando opostos às ideias “liquidacionistas” como as de Schumpeter e Hayek, os quais, supondo uma tendência ao equilíbrio (de *market clearing*), acreditavam que a intervenção discricionária da política econômica mesmo em um ambiente de depressão era contraproducente¹²⁹.

A caracterização de Blanchard (2000) sobre a “macroeconomia” antes de 1940 é definitivamente mais apropriada que a de Lucas; grande diversidade de hipóteses explicativas, ausência de um *framework* unificador e as teorias de aparência de equilíbrio geral ainda eram bastante rústicas. E mais; havia tal diversidade de métodos, definições, hipóteses, etc., que é provável que qualquer escola do pensamento macroeconômico (existente ou vindoura) seja capaz de encontrar (com maior ou menor esforço) alguma forma de antecipação naquele período.

3.3 – Especulações sobre as Causas do Sucesso d’A *Teoria Geral*.

Discutir as causas do sucesso da *Teoria Geral* e da Revolução Keynesiana implica em discutir uma das questões seminais da Filosofia da Ciência: como avança o conhecimento científico?¹³⁰

O uso do termo “revolução” nos remete invariavelmente à teoria de Thomas Kuhn (2009[1962]), o qual divide a Ciência (e os cientistas) em dois tipos ideais. De um lado há a

---

¹²⁹ Ver De Long (1990).

¹³⁰ Uma revisão exaustiva sobre o tópico está além de nosso escopo, por isso nos atemos à análise dos três principais autores a influenciar a história das ideias em Economia; Kuhn, Popper e Lakatos.

ciência normal, representada pelos manuais que compilam o “estado da arte”/“fronteira” da matéria em determinado instante do tempo. Neste caso os pesquisadores não se dedicam a questionar os fundamentos da disciplina, mas sim em utilizar os critérios hegemônicos da “boa prática científica” para solucionar problemas pontuais (*puzzles*). De outro, há os *paradigmas* e os cientistas dedicados à sua construção/desconstrução, isto é, trabalhos que questionam exatamente aqueles fundamentos, buscando redefinir àquelas “boas práticas”. Para Kuhn as revoluções ocorrem quando um novo paradigma se mostrar mais bem sucedido que seus rivais na resolução de problemas conhecidos, na sugestão de outros novos, bem como em melhores métodos de solução e testes. Mas isso não significa a ocorrência de superação positiva no sentido estrito do termo; os paradigmas surgem como promessas de avanço, de forma que há sempre uma dose de “fé” na adoção de um ou outro. Sob esta ótica podemos considerar a TG como iniciadora de uma revolução; não havia um paradigma hegemônico nos anos 1930. Cada autor podia tentar construir a disciplina desde sua origem. Isso transparece, por exemplo, na ausência sequer de um vernáculo comum. O significado de termos como renda, poupança, investimento – hoje tão triviais – era ainda motivo para disputas e tratados. A TG fornecera esse paradigma, de maneira que no pós II Guerra tal diversidade de abordagens como apresentada por Persons, Mitchell e Haberler não mais existia. A Macroeconomia (no sentido convencional do termo) surgiu, pois, a partir dos esforços de validação ou refutação (de partes ou do todo) do sistema de Keynes. Sobre as matérias de “fé”, o esquema de Kuhn também parece apropriado. Basta lembrar – como o fez Hansen (1936) – que Keynes não usara qualquer material estatístico na tentativa de corroborar seus pontos fundamentais, de forma que aqueles que abraçaram seu sistema o fizeram (ao menos a princípio) a partir da percepção que o método ali adiantado era potencialmente superior aos rivais.

Já a palavra “síntese” presente na denominação da escola dominante no pós II Guerra nos remete ao processo dialético de solução de controvérsias. Sob este ponto de vista – em uma forma esquemática – teria ocorrido o seguinte; havia uma **tese** “clássica” contra a qual se ergueu Keynes, formulando sua **antítese**. No processo de confronto entre as contradições de uma e outra emergiu uma **síntese** que abandona os pontos refutados e mantém os não refutados de uma e outra, superando-as em termos qualitativos. Neste caso a TG é apenas uma das faces da “revolução”. Essa abordagem parece ser capaz de explicar o processo de “walrasnização” experimentado pelo Keynesianismo já através do modelo SI-LL (posteriormente IS-LM) de Hicks (1937). A tese “clássica” era válida para as considerações microeconômicas e

de longo prazo (de tal forma que não era necessário abandonar por completo o edifício “clássico”, i.e., walrasiano que passava a se tornar hegemônico), mas não para explicar as flutuações de curto prazo, cujo tratamento keynesiano mostrava-se superior. Sob a forma IS-LM a síntese era qualitativamente superior à soma das partes, dado que mais simples, coerente, consistente e testável que qualquer uma das duas abordagens originais tomadas isoladamente. Ainda que indissociável do pensamento marxista, a tese de evolução dialética é apoiada – com algumas considerações – por Karl Popper (2006), para o qual ela é apenas um subtipo do método de tentativa e erro (conjecturas e falsificações). O falsificacionismo de Popper traz embutida uma ideia mais imediata de superação positiva. No esquema popperiano dá-se ênfase às chamadas hipóteses ousadas (isto é, com baixa probabilidade de ocorrência) como também a ideia de que a nova teoria sujeitou-se a testes mais rigorosos, aos quais a velha teoria não resistira. Controverso determinar *a* hipótese ousada da TG, podemos, porém, elencar algumas que se aproximam dessa categoria; (i) o mercado de trabalho pode se equilibrar com desemprego involuntário; (ii) tese estagnacionista de longo prazo; (iii) investimento causa poupança; (iv) taxa de juros não é o preço que equilibra oferta e demanda de fundos emprestáveis; (v) reduções nos salários reais, em geral, não reduzem o desemprego, e; (vi) o aumento dos gastos públicos e uma política monetária expansionista reduzem a ociosidade dos fatores. Ainda que uma e outra tenham gerado investigações frutíferas, seja no campo da teoria pura, seja na verificação estatística, nenhuma parece ser exatamente uma hipótese “ousada”. Sobre os testes que elas suportaram, pode-se dizer que por apresentar uma teoria mais operacional, a TG sujeitou-se a testes estatísticos superiores àqueles aplicados às teorias “clássicas”. Mas são todas aproximações imperfeitas.

Imre Lakatos, por fim, argumenta que as revoluções científicas ocorrem quando um programa de pesquisa supera os demais em termos de progresso. Os programas de pesquisa são compostos por um núcleo duro de hipóteses temporariamente irrefutáveis e um cinturão protetor de hipóteses auxiliares (“*positive heuristic*”). Desta forma, falsificações (empíricas ou lógicas) no sentido popperiano não implicam e nem devem implicar necessariamente em abandono de um dado paradigma. Determina-se o progresso de um programa à medida que “seu crescimento teórico antecipa seu crescimento empírico”, isto é, continua a prever novos fatos com relativo sucesso. Já a estagnação dá-se quando “seu crescimento teórico corre atrás do crescimento empírico” de tal forma que novos fatos verificados ou descobertos por um programa rival só são explicados *ex post*. Então, se um programa explica progressivamente mais fatos que o programa rival, esse último é “eliminado”. (Lakatos, 1970, p. 100). A adesão

a um ou outro programa de pesquisa tem também na teoria de Lakatos uma explicação de “fê”, isto é, de expectativa de sucesso. Pode-se, assim, analisar o sucesso da TG como resultado de uma guerra de atrito entre o programa de pesquisa ricardiano/walrasiano (equilibrista, não intervencionista) e o malthusiano/sismondiano/marxiano (insuficiência de demanda efetiva, intervencionista). A “macroeconomia clássica”, no sentido de *tendência edógena ao equilíbrio*, torna-se uma agenda de pesquisa degenerada a partir da longa duração da crise de 1929 e do sucesso das políticas intervencionistas praticadas mundo afora.

Mas esses esquemas, porém, foram desenhados na busca de explicação sobre os desenvolvimentos das Ciências de fato e de direito, e não daquelas disciplinas como a Economia. Por esse motivo, no início dos anos de 1980 alguns autores passam a destacar o papel da retórica na solução das controvérsias e no desenvolvimento de nossa disciplina. No Brasil o trabalho de Arida (1983) é ainda hoje a referência. O autor destaca alguns dos expedientes fundamentais da retórica, a partir dos quais se deve analisar as transformações observadas na disciplina; destacamos: (a) simplicidade, de tal modo que vale o princípio da navalha de Ockham; (b) coerência, que significa não fazer uso de hipóteses *ad hoc*, em linhas com a ideia de programa de pesquisa degenerado de Lakatos; (c) abrangência, de modo que a teoria deve ser capaz de explicar toda (ou o máximo) evidências empíricas disponíveis; (d) generalidade, o que significa que a teoria em disputa deve ser capaz de subsumir seus adversários como casos particulares, e; (e) formalização, ou seja, o argumento passível de formalização é visto como superior àquele apresentado literalmente. Essas categorias em conjunto aparentemente explicam a ascensão da Síntese Neoclássica, mas não da TG. E mais, simplicidade e generalidade, por exemplo, são conceito subjetivos (e ainda assim poucos foram aqueles que viram na TG um texto simples). E mesmo que a TG fosse mais formalizada que Hayek e Schumpeter (e, definitivamente, o era), ela era inferior neste aspecto às teorias de Kalecki e outras apresentadas na resenha de Tinbergen (1935), de forma que o formalismo não explica o sucesso de Keynes. O que aqui parece útil é notar que a retórica polemista de Keynes ter alcançado seus objetivos, quais sejam, o convencimento não do adversário, a partir da análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim da “plateia”. Isso transparece na resenha de Schumpeter (1936);

Those who had the opportunity to witness the expectations of the best of our students, the impatience they displayed at the delay in getting hold of their copies, the eagerness with which they devoured them, and the interest manifested by all sectors of Anglo-

American communities that are up to this kind of reading (and some that are not) must first of all congratulate the author on a signal personal success, a success not in the least smaller in the cases of negative reaction than in those in which the book elicited fervent admiration. The unfavorable reviews in a sense but testify to the reality of that success [...]. (SCHUMPETER, 1936, p. 791).

Essa breve revisão sobre o problema da epistemologia já parece deixar claro que não há nenhuma explicação simples para esse tipo de fenômeno, de forma que só podemos aceitar (*ex ante*) as hipóteses de Lucas ou de Blanchard como aproximações imperfeitas da verdade.

A hipótese explicativa de Lucas (1980) baseia-se no seguinte contrafactual: “não fossem a crise de 1929 e os trabalhos de Tinbergen, Hicks e Modigliani a TG não teria sido bem sucedida”. Trata-se de uma hipótese histórica irrefutável. Uma investigação nela baseada, ainda que possa gerar exercícios mais ou menos interessantes, não permite uma conclusão convincente, já que deixa margem para qualquer tipo de considerações arbitrárias (dado que não existe o grupo de controle “o mundo sem a crise de 1929, Tinbergen, Hicks e, Modigliani”). E mais; como as Ciências são construções coletivas, seria bastante obscurantista acreditar que pode ou deve existir um autor cujo sistema de análise é autossuficiente, não requerendo esforços de seus pares com o objetivo de verificação, ampliação, sofisticação, simplificação ou refutação de partes ou do todo. Mas apesar dos vícios metodológicos, existem evidências capazes de “refutar” a hipótese de Lucas. Um primeiro ponto a ser destacado é o impacto da crise de 1929 sobre o pensamento (macro) econômico. Trata-se de uma questão controversa. Stigler é um dos que rejeitam a ideia de as teorias serem determinadas por conjunturas históricas; “It may be (though I somewhat doubt) that Keynes’s General Theory was the product of the Great Depression, but if so it is one of the very few great events that have affected the basic theory” STIGLER (1965, p.7). Já Robert Solow (1997, p. 47) afirma que TG é “indubitavelmente relacionada com a depressão dos anos 1930”. É certo que a crise de 1929 foi um momento sem precedentes na história do capitalismo, mas ao se afirmar que a TG é fruto daquela circunstância, permite-se também afirmar que não fosse a crise se estaria ainda hoje debatendo o significado de renda, poupança e investimento. Os eventos econômicos não são capazes por si mesmos de alterar os rumos da teoria, o que eles provocam é a mudança de interesse entre um ou outro ramo da disciplina. Esse interesse ampliado pode resultar apenas em um aumento na velocidade de refinamento da teoria hegemônica, e não necessariamente na mudança de paradigma. Se os fatos estão em patente contradição com os resultados da teoria aceita, cria-se um ambiente favorável para

uma “revolução”, mas ela ainda requer uma teoria (ao menos aparentemente) mais robusta. De nossa parte não conseguimos identificar nenhuma alteração significativa nos rumos da disciplina a partir de 1929. Outro ponto; a crise de 1929 não foi capaz sequer de alterar os rumos da política econômica em um primeiro momento (De Long, 1990).

Sobre o modelo IS-LM tem-se o seguinte. O artigo “*Mr. Keynes and the “Classicals”: A Suggested Interpretation*” publicado em abril de 1937 na *Econometrica* é resultado de uma apresentação feita por John Hicks em uma reunião da *Econometric Society* realizada em setembro de 1936 na cidade de Oxford, na qual uma das sessões foi dedicada exclusivamente à análise do sistema de Keynes¹³¹. Ali outros dois autores apresentaram seus modelos simplificados da TG; John Meade e R.F. Harrod. A contribuição de Harrod apareceu como artigo na *Econometrica* em janeiro de 1937 sob o título de *Mr. Keynes and Traditional Theory*, enquanto o trabalho de John Meade – *A Simplified Model of Mr. Keynes’ System* – foi publicado na *Review of Economic Studies* em fevereiro de 1937. E esses três não foram os únicos. Em junho de 1936 D.G. Champernowne publica artigo intitulado *Unemployment, Basic and Monetary: the Classical Analysis and the Keynesian*, no qual apresenta uma comparação entre o modelo clássico e o keynesiano a partir de sistemas de equações e de gráficos; e em junho de 1937 W.B. Reddaway apresenta uma resenha à TG na qual também há uma tradução matemática da obra. Ou seja, tem-se pelo menos cinco modelos matemáticos da TG apresentados no intervalo de pouco mais de um ano desde sua publicação. E alguns desses modelos – como o de Hicks e de Reddaway – eram virtualmente iguais e nenhum dos dois apresenta equações revolucionárias; são todas obtidas explícita (como a LM) (Keynes, 1992[1936], p. 160) ou implicitamente (IS) no texto original da TG. O que esses autores parecem fazer é expor o “esqueleto” do sistema de Keynes (investimento é função simplesmente dos juros, e não da eficiência marginal do capital e do estado das expectativas; a poupança é função da renda; e a demanda por moeda é função apenas da renda e da taxa de juros). Uma evidência favorável a essa interpretação está no fato de Keynes jamais ter apresentado críticas ao modelo de Hicks. Se essa simplificação acabou por deturpar o

---

¹³¹ “The sixth European meeting of the Econometric Society was held in New College, Oxford, England, from September 25th to 29th, 1936. The first session on Saturday morning the 26th, was devoted to a symposium on “Mr. Keynes’ System.” Mr. J. E. Meade (Hertford College, Oxford) presented “A Simplified Model of Mr. Keynes’ System” [...] Contributions to the symposium by R.F. Harrod (Christ Church, Oxford), and Dr. J. R. Hicks (Gonville and Caius College, Cambridge), have been published in *Econometrica*”. (BROWN, 1937, p. 361-363).

esquema keynesiano é uma discussão que extrapola nosso escopo. Enfim, estamos afirmando que caso não tivesse sido Hicks outro autor teria desenvolvido o modelo IS-LM? É perigoso apoiar-se em qualquer forma de determinismo histórico, mas neste caso acreditamos que a resposta é positiva; não fosse Hicks outro autor teria desenvolvido algo bastante próximo. Em uma forma mais parcimoniosa podemos afirmar que é extremamente forçoso afirmar que “sem IS-LM, nada de Keynes”, antes pelo contrário, o mais razoável é afirmar que “sem Keynes, nada de IS-LM”¹³². Solow (1997) parece reforçar essa tese;

The General Theory was and is a very difficult book to read. It contains several distinct lines of thought that are never quite made mutually consistent. It was an extraordinarily influential book for my generation of students [...], but we learned not as much from it? It was, as I said, almost unreadable as from a number of explanatory articles that appeared on all our graduate-school reading lists. These articles reduced one or two of those trains of thought to an intelligible model, which for us became "Keynesian economics." The most important of those articles were by John Hicks and Oskar Lange, but there was a whole series of them, by Brian Reddaway, David Champernowne, and others. (SOLOW, 1997, p. 48)

Mas o que explica então o fato de o modelo de Hicks ainda hoje ser utilizado nos manuais introdutórios da disciplina, enquanto os demais se tornaram curiosidades históricas? Não há uma resposta trivial¹³³. De Vroey e Hoover (2004) apontam os recursos gráficos de Hicks como fundamental em sua vitória. Achamos essa hipótese relevante (ainda que insuficiente); tratar o conjunto da economia em um gráfico bidimensional com duas curvas que se deslocam a partir de choques das mais variadas espécies ainda é uma ferramenta pedagógica (e retórica) poderosa. O recurso gráfico também amplificava uma característica ainda mais fundamental do modelo; sua flexibilidade. Através do modelo IS-LM pode-se discutir, por exemplo, a teoria “agrícola” (via deslocamentos na IS), as puramente monetárias (via deslocamentos na LM), aquelas que destacam a instabilidade dos investimentos (deslocamento da curva IS), as baseadas em aspecto psicológico (deslocamentos em ambas as curvas), etc. Além disso, a eficácia da política fiscal e monetária pode ser discutida em termos de elasticidade mensuráveis, de modo que o modelo não assume *ex ante* os resultados da intervenção governamental na economia.

---

¹³² Isso não significa em hipótese alguma desmerecer as contribuições de John Hicks à Ciência Econômica. Na década de 1970 o próprio autor declara sua insatisfação com o aparato e julga-o superestimado.

¹³³ Para uma discussão mais aprofundada sobre as causas do sucesso do modelo ver Heller (2002).

Sobre a importância da Econometria não iremos nos alongar. Se Keynes era ou não um entusiasta dessa disciplina é um evento de segunda ordem¹³⁴, mas o fato de seu sistema de análise ser mais propenso a testes e refutações estatísticas – como o próprio Lucas admite – mostra que sua teoria tinha um grau de cientificidade maior (no sentido popperiano) que as rivais. E esses testes são anteriores (ou melhor, inicialmente independentes) ao modelo de Hicks, como mostram os exercícios sobre o multiplicador, a propensão marginal a consumir, os movimentos dos salários, as elasticidades renda e juro das variáveis relevantes, etc.

Já a hipótese de Blanchard (2000) é certamente mais intuitiva que a de Lucas; *a TG saiu-se vitoriosa, pois era superior às teorias então existentes*. Mas ela também é falha; o autor não apresenta qualquer evidência de que o sistema de Keynes era superior aos demais, como também – excetuando-se a citação de Pigou – de que teria sido realmente Keynes o primeiro a raciocinar em termos de equilíbrio simultâneo nos três mercados (sobre este último ponto, ainda que tenha sido de fato Keynes o primeiro a fazê-lo, o pioneirismo nem sempre é garantia de sucesso ou reconhecimento). Além disso, as explicações baseadas puramente na hipótese de superação positiva são fortemente controversas.

Acreditamos que a TG deve seu sucesso ao fato de ser superior às teorias rivais em termos de operacionalidade. As relações de causas e efeitos ou são mais simples (no sentido de testáveis) ou mais sofisticadas (no sentido de não mecanicista). Essa característica acentuou-se – aos olhos dos economistas americanos, principalmente – a partir da construção e desenvolvimentos do modelo IS-LM. Sobre a crise de 1929 parece razoável imaginar que sua longa duração tenha, de fato, criado a impressão (independentemente se correta ou não) de que a ideia de tendência endógena ao equilíbrio fora refutada. A postura *laissez-faire* poderia ser contraproducente, enquanto a de Keynes de “economistas como dentistas” – i.e., capazes de resolver questões concretas de interesse imediato – deve também ter sido particularmente atraente para os jovens e futuros economistas, já que justifica a existência da profissão para além do interesse acadêmico ou empresarial. Como afirma FOURCADE (2006, p. 162-3). “[...] the worldwide expansion of economics relied first and foremost on the idea, institutionalized broadly in the postwar period, that economic development and growth can be engineered, or that poorly performing economies can be fix”. Caso os ciclos não pudessem ser eliminados ou gerenciados, o papel e a importância do economista se reduzem.

---

¹³⁴ A obra definitiva sobre este tema controverso nos parece ser a de Patinkin (1976).

Conclusão

Retomando; a caracterização da “Macroeconomia Clássica” feita por Lucas, sugerindo a existência de uma clara hegemonia do método neoclássico/walrasiano com regras comportamentais derivadas dos primeiros princípios da racionalidade microeconômica é notadamente equivocada. Ou seja, a “Tese da Ancestralidade” é uma “reinvenção da tradição”. Neste ponto a interpretação de Blanchard (2000) é não só superior a de Lucas, como bastante apropriada. Sobre as causas do sucesso da TG, as “hipóteses” de Lucas têm um claro objetivo polemista, e não com uma análise histórica rigorosa. Creditar o sucesso do keynesianismo ao modelo IS-LM é tomar a consequência como causa. O estudo da origem desse modelo mostra-o como apenas a faceta mais popular e longeva de um esforço de simplificação do sistema de Keynes, mas certamente não a única. E mais, a TG possuía um grau de formalização superior aos padrões médios da época. De forma que tratar Keynes como um inimigo da matemática *per se* é uma redução aborrecida de sua crítica ao formalismo. Sobre a econometria, se Keynes a considerava uma espécie de “alquimia”, a crítica de Lucas veio “demonstrar” que talvez ele estivesse certo. Pelo menos em termos generalistas; aqueles exercícios não eram suficientemente robustos para atender suas ambições originais. E Keynes não está sozinho, mesmo Hayek e Schumpeter, como vimos, colocavam a estatística em segundo plano em relação à teoria econômica pura. Mas neste caso a hipótese de Blanchard de superação positiva estrita tampouco é suficiente.

Quais então as causas para o sucesso do keynesianismo? Como vimos essa é uma questão que mesmo os filósofos da ciência, cujo objeto de estudo é exatamente esse, não têm uma resposta exata. Mas analisando esses eventos na Macroeconomia, da ascensão do keynesianismo e do novo-classicismo, especulamos que eles requerem as seguintes propriedades; (i) É preciso que uma determinada escola (ou tradição) seja capaz de apresentar uma figura que seja não só um grande teórico, como também um importante metodologista e um talentoso polemista. Ainda que o papel de teórico acabe se perpetuando sobre os demais, ele não é suficiente. Quantos grandes teóricos foram incapazes de arregimentar sequer um par de estudantes que o seguissem? O que dirá de revolucionar uma disciplina. Sobre o metodologista, goste-se ou não, é evidente que os mais populares trabalhos sobre o tema são aqueles elaborados pelos “grandes teóricos” (Keynes, Friedman e Lucas, por exemplo). A dimensão de polemista,

destacada pelo aparato da Retórica, é também fundamental. A capacidade de despertar ódio e paixão e de ser capaz de se comunicar com o grande público (inclusive da “tribo” dos economistas, mas necessariamente apenas a ela) são fundamentais e estão presentes em Keynes, Friedman e Lucas. (ii) Do ponto de vista da teoria adiantada, a adoção de um ou outro paradigma tem uma porção de fé como destacam Kuhn e Lakatos, mas é fundamental que o programa de pesquisa/paradigma seja capaz de pelo menos gerar perguntas antes desconhecidas, abrindo um novo campo de investigação. O trabalho de Keynes desde sua publicação já despertou a reação de uma série de autores na busca de verificação ou rejeição de pontos ali apresentados. O mesmo ocorreu com Lucas; ainda que seu modelo equilibrista dos ciclos e a econometria (de fato) estrutural só tenham se tornado realidade anos depois de suas declarações de intenções, o estudo das consequências de *policies* na presença de agentes racionais no sentido muthiano, por exemplo, tornou-se realidade imediatamente. (iii) Por fim há que se destacar a importância da conjuntura histórica. E neste ponto é preciso cautela. A realidade objetiva não é capaz por si só de alterar as teorias científicas, nisso nos parecem corretas as colocações de Stigler. Assim, não é correto afirmar que a TG é “fruto da Grande Depressão” ou que a reação Novo-Clássica é “fruto da estagflação dos anos 1970”. Os eventos históricos são importantes na medida em que falseiam (ao menos em aparência) a teoria vigente, mas é necessário que surja uma teoria alternativa capaz de explicar não só aquela circunstância como novos fatos e sugerir novos problemas. Nesse aspecto a ideia de programa de pesquisa progressivo e degenerado de Lakatos parece bastante apropriada.

Referências

ARIDA, Pêrsio. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. Texto para Discussão PUC-RJ, No 54, 1983.

ARROW, Kenneth J. & DEBREU, Gerard. *Existence of an equilibrium for a competitive economy*. Econometrica, Vol. 22, No. 3, pp. 265-29. Jul., 1954.

ASHENFELTER, Orley & JOHNSON, George E. *Bargaining theory, trade unions, and industrial strike activity*. The American Economic Review, Vol. 59, No. 1, pp. 35-49, 1969.

AZARIADIS, Costas & STIGLITZ, Joseph E. *Implicit contracts and fixed price equilibria*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 98, Supplement, pp. 1-22, 1983.

BACKHOUSE, Roger. *Interpreting Macroeconomics. Explorations in the history of macroeconomic Thought*. Ed. Routledge. USA, 2003.

BACKHOUSE, Roger. **História da economia mundial**. Ed. Estação Liberdade. São Paulo – SP, 2007.

BACKHOUSE, Roger & BOIANOVSKY, Mauro. *Disequilibrium macroeconomics: an episode in the transformations of modern macroeconomics*. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal-RN. 2005.

BARRO, Robert J. *Second thoughts on Keynesian economics*. The American Economic Review, vol. 69, No 2, pp. 54-59, 1979.

BARRO, Robert. J. & GROSSMAN, Herschel I. *A general disequilibrium model of income and employment*. The American Economic Review, Vol. 61, No. 1, pp. 82-93, Mar., 1971.

BARRO, Robert. J. & GROSSMAN, Herschel I. *Suppressed inflation and the supply multiplier*. Review of Economic Studies, vol. 41, No 1, pp. 87-104, Jan., 1974.

BARRO, Robert. J. & GROSSMAN, Herschel I. *Money, employment and inflation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

BARSKY, Robert B & KILLIAN, Lutz. *Do we really know that oil caused the great stagflation? A monetary alternative* in BERNANKE, Ben.; ROGOFF, Kenneth (ed.) NBER Macroeconomics Annual 2001, Volume 16, 2001.

BENASSY, Jean-Pascal. *Neo-Keynesian disequilibrium theory in a monetary economy*. Review of Economic Studies, Vol. 42, No 4, pp. 503-523, Oct. 1975.

BENASSY, Jean-Pascal. *The disequilibrium approach to monopolistic price setting and general monopolistic equilibrium*. The Review of Economic Studies, Vol. 43, n° 1, Pp. 69-81, Feb. 1976.

BENASSY, Jean-Pascal. *On quantity signals and the foundations of effective demand theory*. Scandinavian Journal of Economics. Topics in Disequilibrium Economics, Vol. 79, No 2, pp. 147-168, 1977.

BESOMI, Daniele. *Clément Juglar and the transition from crises theory to business cycle theories*. Paris 2, Dezembro 2005.

BIDDLE, Jeff. *A citation analysis of the sources and extent of Wesley Mitchell's reputation*. History of Political Economy, 28:2, pp. 137-169, 1996.

BLANCHARD, Olivier. *What do we know about macroeconomics that Fisher and Wicksell did not?* The Quarterly Journal of Economics, Vol. 115, No. 4, pp. 1375-1409, Nov., 2000.

BLAUG, Mark. *The disease of formalism in economics, or bad games that economists play* in PEJOVICH, S. (ed.) The Economics of Property Rights. Cheltenham. Edward Elgar Publishing, 2000.

BLINDER, Alan S. *Monetary policy today: sixteen questions and about twelve answers*. Paper presented at the Banco de España Conference on “Central Banks in the 21st Century” Madrid, June 8-9, 2006.

BLINDER, Alan. *The anatomy of double-digit inflation in the 1970s*. In HALL, Robert. E. (ed.) Inflation: Causes and Effects. University of Chicago Press, 1982.

BÖHM, Volker & LÉVINE, Pierre. *Temporary equilibria with quantity rationing*. The Review of Economic Studies, V. 46, No 2, pp. 361-377, 1979. Apr. 1979.

BOIANOVSKY, Mauro. *In search of a canonical history of macroeconomics in the interwar period: Haberler's prosperity and peppression*. Revista Brasileira de Economia, 54(3), pp. 303-331, Rio de Janeiro, jul./set. 2000.

BOIANOVSKY, Mauro. *The IS-LM model and the liquidity trap concept: from Hicks to Krugman*. History of Political Economy, vol. 36.Suppl 1, p. 92-126, 2004.

BOIANOVSKY, Mauro. *The making of chapters 13 and 14 of Patinkin's Money, Interest, and Prices*. History of Political Economy, vol. 38 (2), p.193-249. 2006.

BORDO, Michel D & SCHWARTZ, Anna. J. *IS-LM and Monetarism*. NBER Working Paper Series. Working Paper N. 9713, Cambridge - Massachusetts, May 2003.

BROCKRIEDE, W. E. & EHNINGER, D. *Toulmin on argument: An interpretation and application*. Quarterly Journal of Speech, XLVI, pp.44-53. February 1960.

BROWN, E. H. Phelps. *Report of the Oxford meeting*, September 25-29, 1936. Econometrica. Vol. 5, No 4, pp. 361-383. Oct. 1937.

BRUCE, Neil. *The IS-LM model of macroeconomic equilibrium and the Monetarist controversy*. The Journal of Political Economy, Vol. 85, No. 5, pp. 1049-1062. Oct., 1977.

CALDWELL, Bruce J. *A critique of Friedman's methodological instrumentalism*. Southern Economic Journal. Vol. 47, No 2, 366-374, Oct. 1980.

CAPPLE, S. *Bill Phillips's big trade-off*. History of Economic Review, Vol. 28, p. 72-86, 1998.

CHARI, V. *Nobel laureate Robert E. Lucas, Jr.: architect of modern Macroeconomics*. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 12, No. 1, pp. 171-186, Winter, 1998.

CHESÑEVAR, Carlos; MAGUITMAN, Ana G. & LOUI, Ronald P. *Logical models of argument*. Acm Computing Surveys, 32(4), 337-383, 2000.

CLARK, J. M. (1927) *Business acceleration and the law of demand: A technical factor in economic cycle*. Journal of Political Economy, Vol. 25, No 3, p. 217-235, Mar., 1917.

CLOWER, Robert. *Keynes and the Classics: A Dynamical Perspective*. The Quarterly Journal of Economics [SI], vol. 74, n° 2. Pp. 318-323. May, 1960.

CLOWER, Robert. *The Keynesian counter-revolution: A Theoretical Appraisal*. In HAHN, Frank.H; BRECHLING, F. (eds.), *Theory of Interest Rates* (pp. 103-125). New York, Ed. Macmillan, 1965.

CLOWER, Robert. *A Reconsideration of the microfoundations of monetary theory*. *Economic Inquiry*, Vol. 6, Issue 1, pp, 1-8, December 1967.

CLOWER, Robert & LEIJONHUFVUD, Axel. *The coordination of economic activities: a Keynesian perspective*. *The American Economic Review* , Vol. 65, No. 2, pp. 182-188, May, 1975.

COMMONS, J.R.; McCracken, H.L. & ZEUCH, W.E. *Secular trends and business cycles: a classification of theories*. *The Review of Economics and Statistics*, vol. 4, No 4 p. 244-263, Oct. 1922.

De LONG, James Bradford. *"Liquidation" cycles: old-fashioned Real Business Cycle Theory and the Great Depression*. NBER Working Paper, No. 3546, 1990.

De VROEY, Michel. *The history of modern macroeconomics viewed against the Marshall-Walras divide*. *History of Political Economy*. Volume 36, Annual Supplement, pp. 57-91, 2004.

De VROEY, Michel. *Lucas on the lucasian transformation of Macroeconomics: an assessment*. *Institute de Recherches Économiques et Sociales de L'Université Catholique de Louvain Working Paper No 2010-32*, 2010.

De VROYE, Michel & HOOVER, Kevin D. *Introduction: seven decades of the IS-LM model*, *History of Political Economy*. No 36, pp. 1-11, 2004.

DEBREU, Gerard. *The mathematization of economic theory*. *The American Economic Review*, Vol. 81, No. 1, pp. 1-7, Mar., 1991.

DIXON, Huw. *Of coconuts, decomposition, and a jackass: the genealogy of natural rate* In CROSS, Rod (ed.) *The Natural Rate of Unemployment. Reflections on 25 years of the hypothesis*. Cambridge University Press, Great Britain, 1995.

DRAZEN, Allan. *Recent developments in macroeconomic disequilibrium theory*. *Econometrica*. Vol. 48, n 2, pp. 183-306, Mar., 1980.

DRÈZE, Jacques. H. *Existence of an exchange equilibrium under price rigidities*. International Economic Review. Vol. 16, n° 2, pp. 301-320, Jun. 1975.

ENGLE, Robert F. & HENDRY, David F.; RICHARD, Jean-Francois. *Exogeneity*. Econometrica, Vol. 51, No. 2, pp. 277-304, Mar., 1983.

EKELUND, Jr., Robert. B & HÉBERT, Robert F. *Retrospectives: the origins of neoclassical Microeconomics*. The Journal of Economic Perspectives, vol. 16, n° 3, pp. 197-215, Summer, 2002.

EPSTEIN, Joshua. *Why model?* Journal of Artificial Societies and Social Simulation, 11, 12, 2008.

FISCHER, S. *Comments on 'macroconfusion': the dilemmas of economic policy*. In TOBIN, James (ed.), Macroeconomics, Prices and Quantities. Essays in Memory of Arthur M. Okun. The Brookings Institution, 1983

FISHER, Irving. *The debt-deflation theory of Great Depressions*. Econometrica, Vol. 1, No. 4, pp. 337-357, Oct., 1933.

FORDER, James. *Friedman's Nobel lecture and the Phillips curve myth*. Journal of the History of Economic Thought, Vol. 32, No 3, Sep. 2010.

FOURCADE, Marion. *The construction of a global profession: The Transnationalization of Economics*. American Journal of Sociology, Vol. 112, No. 1, pp. 145-194, July 2006.

FRIEDMAN, Milton. *The methodology of positive Economics*. In Essays in Positive Economics. Chicago University Press. (1966[1953]).

FRIEDMAN, Milton. *The role of monetary policy*. American Economic Review. Vol. 58 (1), p. 1-17, (1968).

FRIEDMAN, Benjamin. *Comments* in LUCAS, Robert E. Jr; SARGENT, Thomas. After Keynesian Macroeconomics, 1979.

FRIEDMAN, Milton. *Do old fallacies ever die?* Journal of Economic Literature, Vol. 30, No. 4, pp. 2129-2132, Dec., 1992.

FRIEDMAN, Milton & SCHATZ, Anna J. *Money and Business Cycles*. In NBER (ed.) The State of Monetary Economics, pp. 32-78, 1975

FRIEDMAN, Walter A. *The Harvard Economic Service and the problems of forecasting*. Journal of History of Political Economy, 41: 1. P. 57-88, 2009.

GOODFRIEND, Marvin & KING, Robert G. *The New Neoclassical Synthesis and the role of monetary policy*. In BERNANKE, Ben. S; ROTERMBERG, J. J. (ed.) NBER Macroeconomics Annual, Vol. 12, pp. 231-283. Ed. MIT Press. Cambridge - MA, 1997.

GORDON, Robert J. *Output fluctuations and gradual price adjustment*. NBER Working Paper n° 621. Cambridge – MA, Jan. 1981.

GORDON, Robert J. & OKUN, Arthur M. *Postwar Macroeconomics: the evolution of Events and ideas*. In FELDSTEIN, Martin. The American Economy in Transition. University of Chicago Press, 1980.

GRANDMONT, Jean-Michel. *Temporary general equilibrium theory*. Econometrica, vol. 45, n° 3, pp. 535-572. Apr. 1977.

GRANDMONT, Jean-Michel. *The logic of fix-price method*. The Scandinavian Journal of Economics. 1977

GRANDMONT, Jean-Michel & LAROQUE, Guy. *On temporary Keynesian equilibria*. The Review of Economic Studies. Vol. 43, n° 1, pp. 53-67, Feb. 1976.

GREENDWALD, Bruce & STIGLITZ, Joseph. *New and old Keynesians*. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 7, No. 1, pp. 23-44, Winter, 1993.

GROSSMAN, Herschel I. *Effective demand failures. A Comment*. The Swedish Journal of Economics, Vol. 76, No. 3, pp. 358-365, Sep., 1974.

HABERLER, Gottfried. *Prosperity and depression*. United Nations, Lake Success, New York, 1946 [1937].

HALL, Robert E. *Robert Lucas, recipient of the 1995 Nobel memorial prize in Economics*. Scandinavian Journal of Economics, 98, p. 33-48, March. 1996

HANSEN, Alvin H. *Mr. Keynes on underemployment equilibrium*. Journal of Political Economy, Vol. 44, No. 5, pp. 667-686, Oct., 1936.

HAWTREY, R.G. (1926) *The trade cycle*, The Economist, 75, P. 169-85. in HAGEMANN, H. (ed.) Business Cycle Theory, Selected Texts 1860-1939, Vol. III, Monetary Theories of the Business Cycle, Ed. Pickering & Chatto, London, 2002.

HAWTREY, R.G. (1927) *The monetary theory of the trade cycle and its statistical test*. The Quarterly Journal of Economics, vol. 41, No 3, P. 471-486, May, 1927.

HAYEK, Friedrich. *Monetary theory and the trade cycle*. Sentry Press. NY-USA. 1933.

HAYEK, Friedrich. *Economics and knowledge*. Economica, New Series, Vol. 4, No. 13, p. 33-54. Feb., 1937.

HELLER, Cláudia. **Notas sobre as razões do sucesso do modelo IS-LM**. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 24 p, 2002.

HESTER, James D. & HESTER, J. David. *Rhetorics in the new millenium*. Promises and Fulfillment. Published by T&T Clark International. NY-USA, 2010.

HICKS, John R. *Keynes' theory of employment*. The Economic Journal, Vol. 46, No. 182, pp. 238-253, Jun. 1936.

HICKS, John R. *Mr. Keynes and the "Classics"; a suggested interpretation*. Econometrica, Vol. 5, No. 2, pp. 147-159, Apr., 1937.

HICKS, John R. *IS-LM: an explanation*. Journal of Post Keynesian Economics. vol. III, n° 2, Winter 1980-81.

HIRSCH, A. A. *Price simulations with the OBE Econometric model* In ECKSTEIN, Otto (ed.) The Econometrics of Price Determination Conference, Board of Governors of the Federal Reserve System, Washington, D.C., 1972.

HIRSCH, Albert A. *Measurement and price effects of aggregate supply constraints* In POPKIN, Joel. (ed.) Analysis of Inflation: 1965-1974. NBER, 1977.

HIRSCH, Albert A.; GRIMM, Bruce T. & NARASIMHAM, Gorti, V. L. *Some multiplier and error characteristics of the BEA quarterly model*. International Economic Review, Vol. 15, No. 3, pp. 616-631, Oct., 1974.

HOOVER, Kevin D. *Microfoundational programs*. Paper presented at the First International Symposium on the History of Economic Thought, The Integration of Micro and

Macroeconomics from a Historical Perspective, University of São Paulo, São Paulo – Brasil, August 2009.

HOWITT, Peter. *Evaluating Non-Market-Clearing Approach*, The American Economic Review, Vol. 69, No. 2, pp. 60-63. (1979).

HUME, David. *A treatise of human nature, A Critical Edition*, in NORTON, David F; NORTON, Mary J, (ed.) Clarendon Press, Oxford, 2007[1739].

HUMPHREY, Thomas M. *The evolution and policy implications of Phillips curve analysis*. Federal Reserve Bank of Richmond Economic Review, p. 3-22, Mar. 1985.

JEVONS, W.S. (1879) *The Periodicity of Commercial Crises, and its Physical Explanation*. Statistical and Social Inquiry Society of Ireland, Vol. VII, Part LIV, pp 334-342. Pp. 334-342, August, 1879.

KENDRICK, John W. *The historical developments of national-income accounts*. Journal of History of Political Economy, Vol. 2, pp. 284-315, 1970.

KENNEDY, John F. *Yale University commencement*, June 11, 1962. Disponível em <<http://millercenter.org/president/speeches/detail/3370>>

KERSHAW, John B. C. *An investigation of the causes of trade fluctuation*. The Economic Journal, Vol. 10, No. 40 pp. 474-486. (Dec., 1900).

KEYNES, John M. *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 9ª Tiragem. Ed. Atlas S.A. São Paulo, SP. (1992 [1936]).

KNIGHT, Frank H. *Unemployment: and Mr. Keynes's revolution in economic theory*. The Canadian Journal of Economics and Political Science, Vol. 3, No. 1, pp. 100-123, Feb., 1937.

KOOPMANS, Tjalling C. *Measurement without theory*. The Review of Economics and Statistics, Vol. 29, No 3, pp. 161-172, Aug. 1947.

KOOPMANS, Tjalling C. *On the concept of optimal economic growth*. Cowles Foundation Paper 238, Reprinted from Academiae Scientiarum Scripta Varia 28, 1, 1965.

KRABBE, Eric C. W. & LAAR, Jan Albert Van. *About old and New Dialectic: dialogues, fallacies, and strategies*. Informal Logic. Vol. 27, No. 1 p. 27-58, 2007.

KRUEGER, Alan. L. *An interview with Edmond Malinvaud*. The Journal of Economic Perspective. Vol. 17, No. 1, pp. 181-198, Winter, 2003.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9a Edição, 1a Reimpressão, São Paulo - SP. Ed. Perspectiva. 2009[1962].

KYDLAND, Finn E. & PRESCOTT, Edward C. *Time to build and aggregate fluctuations*. Econometrica, Vol. 50, N0 6, pp. 1345-1370, Nov. 1982.

LAKATOS, Imre. *History of science and its rational reconstructions*. PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association. Vol. 1970, pp. 91-136, 1970.

LEESON, Robert. *The trade-off interpretation of Phillips's dynamic stabilization exercise*. Economica, New Series, Vol. 64, No. 253, pp. 155-171, Feb., 1997.

LEESON, Robert. *The Phillips controversy. A further reply to Chapple*. History of Political Economy, 1999.

LEIJONHUFVUD, Axel. *Keynes and the Keynesians: a suggested interpretation*. The American Economic Review, Vol. 57, No. 2, pp. 401-410, May, 1967.

LEIJONHUFVUD, Axel. *Effective demand failures*. Swedish Economic Journal. Discussion Paper n° 27, Nov. 1972.

LEIJONHUFVUD, Axel. *Life among the Econ*. Western Economic Journal, 11:3, p.327, Sep., 1973.

LEIJONHUFVUD, Axel. *Studies in Business-Cycle theory by Robert E. Lucas (review)*. Journal of Economic Literature, Vol. 21, No. 1, pp. 107-110, Mar., 1983.

LIPSEY, Richard G. *The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1862-1957: a further analysis*. Economica New Series, Vol. 27, No. 105, pp. 1-31, Feb., 1960.

LISBOA, Marcos de Barros. **A miséria da crítica heterodoxa**. Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica. Revista de Economia Contemporânea. No 3, Jan-Jun. 1998.

LUCAS, Robert. E. Jr. & RAPPING, Leonard. *Price Expectations and the Phillips Curve*. The American Economic Review, Vol. 59, No. 3, pp. 342-350, (Jun., 1969).

LUCAS, Robert. E., Jr & PRESCOTT, Edward. *Investment under uncertainty*. Econometrica, Vol. 39, No. 5, pp. 659-681, Sep., 1971.

LUCAS, Robert E., Jr. *An equilibrium model of business cycle*. Journal of Political Economy, Vol. 83, No. 6, pp. 1113-1144, 1975.

LUCAS, Robert E., Jr. *Econometric policy evaluation: a critique*. in BRUNNER, K.; MELTZER, A. H. (ed.) The Phillips Curve and Labor Markets. Amsterdam: North- Holland, 1976.

LUCAS Jr., Robert E. *Unemployment policy*. The American Economic Review, Vol. 68, No. 2, pp. 353-357, 1978.

LUCAS, Robert E., Jr. *Methods and problems in Business Cycle theory*. Journal of Money, Credit and Banking, Vol. 12, No. 4, Part 2: Rational Expectations, pp. 696-715, 1980.

LUCAS, Robert E., Jr. *On the mechanics of economic development*. Journal of Monetary Economics. 22, pp. 3-42, 1988.

LUCAS., Robert E., Jr. *Tobin and Monetarism: a review article*. Journal of Economic Literature. Vol. 19, No 2, pp. 558-567, Jun., 1981.

LUCAS, Robert E., Jr. *Nobel lecture: monetary neutrality*. Journal of Political Economy. Vol. 104, No 4, pp. 661-682, Aug. 1996.

LUCAS, Robert. E., Jr. **Professional nemoir**. Lecture given in the Nobel Economists Lecture Series at Trinity University, San Antonio, Texas. 2001.

LUCAS, Robert. E., Jr. *Keynote address to the 2003 HOPE Conference: my Keynesian education*. History of Political Economy, 2004, 36(4), pp. 12-24, 2004.

LUCAS, Robert E. Jr. & SARGENT, Thomas. **After keynesian macroeconomics**. In After the Phillips curve: persistence of high inflation and high unemployment. Fed. Reserv. Bank Boston Conf, 1979.

MACLACHLAN, F. Cameron. *The Ricardo-Malthus debate on underconsumption: a case study in economic conversation*. Journal of History of Political Economy, 3: 13, pp. 563-574. (1999)

MALINVAUD, Edmond. *The theory of unemployment reconsidered*. Oxford, Ed. Basil Blackwell, 1977.

MANKIW, N. Gregory. *The reincarnation of Keynesian Economics*. European Economic Review, 36, p. 559-565, 1992.

MANKIW, Gregory N. *The macroeconomist as scientist and engineer*. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 20, No 4, pp. 29-46, 2006.

MAS-COLELL, Andreu; WHINSTON, Michel Dennis & GREEN, Jerry R. *Microeconomic theory*. New York University Press, 1995.

MCCLOSKEY, Donald. *The rhetoric of economics*. Journal of Economic Literature, 21(2), pp. 481-517, Jun. 1983.

MENIL, G. & ENZLER, J.J. *Prices and wages in the FR-MIT-Penn econometric model*. In ECKSTEIN, (Ed.), The Econometrics of Price Determination. Washington, D.C.: Board of Governors of The Federal Reserve System, Pp. 277-308, 1972.

MILL, John Stuart (1862) *Influence of Credit on Prices*. In HAGEMANN, H. (ed.) Business Cycle Theory. Selected Texts 1860-1939. Pickering & Chatto, p. 29-54, London, 2002.

MILLS, John. (1867) *On credit cycles and the origin of commercial panics*. In HAGEMANN, H. (ed.) Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939. Pickering & Chatto, p. 55-88, London, 2002.

MITCHELL, Wesley. C. *Business Cycles. The problem and its setting*. National Bureau of Economic Research, Inc. 13th Priting, New York, May 1949.

MODIGLIANI, F. *Liquidity preference and the theory of interest and money*. Econometrica, vol. 12, Issue 1, 45-88, Jan. 1944.

MODIGLIANI, Franco. *The Monetarist Controversy, or should we forsake stabilization policies?* American Economic Review, 67 (2), 1-19, 1977.

MORGERSTERN, Oskar. *Limits to the uses of mathematics in economics*. Econometric Research Program Research Memorandum No. 49, January 4, 1963.

MUTH, John. *Rational expectations and the theory of price movements*. Econometrica, Vol. 29, No. 3, pp. 315-335, Jul., 1961.

PATINKIN, Don. *Price flexibility and full employment*. The American Economic Review, Vol. 38, n° 4, pp. 543-564, Sep. 1948.

PATINKIN, Don. *Involuntary unemployment and the Keynesian supply function*. The Economic Journal, vol. 59, n° 235, pp. 360-383, Sep. 1949.

PATINKIN, Don. *Money, Interest, and Price*. 2d ed. New York: Harper & Row, 1964 [1956].

PATINKIN, Don. *Keynes and Econometrics: On the interaction between the Macroeconomic revolutions of the interwar period*. Econometrica, Vol. 44, No. 6, pp. 1091-1123, Nov., 1976.

PATINKIN, Don. *In defense of IS-LM*. UCLA Working Paper N0 537, July, 1987.

PATTERSON, E. M. *The theories advanced in explanation of economic crises*. Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 59, pp. 133-147, May 1915.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *The New Rhetoric: a treatise on argumentation*. University of Notre Dame, IN: Notre Dame Press, 1969.

PERSONS, W. M. *Books on business cycles: Michell, Aftalion, Bilgram. Business Cycles by Wesley Clair Mitchell; Lea (sic) Crises periodiques de surproduction by Albert Aftalion; The causes of business depressions by Hugo Bilgram, Louis Edward Levy*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 28, No. 4, pp. 795-810. (Aug., 1914).

PERSONS, Warren M. *Theories of business fluctuations*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 41, No 1, pp. 94-128, Nov. 1926.

PHILLIPS, A. W. *Mechanical models in economic dynamics*. Economica, New Series, Vol. 17, No 67, pp. 283-305, Aug. 1950.

PHILLIPS, A. W. *Stabilization policy in a closed economy*. The Economic Journal, Vol. 64, No. 254, pp. 290-323, Jun., 1954.

PHILLIPS, A. W. *The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957*. Economica, New Series, Vol. 25, No. 100, pp. 283-299, Nov., 1958.

PIGOU, Arthur C.; HAWTREY, R. G. *The monetary theory of the trade cycle*. The Economic Journal, Vol. 39, No 156, p. 636-643, Dec. 1929.

PIGOU, Arthur Cecil. *Mr. J. M. Keynes' General Theory of Employment, Interest and Money*. Economica. New Series, Vol. 3, No 10, pp. 115-132, May 1936.

POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Ed. Almedina, Coimbra, Portugal, 2006[1963].

PRESCOTT, Edward C. *Should control theory be used for economic stabilization*. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, vol. 7, pp. 13-38, 1977

RAMSEY, F. P. *A contribution of the theory of taxation*. The Economic Journal, Vol. 37, No 145, pp. 47-61, Mar. 1927.

REBELO, Sergio. *Real Business Cycle models: past, present, and future*. Rochester Center for Economic Research Working Paper No 522, Dec. 2005.

ROMER, David. *The New Keynesian synthesis*. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 7, No. 1, pp. 5-22, Winter, 1993.

ROOS, C. F. A. *Mathematical theory of price and production fluctuations and economic crises*. Journal of Political Economy, Vol. 38, No. 5, pp. 501-522, Oct., 1930.

RUBIN, George. *Don Patinkin's Money, Interest and Prices as the climax of IS-LM Macroeconomics*. History of Political Economy Conference on "IS-LM: its Rise, Fall and Strange Persistence". 2003

SAMUELS, Warren J. *The teaching of business cycle in 1905-1906: Insight into the development of Macroeconomic theory*. History of Political Economy Vol. 4, No 1, pp. 140-162, 1972.

SAMUELSON, Paul A. *An exact consumption-loan Model of interest with or without the social contrivance of money*. Journal of Political Economy, Vol. 66, No. 6, pp. 467-482, Dec., 1958.

SAMUELSON, Paul. A. & SOLOW, Robert M. *Analytical aspects of anti-inflation policy*. The American Economic Review, Vol. 50, No. 2, pp. 177-194, May, 1960.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Ed. Topbooks. São Paulo, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. *The analysis of economic change*. The Review of Economics and Statistics, Vol. 17, No 4, p. 2-10, May, 1935.

SCHUMPETER, Joseph. *Business Cycles. A theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. McGraw-Hill Book Company, New York Toronto London, 1939.

SEIDMAN, L. S. *The New Classical counter-revolution: A false path for Macroeconomics*. Eastern Economic Journal, 131-40, Winter 2005.

SIMS, Christopher A. *Macroeconomics and reality*. Econometrica, Vol. 48, No. 1, pp. 1-48, Jan., 1980.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the History of Ideas*. History and Theory, vol. 8, No 1, pp. 3-53, 1969.

SNOWDON, Brian. *The New Classical counter-revolution: False path or illuminating complement?* Eastern Economic Journal, Vol. 33, No. 4, 2007.

_____. *Outside the mainstream: an interview with Axel Leijonhufvud*. Macroeconomic Dynamics, 8 (1): 117-145, 2004.

SNOWDOWN, Brian & VANE, Howard. R. *Modern Macroeconomics: Its origins, development and current state*. Northampton, MA, USA. Edward Elgar Publishing Limited, 2005.

SOLOW, Robert. *A contribution to the theory of economic growth*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, No. 1, pp. 65-94, Feb., 1956.

SOLOW, Robert. *How did Economics get that way and what way did it get?* Daedalus , Vol. 126, No. 1, pp. 39-58, Winter, 1997.

SOROMENHO, Jorge E.C. *Os Novos-Clássicos e a teoria dos ciclos de Hayek*. Revista de Economia Política. Vol. 18, No 3 (71), julho-setembro 1998.

SOWELL, Thomas. *The general glut controversy reconsidered*. Oxford Economic Papers, New Series, Vol. 15, No 3, pp. 193-203, Nov. 1963.

_____. *On classical economics*. Princeton University Press. 2006.

SPIETHOFF, Arthur. *Preliminary remarks to a theory of overproduction*, 1901. In HAGEMANN, Harald. *Business Cycle Theory. Selected Texts 1860-1939*. Pickering & Chatto, London, 2002.

HIRSCH, A.A. *Price simulations with the OBE Econometric model*. In *The Econometrics of Price Determination Conference*. (ed. O. Eckstein), Washington, D. C.: Board of Governors of the Federal Reserve System and Social Science Council, 1972.

STIGLER, George. *The influence of events and policies on economic theory*. *The American Economic Review*, Vol. 50, No. 2, pp. 36-45, May, 1960.

STIGLER, George. *Essays in the History of Economics*. University of Chicago Press, Chicago-IL, 1965.

STIGLER, George. *Nobel lecture: the process and progress of Economics*. *Journal of Political Economy*, Vol. 91, No. 4, pp. 529-545, Aug., 1983.

SVENSSON, Lars E.O. *Effective demand and stochastic rationing*. *The Review of Economic Studies*, vol. 47, n° 2, pp. 339-355, Jan., 1980.

SVENSSON, Lars E. O. *The scientific contributions of Robert E. Lucas, Jr.* *The Scandinavian Journal of Economics*, vol. 98, No 1, pp. 1-10, Mar. 1996.

SWEEZY, Paul M. *Professor Pigou's theory of unemployment*. *Journal of Political Economy*, Vol. 42, No. 6, pp. 800-811, Dec., 1934.

TINBERGEN, J. *Annual survey: suggestions on quantitative Business Cycle Theory*. *Econometrica*. Vol. 3, No., pp. 241-308 3, Jul., 1935.

TOBIN, James. *Friedman's theoretical framework*. Cowles Foundation Paper 370. Reprinted from: *Journal of Political Economy*, 80. 1972

TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. Cambridge University Press, Cambridge - UK. 1958

USABIAGA, C. I. *The current state of Macroeconomics*. *Leading Thinkers in Conversation*, London: Macmillan, 1999.

VERCELLI, Alessandro. *Methodological foundations of Macroeconomics. Keynes and Lucas*. Cambridge University Press, 2003.

VINER, Jacob. *Mr. Keynes on the causes of unemployment*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 51, No. 1, pp. 147-167, Nov., 1936.

WALTON, Douglas N. *What is reasoning? What is an argument?* The Journal of Philosophy, Vol. 87, No. 8, pp. 399-419, Aug., 1990.

WALTON, Douglas. *The New Dialectic: a method of evaluating an argument used for some purpose in a given case*. ProtoSociology, Vol. 13, p. 70-91. (1999).

WICKSELL, Knut. *Interest and price*. Sentry Press, New York, N.Y., 1962 [1936].

WICKSELL, Knut. *The enigma of Business Cycle* (1907) in HAGEMANN, H. (ed.) Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939. Volume II, Structural Theories of the Business Cycle. Ed. Pickering & Chatto Limited London, 2002.